

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIJIÚ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

PAULO ALFREDO SCHÖNARDIE

**O HISTÓRICO-CULTURAL NA CONSTITUIÇÃO DO HUMANO: A
PRESENÇA DOS SIGNOS REPRESENTATIVOS DO MOVIMENTO
COOPERATIVO EM TRÊS DE MAIO/ RS**

Ijuí (RS)

2008

PAULO ALFREDO SCHÖNARDIE

**O HISTÓRICO-CULTURAL NA CONSTITUIÇÃO DO HUMANO: A
PRESENÇA DOS SIGNOS REPRESENTATIVOS DO MOVIMENTO
COOPERATIVO EM TRÊS DE MAIO/ RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação nas Ciências.

Orientador: doutor Walter Frantz

Co-orientador: doutor Antônio Inácio Andrioli

Ijuí (RS)

2008

DEDICATÓRIA

À Gabriela. Chegou na fase final do período dissertativo!

À Maria. Incansavelmente soube entender as noites, sábados e domingos em que passei lendo e escrevendo, na busca do sonho. Soube estimular a obsessão pela busca do conhecimento. Pedia apenas um minuto de atenção!

AGRADECIMENTOS

A trajetória de busca e sistematização de conhecimento atinge um estágio de passagem para novos desafios, novas buscas, e de conclusão de uma etapa construída coletivamente nos espaços formais da universidade, na sala de aula, nas leituras solitárias, nos diálogos com os professores, na coletividade dos colegas, no cotidiano – espaço de educação informal –, nas pesquisas que levaram a conversas com protagonistas da *práxis* do tema. Muitos contribuíram, mas alguns marcaram, a estes agradeço de forma especial:

À Maria e demais familiares, que tão ativamente souberam dar apoio, com companheirismo, amor, compreensão, sobretudo nos momentos de priorização do estudo.

Ao professor doutor Walter Frantz, pelo acolhimento ao tema proposto, pela ajuda no delineamento da pesquisa, pelas conversas, oportunidades de interação com a comunidade, pelo estímulo, pelas sugestões, enfim, pela significativa contribuição para que essa obra fosse posta ao desenho das letras.

Ao professor doutor Antônio Inácio Andrioli, pela dedicação na leitura e apontamentos na fase final do período dissertativo, assim como pela abertura de perspectivas concretas para a continuidade dos estudos.

Às bancas examinadoras da dissertação: doutor Walter Frantz (orientador) (Unijuí), doutor Antônio Inácio Andrioli (co-orientador) (Unijuí), doutor Otavio Aloisio Maldaner (Unijuí), doutora Elza Maria Fonseca Falkembach (Unijuí), doutor Erneldo Schallenberger (Unioeste).

Aos coordenadores do curso: doutora Anna Rosa Fontella Santiago e doutor José Pedro Boufleuer e, em nome deles, os demais professores desse programa de Pós-Graduação.

À Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí e seu Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela concessão da bolsa que viabilizou financeiramente o desenvolvimento do estudo.

Aos colegas de curso, um grupo coeso na busca de um ideal, um grupo no qual a troca de experiências e idéias foi fundamental para o crescimento intelectual e pessoal.

Uma jornada pela qual passaram muitas pessoas, em que muitos amigos foram feitos. Agora o partir para nova etapa. A todos que contribuíram, muito obrigado!

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos (Paulo Freire 1979, p. 33).

RESUMO

Esta dissertação trata da presença histórica e cultural de signos do movimento cooperativo na constituição do humano, a partir de um estudo de caso com centralidade no espaço geográfico do município de Três de Maio/RS. Sua hipótese central consiste em afirmar que no contexto em evidência os humanos são constituídos para a cooperação e esta materializada em instituições cooperativas, por sua inserção em um meio histórico e cultural em que há forte presença de signos representativos de cooperação; sendo essa uma construção social gestada em espaços educativos informais e não-formais. A metodologia aplicada tem seu ponto de partida na construção de dados empíricos mediante entrevistas semidirigidas, visitas a cooperativas, observação da presença de signos representativos do movimento cooperativo e da inserção do pesquisador no meio do estudo. O foco teórico principal, além de definir educação e movimento cooperativo, traz a matriz histórico-cultural do processo de formação dos sujeitos, ou seja, o entendimento de que a constituição mental humana se dá no contexto social, que é educativo, em que os indivíduos estão inseridos desde a infância; esse contexto é representado pela cultura e contextualiza as manifestações do cooperativismo local na história do movimento cooperativo, elucidando como se constroem e influem os signos representativos desse movimento nesse espaço e sobre os humanos que nele vivem. As manifestações produzidas pela oralidade local em relação ao fenômeno cooperativo, premidas pela teoria, confirmam as hipóteses, bem como atendem aos objetivos principais que são mostrar como e porque a cooperação e a sua instituição concreta, a cooperativa, são construídas no contexto histórico e cultural e, como os sujeitos envolvidos nesse meio social são constituídos para a cooperação por intermédio dos signos com que essa se manifesta.

Palavras-chave: Educação. Movimento cooperativo. Cooperação. Cooperativas. Contexto histórico-cultural. Constituição social dos sujeitos.

Title: History and culture in the constitution of men: presence of signs of cooperative movement in the municipality *Três de Maio*, State of Rio Grande Sul, Brazil.

ABSTRACT:

This paper discusses the historic and cultural presence of signs of cooperative movement in human constitution in a case study of the city Três de Maio in the Brazilian State of Rio Grande do Sul. The main hypothesis is that men within the borders of said municipality are ready for cooperation, what finds its expression in cooperative organizations embedded in an historic and cultural ambient with strong cooperative influences. This social construct happens as well in informal as in not-formal spheres. The applied method starts with the compilation of empiric data fed with slightly conducted interviews, visits to co-operative organizations, detection of the presence of signs that represent co-operative movement and researchers embedment in research field. The theoretical emphasis defines education and cooperative organization, and it leads to the historic-cultural grassroots of the process of the constitution of subjects, that is, to the understanding that the mental human constitution happens in social context, that has educational effect und that embeds individuals from childhood on. Culture represents this context. Context inserts the manifestations of the local cooperative spirit in the context of history of cooperative movement and focuses the way they arise and the characteristic signs of this movement in a given geographic space and its people. The local oral manifestations affirm the hypothesis by theoretical condensing and serve the most important aims that are to demonstrate how and when cooperation and its concrete institution, the cooperative organization, are built in a historic and cultural context, and how subjects involved are characterized by theses influences in their social milieu.

Keywords: education; cooperative movement; cooperation; cooperative organizations; historic-cultural context; social constitution of subjects.

Titel: Das Historisch-Kulturelle in der Konstitution des Menschen: Präsenz von Zeugnissen der Genossenschaftsbewegung in der Kommune *Três de Maio*, Bundesstaat Rio Grande do Sul.

ZUSAMMENFASSUNG: Diese Dissertation behandelt die historische und kulturelle Präsenz von Zeugnissen der Genossenschaftsbewegung in der Konstitution des Menschen am Beispiel der Kommune *Três de Maio* im brasilianischen Bundesstaat Rio Grande do Sul. Die zentrale These besteht in der Behauptung, dass die Menschen im gegebenen geographischen Raum der Kommune *Três de Maio* in Rio Grande do Sul auf Kooperation eingestellt sind, die sich in genossenschaftlichen Einrichtungen ausdrückt, die in eine historische und kulturelle Umgebung eingebettet sind, in der starke genossenschaftliche Einflüsse bestehen. Dieses soziale Konstrukt wird in informellen und nicht-formellen gesellschaftlichen Räumen getätigt. Die angewandte Methodik findet ihren Ausgangspunkt in der Zusammenstellung empirischer Daten durch teilgeleitete Interviews, Besuche von Genossenschaften, Beobachtung der Präsenz von Zeugnissen, die die Genossenschaftsbewegung darstellen und durch die Einbettung des Wissenschaftlers in den Forschungsgegenstand. Das theoretische Hauptaugenmerk definiert Erziehung/Bildung und Genossenschaftswesen und führt zur historisch-kulturellen Grundlage des Prozesses der Heranbildung von Subjekten, also zum Verständnis, dass die Konstitution des menschlichen Geistes im sozialen Kontext vor sich geht, der seinerseits erzieherisch wirkt und in dem die Individuen von Kindheit an eingefügt sind. Diesen Kontext stellt die Kultur dar. Er kontextualisiert die Äußerungen des lokalen Genossenschaftswesens in der Geschichte der Genossenschaftsbewegung und beleuchtet, wie die repräsentativen Zeugnisse dieser Bewegung in diesem Raum entstehen und auf die dortigen Menschen Einfluss ausüben. Die von der lokalen mündlichen Übertragung erzeugten Manifestationen bestätigen durch die theoretische Verdichtung die Thesen und dienen den wichtigsten Zielsetzungen, nämlich zu zeigen, wie und warum die Kooperation und deren konkrete Institution, die Genossenschaft, im historischen und kulturellen Kontext erbaut werden und wie die darin involvierten Subjekte in diesem sozialen Milieu durch deren Einflüsse vorgeprägt sind.

Schlagnworte: Erziehung und Bildung; Genossenschaftsbewegung; Kooperation; Genossenschaften; historisch-kultureller Kontext. Soziale Konstitution der Subjekte.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A COOPERAÇÃO E AS SUAS INSTITUIÇÕES NO CONTEXTO EDUCACIONAL HISTÓRICO-CULTURAL	24
1.1 Cooperação e cooperativismo	24
1.2 O processo de formação social da mente no contexto histórico-cultural	34
1.2.1 O campo da cultura na base da formação mental dos sujeitos	53
1.3 O processo da educação na ótica histórico-cultural	60
1.3.1 As modalidades de educação na constituição para a cooperação	67
1.4 A necessidade na base da cooperação	74
2. O COOPERATIVISMO E AS SUAS COOPERATIVAS: uma história global vivenciada em âmbito local	84
2.1 O cooperativismo pela história	86
2.2 As manifestações cooperativas em Três de Maio	99

3. OS SIGNOS COOPERATIVOS MANIFESTOS NA E PELA CULTURA

LOCAL	132
3.1 Cooperativas: um movimento em espiral	134
3.2 O limiar na necessidade	141
3.3 Os signos representativos de cooperação	152
3.4 A presença dos elementos significativos na formação mental humana	160
3.5 O contexto histórico-cultural: espaço de educação na cultura	168
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	178
REFERÊNCIAS	184
ANEXOS	194

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como ponto de partida a hipótese central de que em Três de Maio os seres humanos são constituídos para a cooperação e esta materializada em instituições cooperativas, pela construção e de sua inserção em um meio histórico e cultural em que há forte presença de signos representativos de cooperação. Essa é uma construção social, gestada em espaços educativos informais e não-formais.

Objetiva-se com o estudo entender como e porque a cooperação e a sua instituição concreta, a cooperativa, são construídas no contexto histórico e cultural local, e como os sujeitos envolvidos nesse meio social são constituídos para a cooperação por intermédio dos signos com que essa se manifesta.

O município de Três de Maio, situado na Região Fronteira Noroeste do Estado Rio Grande do Sul (Brasil), a cooperação e o cooperativismo construíram uma relação estreita. Desde o início da colonização local as idéias e as práticas da ajuda mútua e da cooperação estiveram presentes. Com a base no ideário dessa ação conjunta que revela a cooperação, o

caminho foi em direção à criação de instituições cooperativas concretas, as quais, por sua vez, trouxeram nova guinada no ideário que as efetivou. Diversas foram as instituições cooperativas criadas basicamente em três momentos: as cooperativas coloniais, as empresariais e a diversificação nas áreas de atuação, com as cooperativas mais recentes. As cooperativas foram e são aportes concretos de práticas de delineamento do desenvolvimento do espaço físico em questão, mudando o espaço e transformando o tempo, construindo uma sociedade sólida ao redor das idéias cooperativas.

Além das práticas concretas, e inclusive das grandes estruturas criadas, o que chama a atenção é que o associativismo e o cooperativismo foram, ao longo dos anos, tomando importância cada vez maior, multiplicando iniciativas com base nesse ideário, envolvendo a quase totalidade dos habitantes locais, mesmo numa sociedade individualista e consumista. Na atualidade, a prática cooperativa está presente nas mentes das pessoas como se fosse algo natural, mas que é obviamente construído. Isto se observa, por exemplo, no fato de boa parte da população ter substituído as palavras mercado e agropecuária pelo nome de sua cooperativa.

É essa presença meio naturalizada da força cooperativa, que se procura compreender com esse estudo. Torna-se necessário, para tanto, um breve resgate histórico das cooperativas locais, observando os elementos que contribuíram para a criação dessas. Trata-se, portanto, de um estudo de caso do município de Três de Maio. Contando, porém, com o fato de que nenhuma análise pode ser feita isoladamente, desprendida de um contexto maior, far-se-á uma contextualização da região, a qual tem histórico de ocupação e

de formação cooperativa semelhante, bem como a caracterização do próprio cooperativismo na história.

A hipótese levantada parte do entendimento de que os humanos são constituídos pelo meio em que vivem – meio histórico e cultural –, ou seja, levando-se em consideração a evolução cultural cumulativa que é observada na cultura em que os seres humanos são inseridos. Essa matriz teórica é chamada a dialogar entre a hipótese temática e o contexto do espaço físico delimitado. Nesse sentido, observa-se a cultura como uma das categorias básicas de análise. No contexto cultural são constituídos elementos significativos de cooperação, denominados signos, observados tanto na linguagem como nos objetos.

A aproximação à matriz histórico-cultural vem em decorrência da percepção de que o tema central focado na cooperação e no cooperativismo segue a perspectiva de ser socialmente construído a partir da conjuntura local. Neste sentido, procura-se desvendar como esse fenômeno foi sendo construído ao longo da espiral da história das instituições cooperativas locais, observando-se como os signos cooperativos foram cumulativamente construídos. A inserção do humano nesse meio, sob a influência e agindo sobre o mesmo, é observada nas diversas fases do cooperativismo local, sobretudo com a ação dos signos e dessa história sobre os indivíduos em tenra idade, período em que ocorre o processo de formação mental. Dessa forma, com o estudo, procura-se perceber como esse ideário é transmitido/construído socialmente.

Como os registros escritos são raros, e o tema ainda não ter sido trabalhado localmente, uma das bases da pesquisa é a história oral¹, o que se torna possível pois ainda conseguiu-se entrevistar² alguns dos protagonistas das primeiras cooperativas. De outra forma, grande parte da população local é cooperativada³, o que, se por um lado justifica o estudo, por outro facilita o trabalho de história oral, pois basta sair à rua para conversar com cooperativados. Destaca-se que para avaliar a presença da cooperação nas mentes da comunidade local, não basta aplicar questionários a cooperativados, pois o tema é percebido em toda a comunidade; assim, foram entrevistadas pessoas de forma aleatória, as quais não são sócias de cooperativas, para verificar, também, o seu envolvimento com a cooperação e ter o diagnóstico geral do espaço físico delimitado.

Registra-se aqui que a pesquisa está baseada em dados qualitativos, e não quantitativos. Isto não significa poucos dados, pois grande parte da população do espaço estudado tem relação com as cooperativas⁴, o que por si só fala pela quantidade, mas não podendo trazer as falas de todos, procuro trazer depoimentos que julgo relevantes ao tema. Por outro lado, qualquer entrevista e foram feitas com questões abertas, supõe grande número de informações, as quais, com rigor acadêmico, demandam grande tempo de análise. Também tenho de destacar que a opção qualitativa em torno do tema focado é

¹ A *história oral* consiste em construir os dados sociais por meio de narrativas pessoais, as quais podem ser gravadas para depois serem transcritas, ou anotadas manualmente, produzindo-se assim os documentos históricos. É importante observar que a *história oral* sempre é uma história do tempo presente, é uma história viva (MEIHY, 2002, p. 13).

² “[...] é possível usar a história oral quando não existem documentos como é válido supor a história oral como discurso independente, sustentada por uma série de entrevistas” (MEIHY, 2002, p. 24).

³ Para ter a dimensão do número de pessoas associadas às cooperativas em Três de Maio, destaco uma comparação entre o número de habitantes e o número de associados de uma destas cooperativas: a população total do município de Três de Maio, segundo o senso do IBGE de 2007, é de 23.324 pessoas, e destas, 8.000 são sócias da cooperativa de crédito local, segundo informações prestadas por funcionários da cooperativa em análise.

⁴ Ver como exemplo a *nota 3*.

facilitada pelo pesquisador ser originário do local estudado, o que agiliza a condução dos trabalhos, com maior possibilidade de observar detalhes, o que só é viável estando-se o mais inserido possível na temática. O fato de estar inserido na referida localidade de forte presença cooperativa, entende-se como uma vantagem, pois a imparcialidade é mantida a partir da rigorosidade de um referencial teórico na análise.

A construção dos dados posteriormente submetidos à análise baseia-se em cinco pilares: a) realização de treze entrevistas semidirigidas, orientadas por um questionário pré-elaborado, as quais foram gravadas e posteriormente rigorosamente transcritas. Esses entrevistados⁵ foram selecionados em toda a área geográfica do município de Três de Maio, ou seja, tanto no meio urbano quanto no rural. Sua escolha seguiu o critério de terem sido protagonistas de alguma cooperativa, seja atual ou já extinta. Entre eles estão homens e mulheres, mas no decorrer da escrita da dissertação são nomeados apenas com o adjetivo masculino, para manter maior imparcialidade. Dentre eles estão sócios e não-sócios de cooperativas, dirigentes e ex-dirigentes de cooperativas, professores, agricultores(as) e profissionais liberais. Não foi feita distinção de idade; b) visitas às cooperativas e conversas não-gravadas com seus dirigentes e funcionários. Essa prática consistiu em agendamento prévio com os dirigentes, com os quais se procedeu conversa informal, introduzida pela explanação do projeto de pesquisa, seguida de debate sobre a cooperativa em questão com posterior visita as suas instalações e conversas com funcionários e associados que naquele momento estavam na cooperativa; c) conversas com pessoas aleatoriamente escolhidas no

⁵ É importante fazer distinção entre os termos *colaborador* e *entrevistado*: como *colaboradores* são nomeados todos aqueles que de uma ou outra forma, inclusive em conversas informais, contribuíram com a pesquisa; dentre esses são incluídos os *entrevistados*. Já o termo *entrevistado* é relativo exclusivamente a entrevistas gravadas e transcritas. Sendo os *entrevistados* também *colaboradores*, esses são, por vezes, no decorrer da escrita, nomeados como sinônimo destes.

cotidiano. Essa prática foi realizada já durante a elaboração do projeto de pesquisa, seguindo-se durante toda sua execução tanto em espaços públicos como vias urbanas, em eventos comemorativos realizados por agricultores no meio rural, ou, inclusive, dentro de um mercado não-pertencente a cooperativas, entre outros. Essa prática não seguiu roteiro pré-estabelecido; a sua base era o assunto do cooperativismo, tentando perceber elementos relativos à hipótese de estudo; d) observação da presença de signos cooperativos no meio social do estudo de caso. Essa observação foi feita tanto nas visitas às cooperativas, quanto, e, sobretudo, no cotidiano dos lares familiares, dos espaços rurais e urbanos, das festas, no vestuário das pessoas, entre outros; e) inserção do pesquisador nesse meio: o responsável pela pesquisa nasceu no município de Três de Maio, vivendo aí toda a sua história, inclusive durante a elaboração da dissertação, estando desde a sua infância cercado de signos do movimento cooperativo, os quais também o constituíram nesse ideário.

Este pesquisador entende o cooperativismo como um movimento concreto de busca de melhorias às comunidades envolvidas, com o desenvolvimento do mesmo surgindo a partir de idéias associativas que, aos poucos, se transformam em ações econômicas com cooperativados. Geralmente, quando se busca uma melhoria e se adere à união, ao coletivo, está na base da ação algum tipo de necessidade. Assim, opto pelo cooperativismo no contexto do estudo ter seu início e manifestação contínua em algum tipo de necessidade, seja ela básica de sobrevivência ou criada por alguma situação social ou econômica, o que pode caracterizar a necessidade mediante algum interesse. Dessa forma a necessidade passa a ser protagonizada, também, como categoria de análise para o estudo.

Sempre que me refiro à cooperação, suponho contato com pessoas, troca de experiências, construção de experiências coletivas; e tratando da interação de pessoas suponho que elas estão se educando mutuamente. Assim, pode-se afirmar que o espaço cooperativo também é educativo pois, para a efetivação de uma cooperativa, os associados, seus familiares, e, principalmente os dirigentes, precisam passar por uma reconstrução de seus conhecimentos, supondo e concretizando formação de seus participantes, muitas vezes construindo novas identidades, nova visão de cultura, sendo, desta forma, a ação cooperativista, também, educativa. Essa educação se dá geralmente em espaços informais e não-formais, ou seja, fora da escola tradicional, e, no estudo de caso específico, essa característica é manifesta.

A formação social das mentes humanas supõe atos pedagógicos para se delinear. A construção histórico-cultural humana para o conhecimento coletivo só é possível por meio de mediações, sejam pela linguagem ou pelo trabalho que, por sua vez, são atos educacionais. Nessa lógica, todo o estudo tem base na percepção das mediações pedagógicas necessárias para que os indivíduos e, conseqüentemente a comunidade envolvida, tenha na presença dos elementos cooperativos um espaço de educação.

O corpo do texto da pesquisa está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo constitui um quadro teórico conceitual enfocando a cooperação e o cooperativismo, a educação e a sua relação com o cooperativismo, bem como a definição das modalidades de educação; a inserção na perspectiva histórico-cultural, acompanhada do que se entende por cultura; e, a perspectiva da necessidade na base cooperativa.

O segundo capítulo inicia contextualizando a história da cooperação e do movimento cooperativo. A Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul é inserida nessa história. A contextualização dessa região, evidenciando as origens da cooperação local, bem como a história do município de Três de Maio, vem na sequência, para, em seguida, inserir as cooperativas do estudo de caso, fazendo referência às fases cooperativas locais.

O terceiro capítulo procura inserir os elementos locais, tanto concretos como a oralidade pesquisada, com os conceitos tratados no referencial. Sua base está pautada mediante entrevistas realizadas com os protagonistas locais. Nesse sentido, mostra-se a evolução cultural cumulativa da cooperação e do cooperativismo, ambos tendo seu limiar na necessidade. São trazidos os signos com significados relativos ao tema, pois esses estão presentes no meio social de formação do humano. Esses elementos são observados no espaço educativo da cultura em que as gerações são criadas em contexto histórico-cultural.

Cumprida a etapa do desenho do tema, inicia-se agora a convocação de “[...] *uma específica comunidade de argumentação em que se efetive o unitário processo de interlocução e certificação social de saberes postos à discussão em cada tópico a ser desenvolvido*” (MARQUES, 2001, p. 98). Esse é o iniciar de “[...] *uma conversa com interlocutores invisíveis, imprevisíveis, virtuais apenas, sequer imaginados de carne e ossos, mas sempre ativamente presentes*” (MARQUES, 2001, p. 13).

Na realização da pesquisa os dados empíricos são certificados pela *comunidade argumentativa*, seguindo-se as orientações metodológicas de Mario Osorio Marques (2001)

no diálogo proposto com a explanação de tema específico da “comunidade” de Três de Maio, lançado ao debate dos, por ora, leitores e interlocutores.

1. A COOPERAÇÃO E AS SUAS INSTITUIÇÕES NO CONTEXTO EDUCACIONAL HISTÓRICO-CULTURAL

Após as sábias palavras de Mario Osorio Marques (2001), algumas inquietações instam para iniciar a escrita propriamente dita. O ponto de partida consiste em alguns questionamentos que acredito necessários para serem respondidos para este pesquisador e para os leitores, para que fique compreensível o estudo destes últimos anos. Inicialmente, precisa ficar clara a posição sobre o fenômeno da cooperação: O que é a cooperação? O que são as cooperativas? Qual o contexto teórico, ou vertente teórica com que procuro fazer aproximação para realizar a análise do estudo de caso? Quais as categorias de análise evidenciadas? O objeto cooperação e as suas cooperativas são espaços de educação? E, a propósito, mas o que é a educação e em que espaços educativos se dá a cooperação?

1.1 COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO

Na base para o entendimento do tema e do objeto proposto está a cooperação e suas instituições concretas, as cooperativas, na prática do cooperativismo. Somente a

familiaridade com a maneira como se entendem os conceitos de cooperação e cooperativismo, dará possibilidade a outrem compreender tanto a matriz teórica quanto o contexto empírico, dos quais resulta a presente sistematização. Assim segue como concebo a cooperação e, posteriormente, o cooperativismo, além dos entrelaçamentos que aproximam os dois termos sintetizantes da problemática, pois só são compreensíveis no seu entrecruzar.

Na etimologia é possível extrair o significado latino do termo cooperativismo, que tem sua base na expressão de um movimento social. “*É um termo composto pela preposição ‘cum’, que significa ‘com, em companhia de’, ‘juntamente com’ e pelo verbo ‘operari’, que significa ‘trabalhar’*” (FRANTZ, 2006, p. 26). O termo cooperativismo é derivado da palavra cooperar, que significa “*agir ou trabalhar junto com outro ou outros para um fim comum*” (DICIONÁRIO ..., 1987, p. 483). Pode-se extrair, portanto, do significado da palavra cooperar que ela “*pressupõe a associação das pessoas, numa adesão voluntária a um projeto, a um objetivo que interesse a todos*” (FIALKOW et al, 2002, p. 23). O termo cooperativismo tem uma estreita ligação com a palavra cooperativa que, resumidamente, é definida por “*associações de consumidores ou de produtores que, eliminando a exploração dos intermediários, exercem quaisquer atividades econômicas em benefício dos associados, sem lucro*” (DICIONÁRIO ..., 1987, p. 483).

O pressuposto básico de associações ou organizações cooperativas é, contudo, a cooperação entre pessoas, o que remete ao coletivo, que suplanta o individual em favor da coletividade. Rambo (1988, p. 36), analisando os primórdios do cooperativismo no Brasil por meio de sua vertente teuto-brasileira, afirma que a “*imagem bíblica da vara isolada*

que se parte sem dificuldades e do feixe que resiste a tudo serviu-lhes [aos pioneiros] de paradigma para resistirem, para sobreviverem, para medrarem em meio à nova e desconhecida situação.” A imagem bíblica do feixe, mais resistente do que a vara, remete ao coletivo, à cooperação, às pessoas unidas por um ideal exposto pelas suas necessidades. A cooperação pode ser entendida quando Helmut Faust (1977, p. 17) escreve que, desde que os homens habitam a humanidade, sempre que puderam, organizaram-se coletivamente e juntaram forças, para sua satisfação.

A cooperação começa pela interação entre sujeitos (BOETTCHER, 1974, p. 22) que se juntam para um determinado fim. Essa interação entre sujeitos traz consigo a *práxis*⁶ do ato de cooperar, feita por intermédio das discussões, das negociações, dos arranjos e acordos do ato da cooperação (FRANTZ, 2002b, p. 78). Este autor afirma também que a cooperação é passível de ser entendida como “*um acordo racional de sujeitos a respeito de algo: os seus interesses e necessidades, frente à produção e distribuição de bens e riquezas, isto é, a economia*” (p. 79).

Logo, a cooperação materializa a realização de atividades de sujeitos entre sujeitos, e por meio de suas negociações, apresenta um processo dialético na busca por seus objetivos, trazendo assim uma carga educativa entre os sujeitos expostos à interação na cooperação; há aí uma relação pedagógica entre coetâneos. A cooperação, quando negociada, representa uma ação comunicativa entre sujeitos, que nada mais é do que “*colaboração e cooperação entre as partes envolvidas*” (BOUFLEUER, 2001, p. 82). O

⁶ O vocábulo *práxis* sempre virá grafado em itálico, objetivando destacar o significado de ação e tomada de consciência desta ação.

autor ainda destaca que desde a “*mais tenra idade outras pessoas, nossos pais e educadores, irmãos e companheiros, interagem conosco estabelecendo entendimentos sobre ‘aspectos do mundo’, a fim de que possamos desenvolver-nos como indivíduos*” (p. 23). A cooperação nada mais é do que um desses aspectos do mundo, e começa na mais tenra idade das crianças, cooperando para o próprio desenvolvimento da vida, na interação com os pais e os irmãos num ambiente familiar. A cooperação entre os humanos está na base para que as gerações mais novas tornem-se humanas, para que se reconheçam como semelhantes. A cooperação, portanto, tem raízes profundas no processo de desenvolvimento humano, podendo estar aí uma das raízes da instrumentalização⁷ de futuras instituições que tem por base a cooperação entre pessoas.

O processo da *práxis* na e da cooperação constitui um espaço educativo permanente, em que a prática social da convivência humana é produtora de sujeitos com mentes cooperativas. Para Rodríguez (2002, p. 354), “*o trabalho coletivo na cooperativa tende a gerar laços de solidariedade que reduzem a falta de confiança nos companheiros.*” Nas “*relações de cooperação que os homens aprendem a confiar em si mesmos, adquirem espírito de mútua confiança, tornam-se verdadeiramente responsáveis e desenvolvem suas aptidões*” (SCHALLENBERGER; HARTMANN, 1981, p. 136). Confiar em si e nos outros, ajudar-se mutuamente, ser responsável, ter confiança mútua, entre outros, são parte da materialização da cooperação. A

⁷ O vocábulo *instrumentalização* tem aqui sentido instrumental, ou seja, refere-se às infra-estruturas passíveis de serem concretizadas pelas cooperativas. Este será o sentido dado, nesta obra, sempre que há referência ao vocábulo.

[...] ação cooperativa possui um caráter educativo e é necessário compreender a dimensão de sua potencialidade na construção da cultura humana. O trabalho cooperativo e suas diversas formas de organização repercutem no desenvolvimento de uma comunidade e na cultura do seu povo (ANDRIOLI, 2001, p. 60).

A materialização da cooperação entre as pessoas traz consigo a característica econômica, a qual deixa o cooperativismo suscetível à influência do modo de produção vigente no meio social em que ocorre. Nas economias socialistas, planificadas, fica sujeito a servir de política estatal, enquanto que nas economias de cunho capitalista, como é o caso de nosso espaço geográfico de estudo, tem influências e muitas vezes é provocado pela lógica desleal do mercado. Na lógica do mercado, a organização cooperativa moderna procura unir as pessoas para recuperar a sua capacidade de competição, na cooperação entre as economias individuais enfraquecidas, na perspectiva do “ramo que se quebra e do feixe inflexível”. A cooperação em sua forma moderna, segundo o professor Frantz (2006, p. 37-38),

[...] constitui-se como uma reação às dificuldades técnicas, sociais, políticas e culturais, frente à lógica da acumulação do capital. As modernas formas de organização cooperativa nascem no espaço do mercado capitalista. A cooperação moderna propõe mudanças na organização econômica da sociedade, mediante a instauração de um sistema baseado em associações-cooperativas, de caráter econômico, postas a serviço das necessidades e interesses de quem trabalha.

Mesmo tendo uma forte carga econômica, contudo, a prática cooperativa tem no centro os sujeitos que cooperam. O termo cooperativismo carrega as relações sociais que acontecem em sua prática. *“É um termo que indica um horizonte para além das questões apenas materiais da economia. É um termo que encerra a noção de valores, de comportamentos, de ideais mobilizadores dos seres humanos”* (FRANTZ, 2006, p. 26). A

cooperação é proveniente da identificação dos indivíduos em torno de necessidades e interesses comuns.

A prática social do cooperativismo instrumentaliza seus praticantes para poderem atingir seus objetivos. A partir do cunho associativo entre pessoas, estas constituem uma empresa para atuar no mercado. Temos aí duas dimensões do cooperativismo, ou seja, a associação-cooperativa e a empresa-cooperativa, e uma cooperativa formal é constituída a partir dessas duas dimensões. Dentro da cooperativa o espaço simbolicamente determinado pela associação representa um espaço de diálogo comunicativo entre os associados, que aí se organizam para, racionalmente, atuarem no mercado mediante sua organização empresarial. O diferencial em relação às empresas tradicionais (de cunho somente capitalista), dá-se pelo fato do coletivo dos associados, no espaço simbólico da associação, sempre ter a prerrogativa do controle dos rumos a serem tomados, isto significa que as decisões sobre a estrutura cooperativa estão nas mãos do coletivo, e não de um capitalista individualmente.

A cooperação é uma reação, a partir das pessoas, em âmbito local, mas essas podem se associar e somar, através de estruturas de ação, de intervenção. A *associação* e a *soma* são duas faces distintas do processo cooperativo. A associação é um processo cultural e político. A soma se expressa pela organização dos associados, constituindo estes seus instrumentos de atuação, isto é, sua empresa (FRANTZ; SCHÖNARDIE, 2006a, p. 9).

Escreve o professor Walter Frantz (2003, p. 22) que na “*associação-cooperativa está a vontade política e na empresa-cooperativa está o poder da ação instrumental dessa vontade*”. No espaço da associação cooperativa estão sobretudo as pessoas, e tudo o que

gira em torno de suas necessidades e da cooperação, enquanto que na empresa cooperativa está o espaço da instrumentalização e da estrutura cooperativa, que é usada para levar a cabo o atendimento às necessidades dos associados.

É importante destacar que organizações cooperativas podem ser nomeadas pela composição entre estrutura e superestrutura⁸, as quais representam a empresa e sua estrutura operacional e os associados, ou seja, as pessoas, respectivamente, e que a cooperativa só funciona com a perfeita interação entre esses dois campos. Assim,

A cooperativa é uma organização composta por uma *estrutura* e uma *superestrutura*, respectivamente, representadas por seu sentido econômico e seus significados culturais, políticos, sociais. À *estrutura* que incorpora a parte econômica da organização corresponde a *empresa*; à *superestrutura* que incorpora o processo político do empreendimento cooperativo corresponde a *associação*. Entre esses dois pólos – *associação e empresa* – deve existir um entrelaçamento profundo e dinâmico. O pólo da associação se instrumentaliza pelo pólo da estrutura empresarial. Na associação está a ação, na empresa está a função. A cooperação cooperativa só se realiza pela existência e unidade desses dois pólos e como uma ação organizadora de interesses associados que se instrumentalizam em função de seus objetivos (FRANTZ; SCHÖNARDIE, 2006b, p. 10).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), define que “*Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa coletiva e democraticamente controlada*” (FIALKOW et al, 2002, p. 25). Assim, uma organização

⁸ Tomo aqui clara posição de aproximação à teoria marxista com as definições dos termos *estrutura* e *superestrutura*, ciente de que há divergências teóricas entre os leitores e também admitindo a necessidade de aprofundamento futuro desses conceitos.

cooperativa é, em primeiro lugar, uma associação de pessoas (FRANTZ, 1985, p. 56-57), as quais, contudo, unidas, atuam na economia e, para tal empreendimento, na sua organização, instrumentalizam-se. Uma cooperativa é, então, o espaço no qual o ato de cooperar é institucionalizado sobre a manifestação material da instituição. Desse modo, a dupla natureza que representa a cooperativa dá conta da associação e de uma estrutura com eficiência perante o mercado. Frantz (2002b, p. 74) escreve que,

[...] cooperativas são, em sua origem, organizações sociais instrumentalizadas, isto é, nascem de uma relação social, com objetivos econômicos os quais se busca realizar, através de uma empresa, mas que têm dimensões sociais mais amplas que seu sentido econômico primário.

Cooperativas são, assim, “*empresas com um sentido mais amplo*” (FRANTZ, 2002b, p. 74). Nesse sentido mais amplo está incluída a dimensão da cultura, ou seja, as organizações cooperativas são organizadas por pessoas que vivem em uma cultura específica e só podem refletir a cultura em que são organizadas, ou seja, a carga histórico-social a que os protagonistas estão expostos e da qual são frutos. Cooperativas tornam-se, então, parte da cultura dos grupos que as organizam e ajudam a propagar essa cultura como um espaço de educação na *práxis*.

O cooperativismo é regido por uma série de fundamentos filosóficos, entre os quais estão valores e princípios. Os valores das cooperativas e de seus cooperativados são a ajuda-mútua, a responsabilidade própria, a democracia, a igualdade, a equidade, a solidariedade e os preceitos éticos da honestidade, da sinceridade, da responsabilidade social, da preocupação com os outros (FIALKOW et al, 2002, p. 25). Para colocar os

valores do cooperativismo em prática, esses são regidos pelos princípios cooperativos, que nada mais são do que as diretrizes básicas para que os grupos organizados em torno de uma cooperativa possam ser considerados como cooperativa. Trazem a carga de certa uniformidade entre as cooperativas de todo planeta; são, portanto, a baliza para que o cooperativismo tenha carga universal. Para a Comissão sobre Princípios Cooperativos,

a cooperação, nos seus melhores propósitos, vai além da promoção dos interesses dos membros enquanto indivíduos [...] pelo contrário, o seu objetivo é promover o progresso e o bem-estar da humanidade. É este objetivo que torna a sociedade cooperativa algo diferente de um normal empreendimento econômico e justifica estar sendo testada, não só do ponto de vista dos seus valores morais e sociais que elevam a vida humana acima do meramente material (NCUI, 1969, p. 10).

Compreender com clareza o que é uma cooperativa e o que as cooperativas pregam, é uma tarefa que passa pelo aprofundamento da compreensão sobre os princípios do cooperativismo. Desta forma atendo especial atenção ao que significam os sete princípios do cooperativismo, a partir do que nos escrevem Birchall (1997) e Fialkow et al (2002):

Primeiro princípio: Adesão Livre e Voluntária: rege que as cooperativas são organizações voluntárias, estando o vínculo aberto a todas as pessoas que queiram ser membros, estando sempre abertas a novos sócios, porém os mesmos precisam aceitar as suas responsabilidades como sócios para usufruírem os “serviços” prestados pela cooperativa. Rege ainda que não possa haver discriminações de gênero, social, étnica política e religiosa.

Segundo princípio: Controle Democrático pelos Sócios: rege que as decisões são tomadas pelos cooperados, ou seja, os sócios, pela via democrática, em que os mesmos participam ativamente com representatividade equitativa, o que equivale a “um membro, um voto”, independentemente das atribuições de cada um na cooperativa. Rege, também, que todos os sócios podem concorrer a cargos eletivos se estiverem quites com as suas obrigações.

Terceiro princípio: Participação Econômica do Sócio: rege que os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa, ou seja, são solidários tanto como proprietários, quanto como participantes de decisões e eventual distribuição de sobras.

Quarto princípio: Autonomia e Independência: rege que as cooperativas possuem total independência perante o Estado ou outras organizações. Podem fazer parcerias e usufruir dinheiro de outras instituições, mas sempre os associados devem manter o controle da cooperativa na sua forma democrática. O poder de autonomia que o associado possui está acima de qualquer outra interferência.

Quinto princípio: Educação, Treinamento e Informação: rege que para facultar uma efetiva participação dos membros na cooperativa, essa oferece educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários. Também rege a transparência no prestar informações ao público em geral sobre a natureza e os benefícios da cooperação, com especial atenção aos jovens.

Sexto princípio: Cooperação entre Cooperativas: rege que as cooperativas além de e para atenderem seus sócios fortaleçam seu movimento por meio da cooperação com suas co-irmãs, tanto em âmbito local, estadual, nacional e internacional. Essa é uma forma de integração vertical entre as cooperativas, o que, além de parcerias elementares entre co-irmãs como redes de cooperação, resulta em organizações como a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entre outras.

Sétimo princípio: Preocupação com a Comunidade: rege que as cooperativas, efetivamente, trabalhem para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde estão localizadas, mediante políticas aprovadas por seus membros. Observa-se aí a dimensão para além do grupo de associados e seus familiares, e a intervenção do coletivo no meio cultural de sua comunidade.

1.2 O PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIAL DA MENTE NO CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

O ponto de partida é o pressuposto da cooperação e o cooperativismo, seu instrumento institucional, serem uma construção social, protagonizada pelos seres humanos em seus meios. Faz-se necessário, para tanto, entender como as mentes humanas ou as pessoas são constituídas num contexto social. Ou seja, precisamos compreender como se constituem certos mecanismos psicológicos, a partir do meio social e biológico em que os humanos estão inseridos.

Nas primeiras décadas do século 20, o psicólogo russo Lev S. Vigotski⁹ (2000, p. 130) escreve que:

O contato social relativamente complexo e rico da criança leva a um desenvolvimento sumamente precoce dos “meios de comunicação”. Reações bastante definidas à voz humana foram observadas já no início da terceira semana de vida, e a primeira reação especificamente social à voz, durante o segundo mês [...] Essas investigações mostraram igualmente que as risadas, o balbucio, os gestos e os movimentos são meios de contato social a partir dos primeiros meses de vida da criança.

A partir das palavras de Vigotski, pode-se começar a construir a idéia de que os seres humanos constituem-se como “seres” que são, a partir do contexto social em que vivem. Nesse viés, é extremamente oportuna a observação que faz no sentido de os seres humanos, já nos primeiros dias após seu nascimento, reagirem ao meio que os circunda. Pode-se deduzir, já nestas palavras introdutórias do pensamento de Vigotski, que o ser humano age sobre o meio, mas que ao mesmo tempo o meio age sobre o humano, e desse processo emerge o mesmo.

O autor citado usa a expressão “contato social”, o que traz presente a inserção humana, já a partir do nascimento, no contexto cultural humano. Parte deste contexto cultural é, desta forma, incorporado na construção da memória da criança, influenciando diretamente na estrutura de pensamento da mesma (VIGOTSKI, 1998, p. 67) e, quando adulta, isso se manifesta de acordo com os elementos específicos que estiveram presentes

⁹ O nome desse autor possui variadas grafias aceitas, entre elas, Vygotsky, Vygotski, Vigotsky, Vigotskii, Vygoskii e Vigotski. Para uniformização da escrita dessa dissertação optei por essa última grafia, por ser mais próxima à língua portuguesa. Faz-se ressalva somente nas referências finais, pela fidelidade aos originais.

na sua infância; por exemplo, se o contexto na infância tiver presença de signos e de linguagem representativa da cooperação e de cooperativas, é possível que se produza um ser com tendência à cooperação com seu semelhante.

Esse processo de constituição humana no meio social se dá e é conhecido por processo histórico-cultural. Dessa forma, está presente na inserção social das novas gerações o acúmulo da história social dos protagonistas envolvidos, que, por sua vez, se traduz na cultura do grupo envolvido e, conseqüentemente, a representatividade dos elementos específicos, constituintes de tal cultura. Michael Cole e Sylvia Scribner (1998, p. 10) entendem que “*o mecanismo de mudança individual ao longo do desenvolvimento tem sua raiz na sociedade e na cultura*”, o que atribuem à melhor tradição de Marx e Engels. Os elementos específicos, por sua vez, remetem a tudo o que tem significação, expressiva ou não, mas que estão presentes na constituição, ou formação específica, sobretudo das crianças envolvidas, mas também com reflexos em todas as fases etárias humanas, ou seja, os seres humanos vivem um constante processo de ressignificação identitária cultural, a partir dos elementos que os circundam, elementos esses carregados de significados, representando atos de significação. Para Vera John-Steiner e Ellen Souberman (1998, p. 166) “*Os sistemas funcionais de um adulto [...] são essencialmente formados por suas experiências enquanto criança*”.

A questão central para a formação, por exemplo, de seres humanos cooperativos, capitalistas, individualistas, benfeitores, malfeitores, etc., está no peso, ou presença dos elementos ou atos de significação que estão no meio específico do grupo que pode ser

pequeno ou de grande abrangência. Isso mostra claramente a influência do meio social na constituição mental dos envolvidos.

Vigotski (2000) concebe o humano como único ser que soma o desenvolvimento biológico e o desenvolvimento psicológico. Neste sentido, é ponto de partida a perspectiva da imaturidade biológica da mente humana ao nascimento, ocorrendo a partir daí um processo de desenvolvimento biológico, sobretudo nos primeiros anos de vida, mas sem perder a perspectiva da continuidade desse processo durante toda a história de cada ser. Esse processo de maturidade biológica está sob influência de fatores sociais que constituem os fatores psicológicos especificamente humanos, ou seja, pelos elementos presentes no meio social, os quais constroem e provocam, inclusive, a maturidade biológica. Isso se expressa quando Rego (2004, p. 48-49) afirma que o homem é construído e reconstruído por um processo de interação com o seu meio físico e social, o que é uma forma de apropriação da cultura elaborada pelas gerações precedentes, ou seja, a experiência de toda a humanidade por milênios acumulada. Esse é um processo que ocorre pelas mediações sociais, ou seja, as interações dos sujeitos com seus semelhantes e com seu meio. Estas interações, em comunidades específicas, onde nasçam e cresçam as gerações, podem estar carregadas de elementos produzidos e significados pelo movimento cooperativo, agindo sobre as mesmas.

Torna-se necessário, nesse processo, levar em conta a filogênese – história da espécie, a ontogênese – a inserção do indivíduo na espécie, a sociogênese – história da cultura em que o indivíduo está inserido, e a microgênese – cada fenômeno psicológico específico. Nesse emaranhado de conceitos, a filogênese e a ontogênese são as

representativas da carga psicológica na formação das mentes humanas. Já a sociogênese é uma espécie de alargador cultural, pois está situada no campo amplo da cultura; e quando se fala em alargador cultural, observa-se que os indivíduos, mesmo constituídos pelo meio social, possuem, na própria cultura, possibilidades de se construírem com singularidades, o que é bastante observado na microgênese, pois cada processo específico, peculiar é diferente de um ser para outro, ou seja, a combinação do biológico e do psicológico ocorre diferentemente de um para o outro. Vale, contudo, lembrar que é característica humana influir no meio circundante e o processo de tomada de consciência, que é um processo tardio¹⁰, permite um novo grau de influência.

A inserção do humano no meio social, e inclusive influenciando nele, traz consigo o ideário da cooperação. O contexto social é protagonizado por pessoas. Ele só é social por ter a participação de pessoas; logo, quanto mais favorável for o ambiente de aproximação, de colaboração de uns com os outros, de cooperação, maior será o êxito que os protagonistas terão nas suas tarefas. Essa cooperação é uma espécie de colaboração entre as pessoas, na qual, em grupo, desde a infância dos indivíduos, estes aumentam suas capacidades de ação no próprio contexto histórico-social. Quando esse ideário é remetido ao processo de constituição dos sujeitos, sobretudo na infância, há, porém, alguns limites condicionados pelo estágio de desenvolvimento destes. Vigotski (2000, p. 329) afirma:

[...] que em colaboração a criança sempre pode fazer mais do que sozinha. No entanto, cabe acrescentar: não infinitamente mais, porém só em determinados limites, rigorosamente determinados

¹⁰ Os seres humanos somente estão preparados para tomar consciência de si e do mundo tardiamente, ou seja, após ocorrer a maturação biológica constituída pelas suas experiências sociais. Estão preparados por volta dos doze anos biologicamente para a tomada de consciência, entretanto essa só irá ocorrer se as suas experiências sociais provocarem a reflexão sobre si no mundo.

pelo estado do seu desenvolvimento e pelas suas potencialidades intelectuais. Em colaboração, a criança se revela mais forte e mais inteligente que trabalhando sozinha.

Torna-se importante realizar o registro de que os indivíduos se influenciam mutuamente em sua constituição, porém influenciados pelos elementos circundantes de cada contexto identitário cultural específico. Essa afirmação remete à influência de uns sobre os outros, sobre o processo de desenvolvimento dos sujeitos. As maiores interferências nesse processo são, geralmente, dos adultos sobre as crianças, e quanto mais tenra a idade, maior é o peso dessa influência. Para Vigotski, “*na prática, a criança não é livre no processo do desenvolvimento dos significados que recebe da linguagem dos adultos*” (2000, p. 192), mas também esse processo é igualmente aplicado a sujeitos de mesma idade, que se influenciam na construção e reconstrução quando em contato social. John-Steiner e Souberman (1998, p. 177), no *Posfácio* da obra *A Formação Social da Mente*, de Vigotski, escrevem:

A imaturidade relativa da criança, em contraste com outras espécies, torna necessário um apoio prolongado por parte de adultos, circunstância que cria uma contradição psicológica básica para a criança: por um lado ela depende totalmente de organismos imensamente mais experientes que ela; por outro lado, ela colhe os benefícios de um contexto ótimo e socialmente desenvolvido para o aprendizado. Embora as crianças dependam de cuidado prolongado, elas participam ativamente do próprio aprendizado nos contextos da família e da comunidade.

Na família e na comunidade as relações sociais de aprendizado, o contato social, supõem um genuíno espaço de cooperação entre as pessoas. Essas relações sociais, vividas na prática, dependendo das necessidades a que os indivíduos estão expostos, podem evoluir

para ações cooperativas mais elaboradas, o que realmente acontece no seio de muitas comunidades.

O contexto-histórico cultural é permeado por elementos constituintes que oferecem uma espécie de mediação simbólica entre o contexto e os sujeitos. Esses elementos são conhecidos como signos, que são instrumentos de mediação. Os signos são construídos simbolicamente e, principalmente, criados na língua, entendida no sentido de sua fala, de sua linguagem. Os signos podem ser representados por elementos concretos, porém, para Vigotski, o signo mais importante, às vezes, colocado acima do signo, é a linguagem. A linguagem para Vigotski, é entendida como uma espécie de sinônimo da língua; logo diretamente relacionada à fala e à palavra, mas admitindo linguagens que não usam o instrumento sonoro. “*A linguagem nunca se encontra exclusivamente em forma sonora*” (VIGOTSKI, 2000, p. 212).

A linguagem é entendida como o primeiro fenômeno de comunicação social, estando ligada à constituição da mente humana. “*A função da linguagem é a comunicativa. A linguagem é, antes de tudo, um meio de comunicação social, de enunciação e compreensão*” (VIGOTSKI, 2000, p. 11). Pode-se afirmar que a linguagem é o elemento de maior importância na constituição mental e que é esse fator o primordial de ser compreendido como diferencial do humano para os outros seres (VIGOTSKI, 2000, p. 11). Ou seja, os humanos, por serem possuidores de linguagem, são mais desenvolvidos que os outros seres, o que mais adiante será nomeado de processos psicológicos superiores.

Na teoria vigotskiana há um elemento fundamental, primordial, necessário de compreensão. Trata-se de compreender que somente pela linguagem, e em contato social, em ambientes falantes, é que desenvolvemos o nosso intelecto. A presença em um meio falante é essencial, pois *“em nenhuma situação o uso da linguagem pode ser função decorrente de uma estrutura ótica do campo visual”* (VIGOTSKI, 2000, p. 123). Em crianças, quanto maior o contato com o processo lingüístico da fala, mais rápido é o seu desenvolvimento. Para Vigotski (2000, p. 159), *“o contato entre a criança e o mundo adulto que a cerca se estabelece muito cedo. A criança começa a crescer em um ambiente falante e ela mesma passa a usar o mecanismo da fala já a partir do segundo ano de vida”*. Para o mesmo autor,

[...] é muito importante observar que a fala, além de facilitar a efetiva manipulação de objetos pela criança, controla, também *o comportamento da própria criança*. Assim, com a ajuda da fala, as crianças, diferentemente dos macacos, adquirem a capacidade de ser tanto sujeito como objeto de seu próprio comportamento (VIGOTSKI, 1998, p. 36). (Grifo do autor).

É importante reservar atenção ao fato de que os signos, e entre eles a palavra, são representados por símbolos, que por sua vez são carregados de significados. No início da formação mental, entretanto, a palavra não representa um signo, mas para a criança tem a função do mesmo. Dessa forma, *“Verificou-se que a comunicação sem signos é tão impossível quanto sem significado”* (VIGOTSKI, 2000, p. 12).

O entendimento do significado do signo na constituição humana pode começar a ser percebido em Bezerra (2000, p. XII), no prólogo à tradução da obra *A Construção do Pensamento e da Linguagem*, quando escreve que Vigotski,

[...] lança a teoria histórico-cultural segundo a qual o signo, enquanto meio externo, à semelhança de um instrumento de trabalho, medeia a relação do homem com o objeto e com outro homem. Por intermédio de signos [...] o indivíduo assimila o seu comportamento, inicialmente o exterior e depois o interior, assimilando as funções psíquicas superiores. Neste caso, signo e sentido têm a mesma força significativa, são componentes inalienáveis da relação do homem com o mundo via discurso.

Determinação mais específica e objetiva do signo é feita por Teresa Cristina Rego (2004, p. 50). Para ela,

[...] o signo pode ser considerado aquilo (objeto, forma, fenômeno, gesto, figura ou som) que representa algo diferente de si mesmo. Ou seja, substitui e expressa eventos, idéias, situações e objetos, servindo como auxílio da memória e da atenção humana.

Como exemplo pode-se citar a representação das cooperativas por meio de um de seus símbolos, o pinheiro, geralmente representado nas logomarcas destas. Os sujeitos, moradores de determinadas áreas geográficas onde atuam as cooperativas, facilmente identificam as mesmas por esses signos, vindo-lhes à presença de seu pensamento a imagem da cooperativa ao visualizar esse signo.

O domínio da simbologia dos signos para o contato social, é, pois, instrumento diferencial dos seres humanos em relação às demais formas de vida. Esse domínio inicia já nas fases mais tenras da idade. Segundo Vigotski (1998, p. 38),

[...] a capacitação especificamente humana para a linguagem habilita as crianças a providenciarem instrumentos auxiliares na solução de tarefas difíceis, a superar a ação impulsiva, a planejar uma solução para um problema antes de sua execução e a controlar

seu próprio comportamento. Signos e palavras constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um meio de contato social com as outras pessoas. As funções cognitivas e comunicativas da linguagem tornam-se, então, a base de uma forma nova e superior de atividade nas crianças, distinguindo-as dos animais.

O pensamento do adulto é culturalmente mediado pela linguagem (REGO, 2004, p. 31). Para a mesma autora a linguagem é um sistema de signos que representa a realidade e que por meio dela é possível a comunicação entre os homens (REGO, 2004, p. 54). A autora também afirma que são

os instrumentos técnicos e os sistemas de signos, construídos historicamente, que fazem a mediação dos seres humanos entre si e deles com o mundo. A linguagem é um signo mediador por excelência, pois ela carrega em si os conceitos generalizados e elaborados pela cultura humana (REGO, 2004, p. 42).

Para compreender mais detalhadamente o processo de formação mental humana, torna-se necessário entender como os seres humanos constituem-se socialmente e entender como constituem o seu pensamento. A vertente histórico-cultural desse processo expressa que há “*três etapas: linguagem exterior, linguagem egocêntrica e linguagem interior*” (VIGOTSKI, 2000, p. 137), até alcançar o pensamento propriamente dito.

Em relação à primeira etapa, a da linguagem exterior, a criança, em seus primeiros anos de vida, sofre as maiores influências do meio, durante todo o seu processo de constituição. Esse é o período da presença mais forte da linguagem exterior, ou seja, aquela que é externa à criança, que não é sua ainda, mas que é expressa pelo meio circundante à mesma, sobretudo pelos demais humanos presentes, mas com a influência de demais objetos. Essa também é uma fase em que o concreto tem um valor maior. Aos poucos,

porém, a criança vai se apropriando desse meio externo, sendo uma linguagem puramente social (VIGOTSKI, 2000, p. 63), passando, gradativamente, à etapa seguinte.

A segunda etapa é a da linguagem egocêntrica. É uma etapa de certa maneira intermediária, em que a criança manifesta, de forma geral, verbalmente, o seu pensamento. É um momento em que expressa para si, parte daquilo que é significativo obtido do meio social ao seu redor. É uma espécie de pensamento em voz alta. Por outro lado é uma forma transitória, transpondo a linguagem exterior para a interior (VIGOTSKI, 2000, p. 65). Vigotski observa em Piaget, a teorização do egocentrismo, mas acrescenta, contrariamente a Piaget que a fala egocêntrica vem do meio e não é um adaptar da criança ao meio.

Segundo Piaget, essa linguagem é egocêntrica, antes de mais nada, porque a criança fala apenas de si e principalmente não tenta se colocar no ponto de vista do interlocutor. Não lhe interessa se a estão ouvindo, não aguarda resposta, não experimenta vontade de influenciar o interlocutor ou efetivamente comunicar-lhe alguma coisa. É um monólogo que lembra um monólogo no drama cuja essência pode ser expressa em uma fórmula: “Fala-lhes como se estivesse sozinha, como se pensasse em voz alta¹¹” [...] Durante as suas ocupações, a criança acompanha os seus atos com falas particulares, e é esse acompanhamento verbal da atividade infantil que Piaget distingue como linguagem egocêntrica da linguagem socializada da criança (VIGOTSKI, 2000, p. 46).

Essa linguagem egocêntrica, expressa pelas crianças, está diretamente ligada a sua prática social, à atividade prática da criança, estando relacionada ao pensamento da criança. Essa espécie de pensamento em voz alta, por sua vez, está diretamente vinculada aos objetos que cercam o campo de alcance da mesma, os quais podem ser signos representativos da cooperação e da sua instituição concreta, a cooperativa; esses objetos

¹¹ Citação direta de Piaget feita por Vigotski. Pode ser encontrada na página 30 da edição brasileira, publicada pela editora Martins Fontes em 1993 e intitulada *A linguagem e o pensamento da criança*.

significam a realidade que é assimilada, porém não passivamente (VIGOTSKI, 2000, p. 72). Dessa forma, já nesse processo de formação da mente, em tenra idade, observa-se uma função humana de processo psicológico superior, no caso, a possibilidade de influir sobre as significações que se apresentam ao redor do sujeito, mesmo que também esse processo esteja ainda em constituição.

A terceira etapa, a da linguagem interior, ocorre já, de forma silenciada, na criança e essa ausência de vocalização é a diferença mais perceptível, radical, da linguagem exterior para a interior (VIGOTSKI, 2000, p. 435).

A linguagem interior é uma linguagem muda, silenciosa. Esse é o seu principal traço distintivo. Mas é precisamente no sentido do aumento gradual desse traço distintivo que se dá a evolução da linguagem egocêntrica. Sua vocalização declina até chegar a zero, ela se torna uma linguagem muda. Mas assim deve ser necessariamente se a concebemos como etapas geneticamente precoces no desenvolvimento da linguagem interior. O fato de que esse traço se desenvolve gradualmente, de que a linguagem egocêntrica se isola antes em termos funcionais e estruturais que em termos de vocalização, sugere apenas o que tomamos por base da nossa hipótese sobre o desenvolvimento da linguagem interior, isto é, sugere que a linguagem interior se desenvolve através do enfraquecimento externo de seu aspecto sonoro, passando da fala para o sussurro e do sussurro para a linguagem surda e, através do isolamento funcional e estrutural, da linguagem externa para a linguagem egocêntrica e da egocêntrica para a interior.

A característica principal da linguagem interior é a predicatividade (VIGOTSKI 2000, p. 458), que forma uma espécie de abreviação, constituída somente de predicados, já na mente da criança após ocorrer o silenciamento verbal da fase egocêntrica. Esse processo é observado, também, no desenvolvimento do egocentrismo, que na sua fase de sussurro já é bastante abreviado.

A linguagem interior, que se realiza de fora para dentro, para Bezerra (2000, p. IX-X) é “*um processo de evaporação da linguagem (discurso) no pensamento*”. Esta sentença, que nos remete ao pensamento, provoca o aprofundamento do estudo da constituição do pensamento e sua relação com a palavra. Para Vigotski (2000, p. 409) “*a relação entre o pensamento e a palavra é, antes de tudo, não uma coisa mas um processo, é um movimento do pensamento à palavra e da palavra ao pensamento*”.

O pensamento é a realização da mente (da consciência) na linguagem. Para Vigotski (2000) o pensamento se realiza, se expressa, se constitui na expressão, e todo esse processo se dá na linguagem. Constituímos o nosso pensamento falando, usando a palavra, que é instrumento da linguagem. A palavra, para ser considerada viva, vem acompanhada de um pensamento, ou seja, “*a relação entre pensamento e palavra é um processo vivo de nascimento do pensamento na palavra*” (VIGOTSKI, 2000, p. 484). Isso mostra “*a relação entre o pensamento e a palavra como processo dinâmico, como via do pensamento à palavra, como realização e materialização do pensamento na palavra*” (VIGOTSKI, 2000, p. 482).

Já a palavra é uma unidade viva de som e significado, sempre tendo um sentido e tem todas as propriedades do pensamento discursivo. A palavra nunca é isolada, ela é uma generalização, o que representa um ato verbal do pensamento. A questão da generalização da palavra remete ao pensamento generalizante, que nada mais é do que a atribuição de significados às palavras em um determinado contexto. Todo esse processo, analisado sob a ótica histórico-cultural, mostra a construção dialética, no sentido de dialética marxista, do

pensamento e da palavra. “*Estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança: esse é o requisito básico do método dialético*” (VIGOTSKI, 1998, p. 85).

Encontramos no significado da palavra essa unidade que reflete da forma mais simples a unidade do pensamento e da linguagem. O significado da palavra, como tentamos elucidar anteriormente, é uma unidade indecomponível de ambos os processos e não podemos dizer que ele seja um fenômeno da linguagem ou um fenômeno do pensamento. A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. É a própria palavra vista no seu aspecto interior. Deste modo, parece que temos todo o fundamento para considerá-la como um fenômeno de discurso. Mas, como nos convencemos reiteradas vezes, ao longo de toda nossa investigação, do ponto de vista psicológico o significado da palavra não é senão uma generalização ou conceito. Generalização e significado da palavra são sinônimos. Toda generalização, toda formação de conceitos é o ato mais específico, mais autêntico e mais indiscutível de pensamento. Conseqüentemente, estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno de pensamento (VIGOTSKI, 2000, p. 398).

Considerando a implicância mútua do pensamento construído na linguagem e, desta como fator de constituição desse, e conseqüentemente da mente humana, na perspectiva do social para o individual, os elementos do movimento cooperativo presentes na infância dos sujeitos passam a integrar as etapas por que passa a linguagem até o pensamento. É este processo de desenvolvimento do pensamento que ocorre na fase da infância humana, transcorrendo do processo social, do contexto social para o individual de cada ser (VIGOTSKI, 2000, p. 67), que podemos relacionar, perceber, estudar e entender com o processo de linguagem exterior, para egocêntrica e finalmente interior.

É importante observar, contudo, que o pensamento da criança não é apenas produzido pelas influências do meio físico e seus objetos carregados de significados e de fatores psicológicos. O peso maior nessa constituição do pensamento na fase infantil vem das relações que essa estabelece com o meio social circundante (VIGOTSKI, 2000, p. 78), e quando nos atemos às relações com o meio social, isso significa contato de recebimento de influências das pessoas circundantes. Mas também tem importância a reelaboração mental, diferentemente para cada um, dessas influências, o que é característica humana. Por outro lado, isso nos mostra que

[...] o desenvolvimento do pensamento e da linguagem depende dos instrumentos de pensamento e da experiência sociocultural da criança. [...] O desenvolvimento do pensamento da criança depende de seu domínio dos meios sociais do pensamento, isto é, da linguagem (VIGOTSKI, 2000, p. 148-149).

A criança, no decorrer do seu desenvolvimento, desenvolve a formação de conceitos, que nada mais são do que a atribuição de significados (VIGOTSKI, 2000, p. 360) aos signos que a cercam. Essa atribuição de significados é feita por meio das palavras, e a formação do conceito

[...] é impossível sem palavras, o pensamento em conceitos é impossível fora do pensamento verbal; em todo esse processo, o momento central, que tem todos os fundamentos para ser considerado causa decorrente do amadurecimento de conceitos, é o emprego específico da palavra, o emprego funcional do signo como meio de formação de conceitos (VIGOTSKI, 2000, p. 170).

Dessa forma, o processo de formação dos conceitos pressupõe domínio do fluxo de processos psicológicos com o uso funcional da palavra ou, também, do signo (VIGOTSKI 2000, p. 172). Assim, os conceitos surgem no processo de operação intelectual,

empregando funções intelectuais elementares com o momento central no uso da palavra que, por sua vez, é um “*meio de orientação arbitrária da atenção, da abstração, da discriminação de atributos particulares e de sua síntese e simbolização com o auxílio do signo.*” (VIGOTSKI, 2000, p. 236). Então, “*Todo conceito é uma generalização*” (VIGOTSKI 2000, p. 359).

O processo de formação de conceitos passa por dois estágios básicos. Trata-se dos conceitos espontâneos e dos conceitos científicos, em que os dois se influenciam mutuamente, porém em direções contrárias. Para Vigotski (2000, p. 300) “*os conceitos espontâneos, [...] surgem no processo de desenvolvimento da criança, [...] os conceitos científicos, [...] surgem como produto da aprendizagem*”. Também se torna importante compreender que os conceitos espontâneos são construídos a partir de objetos concretos, enquanto que os científicos partem de uma abstração arbitrária em direção ao objeto (VIGOTSKI, 2000, p. 348), estando os conceitos científicos no cume da formação conceitual e, conseqüentemente, da intelectual, o que só se observa a partir da adolescência humana (VIGOTSKI, 2000, p. 228). Nesse processo, há a necessidade do conceito espontâneo atingir certo patamar de desenvolvimento para que o científico possa buscar a sua supremacia, porém, aos poucos há uma nova equiparação entre os dois. Os conceitos, no entanto, surgem somente como resultado da solução de algum problema, que se coloca para o pensamento do adolescente (VIGOTSKI, 2000, p. 237). Esse problema pode estar relacionado a necessidades de sobrevivência ou de organização no coletivo, em forma de cooperativa.

Os conceitos espontâneos estão mais relacionados à fase pré-escolar, enquanto que o desenvolvimento dos conceitos científicos ocorre no período educacional escolar do sujeito, em que ele é exigido a pensar de forma abstrata, ou seja, desprendida dos objetos concretos. Aqui pode-se fazer relação com a cooperativa: a criança, nos seus primeiros anos de vida, na forma espontânea de conceito, precisa visualizar concretamente a infra-estrutura física da cooperativa para lembrar da mesma, enquanto que na fase escolar, já de forma abstrata, não precisa mais visualizar de forma prática essa infra-estrutura, mas a nomeia pelos seus símbolos significantes ou mesmo pela própria palavra *cooperativa*, o que já evidencia o conceito científico.

O processo de desenvolvimento dos conceitos científicos é simultâneo e auxilia no amadurecimento das funções psicológicas superiores (VIGOTSKI, 2000, p. 244). Durante esse período fica elucidada a influência dos significados que o sujeito em formação recebe da linguagem, sobretudo dos adultos que o cercam; isso fica evidente quando Vigotski (2000, p. 192-193) escreve que,

O discurso dos circundantes, com os seus significados estáveis e permanentes, predetermina as vias por onde transcorre o desenvolvimento das generalizações na criança. Ele vincula a própria atividade da criança, ao orientá-la por um curso determinado e rigorosamente esboçado. Mas, ao enveredar por esse caminho, a criança pensa da maneira própria ao estágio de desenvolvimento do intelecto em que ela se encontra. Através da comunicação verbal com a criança, o adulto pode determinar o caminho por onde se desenvolvem as generalizações e o ponto final desse caminho, ou melhor, a generalização daí resultante. Mas os adultos não podem transmitir à criança o seu modo de pensar. Destes ela assimila os significados prontos das palavras, não lhe ocorre escolher por conta própria os complexos e os objetos concretos.

Os seres humanos são diferenciados dos outros seres pela capacidade de constituição de processos psicológicos superiores, mas estes são constituídos no convívio e nas relações sociais, ou seja, ninguém nasce com essas capacidades superiores, elas “*surtem a partir do desenvolvimento cultural da criança cuja fonte são a colaboração e a aprendizagem*” (VIGOTSKI, 2000, p. 335). Assim, expressa-se concordância com John-Steiner e Souberman (1998, p. 171), para quem “*as relações reais entre os indivíduos estão na base de todas as funções superiores*”, dentre as quais podem estar as interações dos associados com os signos cooperativos. Para Molon (2003, p. 90),

Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos, com isso não são inventadas, nem aparecem de forma repentina e não são funções a priori, ou seja, não existem independentemente das experiências. São funções que apresentam uma natureza histórica e são de origem sociocultural, são mediadas.

Os processos psicológicos superiores são as funções mentais complexas, entre elas os pensamentos, o comportamento volitivo, a lembrança voluntária, o raciocínio dedutivo, o uso de signos, o controle consciente do pensamento, a atenção, a memorização ativa, o pensamento abstrato, a capacidade de planejamento, a linguagem (VIGOTSKI, 1998, p. 4; REGO, 2004, p. 24-25). A linguagem é considerada um dos elementos fundamentais na constituição das formas de atividade intelectual superiores (VIGOTSKI, 2000, p. 174). Uma atividade bem simples como pegar uma vara e com ela subir em uma cadeira para alcançar um doce sobre o armário, representa uma forma de expressão superior de intelecto dos humanos diante das outras espécies; macacos até podem imitar essa ação, mas não a memorizam, não possuem capacidade de repeti-la em outra situação. Cabe destacar que usando signos, os humanos desenvolvem “*novas formas de processos psicológicos*

enraizados na cultura” (VIGOTSKI, 1998, p. 54). Os processos mentais anteriormente citados são considerados superiores por serem ações conscientes, intencionais, controladas pelos protagonistas o que lhes dá a possibilidade de independência ante o meio (REGO, 2004, p. 39). A formação dos processos psicológicos superiores, entretanto está ligada ao meio social, enquanto que os elementares são de origem biológica, tendo esses preponderância somente no início do desenvolvimento mental, ou seja, na mais tenra idade. Para Rego (2004, p. 59), progressivamente as interações com o grupo social e com os objetos da cultura do grupo passam a governar o comportamento e o desenvolvimento do pensamento dos seres humanos. Se nesse grupo houver atos de cooperação, seja na forma informal ou numa cooperativa constituída, esses agem sobre o comportamento e o desenvolvimento dos sujeitos ali envolvidos, assim como os sujeitos ressignificam essa prática cooperativa.

Na formação dos sujeitos, sobretudo na sua infância, os processos psicológicos são constituídos, primeiramente, pelo convívio social, por meio das relações práticas entre os sujeitos (VIGOTSKI, 1998, p. 75). É importante observar que, nesse contexto de surgimento dos comportamentos futuros dos sujeitos, as funções elementares nascem no desenvolvimento biológico, enquanto que as funções superiores, como anteriormente explanado, nascem a partir de uma realidade histórico-cultural.

1.2.1 O CAMPO DA CULTURA NA BASE DA FORMAÇÃO MENTAL DOS SUJEITOS

Havendo o domínio do processo de formação das mentes humanas e compreendendo a importância dos signos como um todo e, sobretudo, da linguagem, cabe um passo adiante. Já venho argumentando que toda a teorização em que me apoio tem sua raiz na cultura, é cultural. Logo, os signos e a linguagem, a que os sujeitos estão expostos, são provenientes do contexto cultural em que estão inseridos. Dessa forma, entendo a cultura como um dos elementos a ser elucidado e base de todo o estudo; como categoria central do contexto empírico a ser submetido ao crivo da análise e diálogo, com o conhecimento anteriormente teorizado.

Nesse sentido, inicio um diálogo com os autores que, na mesma vertente teórica que Vigotski, atribuem à cultura papel central na constituição dos sujeitos. Apresento o conceito de cultura, mostrando a sua importância na análise da situação em estudo, para, por fim, aproximar a formação mental específica dos sujeitos ao contexto histórico-cultural.

Concordo com o que Vigotski (1998) e Rego (2004), com elaboração a partir de Vigotski, defendem. Realizo aproximação com o pressuposto de Vigotski, que parte da suposição de que os seres humanos são construídos pela cultura a que estão expostos. Assim, dependendo dos elementos, ou seja, dos tipos, da intensidade e dos significados representados pelos signos a que os sujeitos são expostos, estes são, hipoteticamente, constituídos na sua formação de acordo com o que o meio social carrega de elemento significativo. Essa hipótese é corroborada por Michael Tomasello, na obra *Origens*

Culturais da Aquisição do Conhecimento Humano. O autor é arrebatador quando afirma que “as crianças aprendem aquilo a que estão expostas, e diferentes culturas expõe-nas a coisas diferentes” (2003, p. 226). Pode-se afirmar, portanto, que para os humanos atuarem em contexto cooperativo, construindo, inclusive, instituições cooperativas formais, num espaço de tempo histórico, dentro da realidade cultural do grupo cultural específico, fazem-se necessárias presenças significativas de elementos com algum tipo de “carga para a cooperação”, e signos que representem, cumulativamente, elementos com significação cooperativa. Nesse processo, cabe destacar a linguagem a que os sujeitos protagonistas estão expostos desde a infância.

Os organismos herdam tanto o ambiente social, quanto seus genomas¹² (TOMASELLO, 2003, p. 109). O ambiente social em que os indivíduos vivem é o que denomino de cultura. Esse ambiente social é o espaço ontogenético do desenvolvimento humano. No ambiente social, de forma primeira

[...] as pessoas de um dado grupo social vivem de certa maneira – preparam e comem alimentos de certa maneira, têm um certo conjunto de modos de vida, vão a certos lugares e fazem certas coisas. Pelo fato de os bebês e de as crianças humanas serem totalmente dependentes dos adultos, comem dessas maneiras, vivem desses modos e acompanham os adultos quando estes vão para esses lugares e fazem essas coisas (TOMASELLO, 2003, p. 110).

As crianças podem acompanhar os adultos quando estes vão às cooperativas; observam calendários confeccionados pelas cooperativas com suas logomarcas pendurados na parede dos lares em que crescem; vêem os pais usarem bonés identificados com a

¹² Genomas são grupos de cromossomos transmitidos hereditariamente na concepção humana. Carregam as características biológicas dos sujeitos.

cooperativa, quando não usam os mesmos em sua infância, assim como participam de ações conjuntas que os familiares empreendem com vizinhos e parentes.

Assim, a cultura está diretamente relacionada ao que Bourdieu (1977) denomina de “*habitus*”. Nesse sentido,

O *habitus* particular em que uma criança nasce determina o tipo de interações sociais que terá, o tipo de objetos físicos que estarão à sua disposição, o tipo de experiências de aprendizagem e de oportunidades que encontrará, e o tipo de inferências que poderá fazer sobre o modo de vida dos que a rodeiam. Portanto, o *habitus* tem efeitos diretos sobre o desenvolvimento cognitivo quanto à “matéria-prima” com que a criança tem de trabalhar (TOMASELLO, 2003, p. 110).

As crianças estão biologicamente prontas a aprendizagens culturais por volta dos nove meses de idade, no sentido de começarem a compreender seus semelhantes como agentes intencionais, e essa nova compreensão provoca a aprendizagem por imitação, o que é uma prática com elementos integrantes da cultura em que estão inseridos, uma prática por meio da compreensão que outras pessoas têm dos artefatos materiais e simbólicos criados por indivíduos muito afastadas no tempo e no espaço (TOMASELLO, 2003, p. 129), como é o caso do movimento cooperativo que carrega sua história cumulativamente. Nessa fase inicial, as crianças são introduzidas na cultura ao imitarem seus semelhantes, geralmente os adultos que as rodeiam. As crianças estão aptas a participar de forma ativa do mundo cultural. Assim,

[...] a aprendizagem por imitação representa a entrada inicial das crianças no mundo que as rodeia no sentido de que agora podem começar a aprender dos adultos, ou, mais precisamente, por meio

dos adultos, de modos cognitivamente significativos (TOMASELLO, 2003, p. 116).

Nesse sentido, torna-se necessário dar a devida importância à maneira como, geralmente, os adultos cuidam da instrução das futuras gerações. A instrução recebida pelos mais jovens está diretamente ligada ao *habitus* em que estão inseridas. Assim, “*Tornar-se membro de uma cultura significa aprender algumas coisas novas de outras pessoas*” (TOMASELLO, 2003, p. 113). Isso é aprendizagem cultural.

Tomasello (2003, p. 117) chama atenção, ainda, para o papel de extrema importância nas interações das crianças com certos tipos de objetos, que se pode denominar de artefatos culturais. Ou seja, as crianças imitam, além da linguagem e sua carga de significação, os objetos com os quais têm contato, objetos que podem ser denominados, também, de signos com as suas significações, que podem ser, por exemplo, representativos de cooperação e cooperativas, dependendo do meio cultural do grupo em questão.

A ontogênese humana, dessa forma, é fruto da construção mental dos indivíduos, desde sua infância, na cultura. Para Molon, nessa lógica de raciocínio, as funções psicológicas superiores são fruto da passagem do que é interpsicológico (do meio social, da cultura) para o intrapsicológico no sujeito (2003, p. 92)¹³. Dessa forma, o processo ontogenético acontece na cultura construída no desenvolvimento histórico da humanidade. O homem tem nesse processo um papel ativo de agente cultural,

¹³ A passagem do interpsicológico para o intrapsicológico segue a lógica de constituição do pensamento humano concebido em três etapas: linguagem exterior, linguagem egocêntrica e linguagem interior, conceituadas a partir da página 43.

[...] a cultura cria formas especiais de conduta, muda o tipo da atividade das funções psíquicas. Ela constrói novos estratos no sistema do desenvolvimento da conduta do homem. [...] No processo do desenvolvimento histórico, o homem social muda os modos e procedimentos de sua conduta, transforma os códigos e funções inatas, elabora e cria novas formas de comportamento, especificamente culturais (VIGOTSKI, 1987, p. 38).

Molon (2003, p. 96) escreve que

O homem não só se adapta à natureza, mas a transforma, e ao transformá-la transforma a si mesmo¹⁴: ele sente, pensa, age, imagina, deseja, planeja, etc. o homem tem a capacidade de criar o mundo da cultura por meio dos instrumentos de trabalho e dos instrumentos psicológicos.

A cultura é uma produção coletiva da atividade humana, tendo significado central, comportando tanto a vida cotidiana quanto a carga histórica das experiências de cada ser. A cultura é vista como questão social, pois é feita de signos nas suas diversas formas de semiotização¹⁵, e a linguagem com sua carga histórica está no centro (MOLON, 2003, p. 101).

A transmissão cultural de geração à geração é uma maneira de passar adiante as habilidades já dominadas pelos co-específicos, mas isto só é possível na interação e assistência de um ser a outro. A tradição cultural e os artefatos culturais dos seres humanos estão carregados do que Tomasello chama de “*evolução cultural cumulativa*” (2003, p. 5). A evolução cultural cumulativa tem forte carga da sociogênese humana, em que indivíduos criam algo juntos, o que é uma poderosa forma de criatividade e de inventabilidade

¹⁴ Molon, assim como o próprio Vigotski é seguidora da perspectiva marxista.

¹⁵ O termo *semiotização* deriva de *semiótica*, que é expressa como teoria geral dos modos de produção, funcionamento e recepção dos diferentes sistemas de signos.

sociocolaborativa baseadas “na adaptação cognitiva exclusivamente humana para compreender os outros como seres intencionais iguais a si mesmo” (TOMASELLO, 2003, p. 54). Para o mesmo autor,

Algumas tradições culturais acumulam as modificações feitas por diferentes indivíduos no transcurso do tempo de modo tal que elas se tornam mais complexas, abrangendo um espectro mais amplo de funções adaptativas – o que pode ser chamado de evolução cultural cumulativa ou de “efeito catraca¹⁶” (2003, p. 51).

Os humanos, para compartilharem das conquistas culturais cumulativas no processo cultural já existente, precisam viver num mundo que tenha atividades sociais estruturadas (TOMASELLO, 2003, p. 152). Isso é possível no momento em que as pessoas começam a compreender nos semelhantes, atos intencionais; é quando passam a compreender os artefatos, as práticas sociais, materiais e simbólicas da cultura em que estão inseridos, tanto criados no tempo presente quanto em tempos passados de forma cumulativa (TOMASELLO, 2003, p. 127). É importante destacar que as conquistas culturais cumulativas e suas representações simbólicas estão aí para facilitar as interações cognitivas e sociais. Para Bruner (2002, p. 22), os sistemas simbólicos que os indivíduos usam estão “profundamente arraigados na cultura e na linguagem”. Segundo Bruner, ainda, a cultura é o “divisor de águas”, e nela os indivíduos e as mentes humanas constituem-se. Sem a cultura seríamos “animais incompletos ou inacabados” (GEERTZ, 1973, p. 49). Na cultura os significados das representações são negociados. A “cultura e a busca por significado dentro da cultura são as causas adequadas da ação humana” (BRUNER, 2002, p. 28).

¹⁶ A catraca é um dispositivo circular dentado que gira em seu próprio eixo que, ao rodar é acompanhada por uma trava mecânica que a impede de se mover em direção contrária. Nesse sentido justifica a analogia com a evolução cultural de forma cumulativa.

Na constituição dos sujeitos torna-se necessária a observação da construção mediada dos significados dos signos na cultura. Estes significados, segundo Bruner (2002, p. 66), são construídos de um sinal, de um referente e de um interpretante, na lógica do estudo dos signos operada por Peirce (1960, p. 228). Para Molon *“Na relação entre o referente, ou seja, a coisa referida ou o objeto significado e o significado aparece o significante que é o signo”* (2003, p. 107). Esse processo de constituição dos sujeitos na cultura e pela cultura

nos provê igualmente de diretrizes e estratégias para encontrar um nicho entre estabilidade e mudança: ela exorta, proíbe, atrai, nega, gratifica os compromissos que o si-mesmo assume. E o si-mesmo, usando suas capacidades para a reflexão e para projetar alternativas, evita, adota, ou reavalia e reformula o que a cultura tem a oferecer (BRUNER, 2002, p. 96).

As vidas humanas, denominadas de si-mesmos, são, assim, resultados do processo de significação, estando ligados ao coletivo social e à história do grupo cultural (BRUNER, 2002, p. 115). Nesse sentido, na linha vigotskiana, Molon (2003, p. 83) escreve que *“O eu se constrói na relação com o outro, em um sistema de reflexos reversíveis, em que a palavra desempenha a função de contato social, ao mesmo tempo em que é constituinte do comportamento social e da consciência”*. A consciência é entendida como a capacidade que o homem tem de refletir a própria atividade, havendo um vínculo entre a noção de consciência e de sujeito (MOLON, 2003, p. 88).

A consciência dos sujeitos, por sua vez, é constituída pelas significações culturais, as quais existem a partir do momento em que os mesmos se reconhecem no processo de significação; essa é uma relação mediada entre sujeitos que entram em contato por um

terceiro elemento, que é o semiótico¹⁷. A importância dos signos está exatamente na sua função como elemento de mediação no processo cultural de constituição das consciências e dos próprios sujeitos.

1.3 O PROCESSO DA EDUCAÇÃO NA ÓTICA HISTÓRICO-CULTURAL

Com o pensamento na hipótese das mentes das pessoas serem constituídas cooperativamente em contextos culturais específicos e, com a presença de elementos para tal, somos remetidos ao fato dessa constituição das mentes das pessoas passar por um processo educacional. Nesse sentido, torna-se necessário compreender o que os seres humanos entendem pelo termo cunhado de “educação”. Desta maneira far-se-á uma rápida explanação de como alguns dos teóricos da educação entendem a mesma para, em seguida, tecer sua ligação ao contexto histórico e cultural, entendendo-a como um processo que se dá na cultura e na *práxis*.

Na etimologia a sua origem é apontada pela raiz latina, por intermédio de dois termos: *educare*, que significa alimentar, cuidar e criar, referindo-se tanto às crianças quanto aos animais em geral e às plantas; e *educere*, que significa modificar de estado, tirar para fora, conduzir para (LIBÂNEO, 2004, p. 72). Esses dois termos são sintetizados na palavra *educatio*, que é traduzida por “educação”. Neste sentido, o termo “educação”, uma espécie de síntese de *educare* e *educere*, remete ao entendimento de significar “criação,

¹⁷ Vide nota 15.

tratamento, cuidados que se aplicam aos educandos visando adaptar seu comportamento a expectativas e exigências de um determinado meio social” (LIBÂNEO, 2004, p. 72).

Sob uma ótica bastante ampla do significado do termo, Libâneo escreve “*que há quase uma unanimidade entre os autores de considerar a educação como um processo de desenvolvimento...*” (2004, p. 74). Nessa lógica podemos inserir os diferentes autores, os quais, independentemente da corrente e do tipo de prática educativa que defendem, concordam que o educar é um processo em que, no caso específico dos seres humanos, esses são direcionados a se desenvolverem no e de acordo com o aglomerado humano específico em que estão inseridos. Se esse contexto de desenvolvimento tiver a presença de signos do movimento cooperativo e estes reflexo da importância da prática que representam, eles estarão presentes no processo educativo.

A educação possui um “*caráter eminentemente formativo [...] como processo de interação humana e social* (BOUFLEUER, 1991, p. 11). Para o mesmo autor (p. 20), a raiz da educação está na tomada de consciência que essa provoca, o que é possível admitindo-se o inacabamento do ser humano, que faz dele um ser em constante (re)construção. Paulo Freire (1979, p. 27-28) escreve que “*A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem*”. Em outra obra, o mesmo autor volta a chamar a atenção ao inacabamento do ser humano e da importância do processo formativo educativo no desenvolvimento do *ser*, apontando este como um ser cultural que precisa de cuidados especiais de seus semelhantes (FREIRE, 1996, p. 55-56); e esses cuidados no convívio social nada mais são

do que processos educativos destinados a desenvolver os envolvidos, desde as mais tenras idades, dentro da cultura em que se encontram.

Para Moacir Gadotti,

A educação participa inevitavelmente do debate no qual a nossa sociedade em crise se encontra envolvida e da angústia que ela suscita. A educação é um lugar onde toda a nossa sociedade se interroga a respeito dela mesma, ela se debate e se busca: educar é reproduzir ou transformar, repetir servilmente aquilo que foi, optar pela segurança do conformismo, pela fidelidade à tradição ou, ao contrário, fazer frente à ordem estabelecida e correr o risco da aventura; querer que o passado configure todo o futuro ou partir dele para construir outra coisa (2004, p. 43).

Na mesma perspectiva de Gadotti e Freire, Schmied-Kowarzik (1983) também afirma que a educação é *“integrante da produção e reprodução da vida social, que é determinada por meio da tarefa natural, e ao mesmo tempo cunhada socialmente, da regeneração de sujeitos humanos, sem os quais não existiria nenhuma práxis social”*. A própria sociedade depende da formação e da evolução dos indivíduos e esses não podem se desenvolver fora das relações sociais (SCHMIED-KOWARZIK, 1983). Assim, o processo de desenvolvimento do movimento cooperativo também depende das relações sociais educativas.

A educação é, desta maneira, responsável pela afirmação das identidades pessoais no mundo das tradições culturais, no espaço de convívio social (MARQUES, 1993, p. 13). As identidades pessoais serão dadas de acordo com os elementos presentes no meio do convívio social entre as pessoas dentro das tradições culturais de seu grupo. A educação,

contudo, “*sempre se apresenta como uma ação entre sujeitos, isto é, como uma ação social*” (BOUFLEUER, 2001, p. 24).

Após um rápido olhar sobre alguns recortes das defesas de alguns autores em relação ao que escrevem sobre educação e, sobretudo tendo presente a definição da formação das mentes humanas no contexto histórico-cultural e sua definição, opto e afirmo que todo e qualquer processo educativo acontece no contexto histórico-cultural, em que as atividades educativas ocorrem e só ocorrem em condições sociais e históricas. “*A educação é um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política, cultural*” (LIBÂNEO, 2004, p. 97). Esse é um processo que se dá na prática social, no dia-a-dia, em todos os tipos de situações e instituições, sejam elas na família, na escola, no sindicato, na cooperativa, etc. A idéia-chave da concepção histórico-cultural tem o processo educativo como

[...] um fenômeno social, enraizado nas contradições, nas lutas sociais, de modo que é nos embates da práxis social que vai se configurando o ideal de formação humana. Isso significa que a tarefa da reflexão pedagógica é a de superar a antinomia entre fins individuais e fins sociais da educação (LIBÂNEO, 2004 p. 78).

Nesse processo “*o homem vai se lançando no domínio que lhe é exclusivo, o da história da cultura*” (FREIRE, 1979, p. 63). Na concepção histórico-cultural todos os processos formativos que ocorrem no meio social são entendidos no campo da educação, sejam eles em modalidades formais ou não-formais de educação, ou seja, o dia-a-dia é

permeado pela educação, o dia-a-dia é um processo educativo. Assim, a educação também é perpassada pelo “efeito catraca¹⁸” (TOMASELLO, 2003), ou seja, a prática educativa

[...] concentra a experiência generalizada da humanidade no que se refere a saberes, experiências, modos de ação, acumuladas no decurso da atividade sócio-histórica de muitas gerações, para propiciar às novas gerações a apropriação ativa desses saberes e modos de ação como patamar para mais produção de saberes. Nesse movimento de objetivação-apropriação da cultura está a gênese dos processos educativos [...] [ocorre] na família, na escola, nas instituições e grupos sociais, nos movimentos sociais (LIBÂNEO, 2004, p.83).

O contexto em que se dá a educação é, portanto, o cultural, anteriormente definido a partir de Vigotski, Tomasello e seus seguidores. A educação de que trata esta dissertação é a do indivíduo humano. Nesse sentido, “*um indivíduo humano é uma pessoa social quando integra e possui dentro dele uma experiência tornada individual do ser cultural de seu próprio mundo de vida cotidiana*” (BRANDÃO, 2003, p. 21). Dessa maneira, as exigências sociais da cultura em que determinados indivíduos estão inseridos, constituem os mesmos, formam a mente dos mesmos pelos elementos presentes e necessários à (re)produção da vida e da ordem da sociedade específica. A prática social de formação das mentes, o que é um processo educativo inserido na cultura, constitui os indivíduos desde criança a terem tendências específicas em grupos culturais e geográficos específicos. Nesse sentido, faço referência à hipótese de que no espaço geográfico circunscrito pelo município de Três de Maio, pela presença histórica e cultural dos elementos relativos à cooperação, ao cooperativismo e às cooperativas, os seres humanos protagonistas locais constituem-se e formam suas mentes para a cooperação. Segundo Andrioli (2001, p. 210) “*podemos*

¹⁸ Vide nota 16 e seu contexto nas páginas 57 e 58.

afirmar que o fenômeno cooperativo está na raiz cultural deste povo”, e ele se refere à Região Noroeste do Rio Grande do Sul, onde se localiza a cidade de Três de Maio.

Para Brandão (2003, p. 25) ao *“que nos acostumamos a dar o nome de educação, acontece também dentro de um âmbito mais abrangente de processos sociais de interações chamado cultura”*. O mesmo autor ainda contribui escrevendo que *“educamos para tornar interior a pessoas uma cultura que as antecede, uma cultura que as conforma e que, em contrapartida existe nas e através das interações entre as pessoas”* (p. 141). Dessa maneira, *“para a antropologia todo o acontecimento da educação existe como um momento motivado da cultura. Mas toda a cultura humana é um fruto direto do trabalho da educação”* (p. 141) e, a *“educação é uma ação e um processo de formação pelo qual os indivíduos podem integrar-se criativamente na cultura em que vivem”* (LIBÂNEO, 2004, p. 162). Brandão (2003, p. 170), contudo, é enfático ao afirmar que o lugar de realização da mente humana é a cultura.

Assim, a cultura é construída nos processos de interação social e nos processos de construção de significados com os elementos presentes ao grupo, ou seja, a

[...] cultura é concebida como modos, formas e processos de atuação dos homens na história, onde ela se constrói. Está constantemente se modificando, mas, ao mesmo tempo, é continuamente influenciada por valores que se sedimentam em tradições e são transmitidos de uma geração para outra. A educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente (GOHN, 2005, p. 98).

O processo educativo histórico-cultural se dá na *práxis*, ou seja, desde as interações diárias elementares, e, assim, em todos os processos de vivências protagonizados por todas as culturas em todos os lugares, mas dentro de seu âmbito específico. “*Como um ser de práxis, o homem, ao responder aos desafios que partem do mundo, cria seu mundo: o mundo histórico-cultural*” (FREIRE, 1979, p. 46). Esse é o “*mundo de acontecimentos, de valores, de idéias, de instituições. Mundo da linguagem, dos sinais, dos significados, dos símbolos*” (FREIRE, 1979, p. 46). Esses símbolos com significados tornam-se signos que representam as concepções e realizações de grupos sociais.

Para Libâneo (2004, p. 139) o fenômeno educativo pode ser entendido pelos processos práticos, ou seja, pela *práxis* “*ativa dos indivíduos com o meio natural e social, entendido esse meio como ‘culturalmente organizado’*”, o que é caracterizado por uma relação ativa dos indivíduos com o meio tanto natural quanto social. Dessa maneira, cumpre destacar que, para compreender o desenvolvimento pela educação, é importante compreender “*que o homem entra em cena na história como um ser ativo, isto é, portador de uma atividade consciente e objetiva sobre o meio, transformando natureza e o meio social e, com isso, transformando-se a si próprio*” (LIBÂNEO, 2004, p. 140). Assim, na prática diária do cotidiano humano estão incluídas tanto as contradições e os conflitos, quanto às concordâncias, ou seja, a prática é carregada de um processo dialético no sentido marxista. A educação vista na prática diária tem, portanto, carga de educação transformadora em que o homem é sujeito da história e, na medida em que se transforma, transforma o mundo (GADOTTI, 2004, p. 30). O ser humano é um ser incompleto ao nascimento e esse se educa no cotidiano, durante a vida toda, durante a *práxis* de sua vida.

1.3.1 AS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO PARA A COOPERAÇÃO

Torna-se necessário entender em que modalidades ou espaços de educação se dá a constituição das mentes cooperativas no espaço do estudo de caso. É preciso, para tanto, ter idéia clara do se entende por educação formal, não-formal e informal¹⁹. Essa explanação ganha importância pela hipótese de que em Três de Maio a formação cooperativa das pessoas tem sua base nos espaços informais e não-formais de educação. Geralmente entende-se a educação como apenas ocorrendo no espaço da escola, desconsiderando os espaços não-escolares e sua carga de importância para a educação dos humanos. Concordar com a afirmação de apenas a escola ser um espaço de educação seria negar toda a vertente histórico-cultural que estou explanando.

O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (2006, p. 7-9), no clássico *O Que é Educação*, assim escreve:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. [...] Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.

¹⁹ Reconheço antecipadamente que a classificação em educação informal, não-formal e formal pode ser problemática, confusa por vezes, havendo discordâncias entre os autores. Para o estudo proposto e por clara concordância com essa perspectiva de análise da realidade social em questão, contudo, essa teoria é válida.

Como escreve Paulo Freire (1979, p. 28), “*A educação tem caráter permanente*”. Essa é a conclusão que se pode tirar das palavras de Brandão, quando este referencia que ninguém escapa da educação, ou seja, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, tanto da família quanto da escola (BRANDÃO, 2006, p. 10). Vigotski (2000) afirmou que os primeiros momentos de vida da criança são sociais; estão, portanto, na cultura, e a cultura é um espaço educativo; e os primeiros momentos de vida da criança são em família. Também Libâneo (2004, p. 14) concorda que “*as práticas educativas ocorrem em muitos lugares, em muitas instâncias formais, não formais, informais. Elas acontecem nas famílias, nos locais de trabalho, na cidade e na rua, nos meios de comunicação e, também, nas escolas*”.

A educação começa na família; logo ao nascimento das crianças, ou seja, no convívio social que as crianças têm desde quando nascem com as gerações mais velhas. Esse espaço educativo é prolongado pela vizinhança e pelo espaço cultural do grupo específico. Nessa conjuntura entram as organizações que o grupo ou a comunidade possui, e uma destas organizações pode ser a cooperativa com suas práticas de cooperação, tanto institucionalizadas ou não. Essa estrutura cooperativa e o seu ideário manifesta-se por meio de signos presentes no dia-a-dia. Em estudo de caso específico resta a busca pela compreensão de como a cooperação e suas instituições fazem uso pedagógico dos signos, seja de maneira direta ou indireta. A pergunta talvez seja: Onde há intervenção pedagógica? Para Libâneo (2004, p. 27),

[...] vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de

comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não-escolares. Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também, na criação e elaboração de jogos, brinquedos. A mídia atua na modificação de estados mentais e afetivos das pessoas não apenas pela propaganda, mas também disseminando saberes e modos de agir nos campos econômico, político, moral, veiculando mensagens educativas, relacionadas com drogas, preservação ambiental, saúde, comportamentos sociais etc. Nas empresas, há atividades de supervisão do trabalho, orientação de estagiários, formação profissional em serviço. [...] Ano a ano aumenta o número de congressos, simpósios, seminários. Desenvolvem-se em todo o lugar iniciativas de formação continuada nas escolas, nas indústrias. As empresas reconhecem a necessidade de formação geral como requisito para enfrentamento da intelectualização do processo produtivo.

A educação é, assim, protagonizada pela ação do meio histórico-cultural sobre os agentes humanos que dela participam, assim como estes agem sobre esse meio, conduzindo o processo. Em todas as culturas é permeada, na sua base, pelas ações diretas no âmbito familiar como *“mãe-filha, pai-filho, sobrinho-irmão-da-mãe, irmão-mais-velho-irmão-caçula e assim por diante”* (BRANDÃO, 2006, p. 32). Posteriormente passa para um âmbito mais abrangente como: amigo-amigo, vizinho-vizinho, professor-aluno, cooperado-agente-de-cooperação-da-cooperativa, cooperado-signo-cooperativo. A educação ocorre, portanto, em diferentes modalidades, as transpassando entrelaçadamente, tendo uma modalidade, dependendo das circunstâncias do estágio de desenvolvimento humano e da cultura, maior ou menor importância. Mesmo as modalidades da educação – informal, não-formal e formal –, sendo distintas, não podem ser consideradas isoladamente. Resta entender a definição de cada uma delas e a compreensão de como essas modalidades se articulam.

A educação informal é aquela exercida sobre os indivíduos pelas ações e influências do meio, ou seja, pelo ambiente histórico-cultural. Desenvolve-se, dessa forma “*por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural*” (LIBÂNEO, 2004, p. 31). Nessa lógica, não está ligada especificamente a uma instituição e muito menos as suas práticas estão organizadas sistematicamente. Entrementes, carrega também intencionalidade; por exemplo, a educação que os pais oferecem aos filhos. Assim, a educação informal acontece “*na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas etc.*” (GOHN, 2005, p. 99-100) e também na interação dos associados com a sua cooperativa. A educação informal é assim fruto de processos espontâneos, de certa maneira naturais, mesmo que esses estejam carregados de valores e representações (GOHN, 2005, p. 100); tem, dessa maneira, um caráter permanente.

Essa modalidade de educação é influenciada pelos aspectos físicos e biológicos circundantes do meio dos indivíduos protagonistas, como a paisagem e os fatores climáticos. Também é influenciada pelo modo como está estruturada a organização social do grupo em questão, no caso recebendo influências da organização sociopolítica, dos sistemas de crenças, das instituições que a comunidade possui, por exemplo, pela presença de uma cooperativa com seus signos e símbolos no meio ambiente físico e social. Essas influências estão presentes no meio social de forma dispersa, participando da educação que representa a constituição mental das crianças desde tenra idade. Para Libâneo (2004, p. 87) a educação informal atua “*efetivamente na formação da personalidade*”.

O campo da educação informal merece destaque pela sua importância de presença quantitativa na sociedade. Os processos de educação com certo grau de formalidade são perpassados pela educação informal. Seu caráter de não-sistematicidade e não-institucionalidade contribuem para tal, pois mesmo atividades formais em salas de aula não conseguem absolutizar seu tempo numa atenção total a sua prática, ocorrendo, muitas vezes, entre os participantes, trocas culturais espontâneas, que podem, inclusive, contribuir para o estudo sistematizado. A importância maior dada à educação informal, porém, vem em decorrência de que, na maior parte do tempo, os indivíduos estão se relacionando espontaneamente, no dia-a-dia. Informal é a educação desde o nascimento, mas carregada de elementos significantes presentes com sua carga intencional no meio social.

Todas as culturas estão alicerçadas num contínuo processo de transformação social; as “civilizações” originárias das culturas desenvolvem-se pelo “efeito catraca²⁰”. Assim, as sociedades foram surgindo a partir de processos elementares pouco complexos, como no processo educativo que tem sua origem nos meios informais. Aos poucos, contudo, as sociedades caminharam para uma maior complexificação, o que no campo educacional caracterizou o direcionamento para estruturas mais ricas de avivação da cultura. Os processos educacionais começaram a ser gestados do campo informal, para o não-formal e também para o formal.

A modalidade da educação não-formal difere, dessa forma, da informal por já ter sistematicidade e estruturação, mas ainda não de forma absoluta como no caso da educação formal, e por estar fora dos marcos institucionais oficializados como educativos. Também

²⁰ Vide nota 16 e seu contexto nas páginas 57 e 58.

possui intencionalidade já claramente definida. Libâneo (2004, p. 89), aponta a prática da educação não-formal em “*atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas*”.

Segundo Gohn (2005, p. 7) observa-se “*uma ampliação do conceito de Educação que não se restringe mais aos processos de ensino-aprendizagem no interior de unidades escolares formais, transpondo os muros da escola para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo etc.*”. Os espaços que a sociedade vem, cada vez com maior importância, utilizando para a prática da educação não-formal, entre outros, estão representados pelos movimentos sociais, pelas organizações não-governamentais, pelas ações de desenvolvimento social protagonizadas pelo coletivo em, por exemplo, associações e cooperativas e pelos meios de comunicação social, os quais são usados, por exemplo, por cooperativas com seus programas informativos específicos de carga educativa para seus associados, mas que são ouvidos pela sociedade em geral. Também atividades extracurriculares promovidas pelas escolas e inclusive nas escolas, são consideradas dentro do campo da educação não-formal. Outros exemplos são campanhas de alfabetização de adultos, ações das Igrejas, programas de saúde pública e ações de conselhos. Gohn (2005, p. 100), resumidamente, define o campo de prática da educação não-formal como “*as ações e práticas coletivas organizadas em movimentos, organizações e associações sociais*”.

A educação não-formal tem, portanto, sua ação sempre no campo do coletivo, dentro de um processo em que há a presença de um grupo, sendo vivida como *práxis* desse grupo (GOHN, 2005, p. 104), o que evidencia que o processo educativo se dá nas relações

sociais, mediadas por uma espécie de assessores, mas que interferem somente ao ponto de provocar, fazer fluir a criatividade do grupo em que a prática é alavancada. Gohn (2005) chama estes assessores mediadores de “*comunicadores*”. Essa aprendizagem por meio da prática social é uma construção de conhecimentos pelo agir comunicativo, que permite a troca de experiências de forma dialética na *práxis* social, geralmente sob a forma verbal, o que denota grande flexibilidade na apropriação da prática pelos protagonistas, tendo cada um a possibilidade de recriar os saberes a seu modo, ao seu tempo.

A educação formal compreende as atividades de carga educativa que têm presentes intencionalidade e sistematicidade com condições previamente preparadas, caracterizando um trabalho pedagógico-didático. A escola formal é o espaço tradicional onde ocorre a educação formal. Está, assim, associada a comprovantes de progressão no ensino oficial. Para Boufleuer (2001, p. 82), a escola é o lugar em que a educação se dá “*de forma intencional e planejada*”. Libâneo (2004, p. 145-146) escreve que ocorre educação formal

[...] onde quer que se desenvolva uma prática educativa envolvendo objetivos explícitos, ação deliberada e sistemática, estruturação didática e condições organizativas, uso de métodos e procedimentos, expectativa definida de resultados e aprendizagem.

Perceber que os processos educativos construtores da cultura e dos signos nessa cultura são processados em diferentes modalidades educativas, revela a sua abrangência. Alguns movimentos concretamente constituídos na sociedade, como o movimento cooperativo, entretanto, podem constituir-se e usufruir de apenas uma ou duas modalidades educativas. Por isso, e pela hipótese que afirma isso, anunciada nas palavras introdutórias deste item, qual seja, que o movimento cooperativo em Três de Maio, constituiu-se nas

modalidades educativas informal e não-formal, que se torna importante visualizar a abrangência das mesmas. A partir daí, há clareza para analisar o contexto empírico e verificar a projeção hipotética.

1.4 A NECESSIDADE NA BASE DA COOPERAÇÃO

Toda realização tem em sua base um elemento propulsor, um problema, uma centelha que acende uma cadeia de ações que levam a um resultado específico, à resolução do problema. A necessidade pode ser esse elemento, ganhando, assim, importância na produção do entendimento relativo à hipótese central do estudo. A necessidade como base para a criação de cooperativas. Em outras palavras entende-se que sempre que se criam cooperativas, que os indivíduos partem para ações de cooperação, essas são motivadas por algum tipo de necessidade; necessidade como o elemento propulsor. Essa “necessidade”, entretanto, não possui um sentido único, mas precisa ser, também, categorizada. Para melhor exprimir essa categorização, talvez o emprego do termo mais apropriado seja: “necessidades”.

A partir da visualização de que a necessidade possui um sentido plural, duas são as suas categorias básicas: uma, observando a necessidade mais no sentido literal da palavra no que tange a questões básicas de sobrevivência, em que podemos nomeá-la de reprodução biológica; outra, partindo das necessidades criadas a partir dos interesses do meio social envolvido, em que podemos nomeá-la de reprodução social. Essa categoria das necessidades sociais, no entanto, é mais complexa, sobretudo, novamente,

subcategorizando-a a partir de quem parte os interesses que movem o grupo social que as protagoniza, ou seja, se esses interesses partem com centralidade do grupo cultural que as efetiva, ou se há interesses externos, originados de outros grupos culturais, os quais são a base de construção das mesmas.

Também é importante o registro de que as necessidades de reprodução biológica e as de reprodução social estão postas à sociedade numa tessitura complexa. Isso significa que se entrelaçam, por vezes ultrapassando os limites uma da outra, mesmo que pareça fácil delimitar as necessidades biológicas. Assim, não possuem limites claramente definidos. Entrementes, ambas fazem parte e são constituídas e reconstruídas no contexto histórico-cultural num processo dialético.

Criam-se cooperativas; os indivíduos cooperam; mas será que esses atos coletivos iniciam do nada, ou há algo que move as pessoas a iniciar empreendimentos em grupo? Será uma questão humana de sentir necessidade de estar no coletivo? Será um instinto de sobrevivência? Será uma construção do meio social? Ou uma imposição de seres semelhantes e externos ao grupo cooperante que, por meio da organização do coletivo, tem a possibilidade de usufruir vantagens, sobretudo econômicas? E há vantagens para o grupo ao se organizar no sentido da sua satisfação? As respostas poderão ser obtidas apenas durante a busca e análise de dados relativos à cooperação e suas instituições concretas no estudo de caso de que resulta essa dissertação.

A hipótese de a necessidade estar na base da cooperação merece um olhar bastante atento, um olhar minucioso. É um dos filtros que guiam a pesquisa na observação do

contexto empírico, sendo dessa forma uma das categorias empregadas para analisar os dados colhidos no meio social cooperativo em destaque.

A presença da motivação da ação pela necessidade é observada quando Vigotski, analisando o processo de formação do pensamento, escreve que é “*precisamente com o auxílio dos problemas propostos, da necessidade que surge e é estimulada, dos objetivos colocados [...] que o meio social circundante [...] motiva [o humano] e o leva a dar [...] passo decisivo no desenvolvimento de seu pensamento*” (2000, p. 171). Toda e qualquer ação passa pelo pensamento, inclusive ações de cooperação; assim, o mesmo processo de maturação e constituição do pensamento se aplica às diversas ações humanas, ou seja, são os problemas impostos pelo meio social que provocam necessidades nos humanos. Os problemas colocados perante os humanos, estando num meio social, estão diretamente ligados ao meio profissional dos mesmos (VIGOTSKI, 2000, p. 171), em que a atuação profissional representa sobrevivência pelo trabalho, para saciar necessidades.

Na perspectiva de que o meio social circundante motiva o ser humano a passos decisivos, já se responde afirmativamente a indagação em que se pergunta se a necessidade é uma construção do meio social. Os problemas que se colocam iniciam pela perspectiva do alimento para saciar a manutenção do físico humano, sendo logo alargados, no processo de construção do pensamento e da linguagem²¹, para o campo abstrato criado na e pela cultura vigente. Aqui pode-se visualizar como a construção das necessidades se processa por meio

²¹ Para entender a construção do pensamento e da linguagem dos seres humanos, vide o item 1.2 deste capítulo.

das etapas²² da constituição da linguagem ao pensamento propriamente dito. Nesse ínterim, os conceitos espontâneos e científicos²³ também podem ser situados pelas subcategorizações das necessidades.

Durante o período em que há a predominância dos conceitos espontâneos nas crianças, as necessidades mais importantes postas a estas são as da reprodução biológica, enquanto que no processo de desenvolvimento dos conceitos científicos, pelos quais o pensamento constrói a perspectiva da abstração, gradativamente aumenta a capacidade e efetivamente ocorre o desenvolvimento das necessidades do campo da reprodução social.

As necessidades de reprodução biológica também estão na base do período em que as crianças manifestam a linguagem apenas de maneira exteriorizada (linguagem exterior). Continuam predominantes na fase da linguagem egocêntrica, mas aos poucos, no processo de constituição da linguagem interior, vão agregando-se às necessidades do campo da reprodução social, processo que é acompanhado da construção dos conceitos científicos. Já na fase adulta, pensando de maneira abstrata, há predomínio das necessidades da reprodução social, desde que as necessidades da reprodução biológica sejam previamente atendidas. Por isso, há constante dialética entre as subcategorias das necessidades.

Entender essa perspectiva teórica remete a visualizar também o que se entende por conceitos de necessidades de reprodução biológica e necessidades de reprodução social,

²² As referidas etapas são: linguagem exterior, linguagem egocêntrica e linguagem interior. Vide sua conceituação a partir da página 43 desta dissertação.

²³ Os conceitos espontâneos e científicos foram descritos a partir da página 49 desta dissertação.

assim como esses se entrelaçam com o movimento cooperativo sob a égide histórico-cultural. Esclarecer essa aproximação é o que se pretende com os termos que seguem.

A cooperação e o cooperativismo surgem como um processo de melhor organização da vida material, do trabalho que os humanos desenvolvem; surgem como uma necessidade de melhora desse processo. A mesma lógica da presença da necessidade Vigotski (2000, p. 11) aponta em relação à linguagem:

A comunicação, estabelecida com base em compreensão racional e na intenção de transmitir idéias e vivências, exige necessariamente um sistema de meios cujo protótipo foi, é e continuará sendo a linguagem humana, que surgiu da necessidade de comunicação no processo de trabalho.

Relacionar a necessidade ao trabalho, dentro da perspectiva histórico-cultural, significa estar na perspectiva materialista-dialética. *“De acordo com essa abordagem, o pressuposto primeiro de toda a história humana é a existência de indivíduos concretos, que na luta pela sobrevivência organizam-se em torno do trabalho estabelecendo relações entre si e com a natureza”* (REGO, 2004, p. 96). Assim, a necessidade surge como um processo de prática consciente em que o ser humano interage com e sobre a natureza e a sociedade. O ser humano é

[...] um ser social e histórico e é a satisfação de suas necessidades que o leva a trabalhar e transformar a natureza, estabelecer relações com seus semelhantes, produzir conhecimentos, construir a sociedade e fazer a história. É entendido assim como um ser em permanente construção, que vai se construindo no espaço social e no tempo histórico (REGO, 2004, p. 96-97).

Os humanos sentem necessidade de intercâmbio entre si, o que é uma atividade social, uma atividade que é praticada no coletivo, tendo, portanto, a cooperação entre semelhantes na sua base. Helmuth Faust (1977, p. 17) expõe que, desde que os homens habitam a humanidade, sempre que puderam, organizaram-se coletivamente, juntaram forças para sua satisfação, ou seja, para satisfazer suas necessidades. Na origem da história do cooperativismo “*estão as dificuldades, as necessidades e os interesses das pessoas*” (FRANTZ, 2006, p. 60). Para Boufleuer, é no cotidiano que os seres humanos agem tanto de forma espontânea como também motivados pela necessidade. Para ele, “*agimos comunicativamente por uma questão de necessidade, porque sem isso não seria possível a cooperação, a educação, o trabalho coletivo etc.*” (BOUFLEUER, 2001, p. 42). Para Araújo (1982, p. 85),

A cooperação se dá devido a uma certa compulsão entre os homens, nascida em termos primários das necessidades a serem satisfeitas. Estas manifestações de auxílio mútuo surgem, geralmente, em períodos sociais mais adversos à satisfação das necessidades coletivas. Teoricamente, esta é a explicação para o aparecimento de associações cooperativistas onde e quando obstáculos colocam-se para um grupo de indivíduos.

A comunidade colocada em análise alicerçou-se em diversos momentos de sua história na organização, em forma de instituições cooperativas concretas para resolver muitos de seus problemas. Nessa história o cooperativismo pode ser classificado em diversas fases, que serão elucidadas e analisadas no próximo capítulo. Aqui é apenas importante a informação de que o cooperativismo manifestou-se em diversas fases, para compreendermos as categorias de necessidades que motivaram a sua instituição.

Basicamente classifico duas categorias de necessidades, já nomeadas anteriormente, quais sejam, reprodução biológica e reprodução social.

Para elucidar uma categoria de necessidade, recorro inicialmente ao *Dicionário Aurélio* que define necessidade como aquilo “*que é absolutamente necessário; aquilo que é inevitável, fatal; privação dos bens necessários; indigência, pobreza*” (FERREIRA, 1985, p. 330). Neste sentido, esse primeiro tipo ou modalidade de necessidade está mais ligado à satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, entendidas no sentido de satisfação daquilo que é estritamente necessário para a manutenção da vida em seu sentido biológico, mas também não deixando de lado a manutenção da qualidade de vida social. Nas palavras de Ferreira podemos observar a referência material quando fala em privação de bens necessários, e isto nos remete à ação na prática diária, ou seja, à organização da ação diária, de uma maneira que no coletivo as necessidades básicas possam ser mais bem satisfeitas.

Dentre as necessidades dessa categoria – a da reprodução biológica – podem ser implicitamente nomeadas algumas: alimentação, vestuário que proteja das intempéries, convívio social. Outras vão agregando-se, tais como organizações coletivas, dentre as quais as cooperativas, quando do contexto em que, sozinhos, os seres humanos não conseguem atender as primeiras. Nessas cooperativas, a produção, o armazenamento, a compra conjunta, a comercialização, a industrialização, o consumo, o crédito e a prestação de serviços podem ter a conotação de reprodução biológica; no caso, quando para satisfazer o regime alimentar, a proteção às intempéries e o convívio humano necessários à manutenção digna da vida.

Trata-se de ir ao coletivo quando o meio social não permite mais que individualmente os sujeitos se satisfaçam. Essa modalidade pode ocorrer quando do “desbravar” de novas áreas geográficas, onde ainda há certa ausência do Estado e suas estruturas e infra-estruturas de auxílio às pessoas; ou, então, quando se objetiva tanto criar canais de escoamento, quanto buscar preços melhores para a produção ou o consumo. Trata-se de as pessoas, sentindo a necessidade de algo, organizarem-se por si só. Essa necessidade básica pode também ser motivada pela vontade de prosperar economicamente. Neste caso, já atuando na perspectiva do pensamento abstrato, com clara aderência no campo da linguagem interior.

Importante destacar de que é uma modalidade de necessidade que parte de dentro das pessoas envolvidas e de dentro de seu grupo social, com as ingerências de outros grupos culturais ficando em segundo plano.

A categoria das necessidades denominadas de reprodução social, abarca aquelas exclusivamente construídas pelos grupos sociais. Isso significa que, o que é necessidade em determinado contexto de um grupo cultural, em outro não precisa necessariamente sê-lo. Dessa maneira, também é exercido dentro de grupos específicos, ou seja, pelo protagonismo local. Não está mais tão ligado, contudo, à satisfação de questões básicas, mas sim, muito mais relacionado a interesses. Esses interesses podem ser elaborados tanto por sujeitos integrantes dos grupos culturais, quanto por sujeitos externos a essas culturas, e ambos, muitas vezes, empreendem ações em conjunto.

Assim, esses sujeitos externos, com interesses, que podem até ser necessidades para eles, aliados a alguns dos integrantes de determinados grupos, podem fazer de novas práticas, instrumentos para constituir cooperativas.

Esses interesses externos, sejam eles impulsionados por grandes conglomerados empresariais de cunho consumista ou pelo Estado, ou pela aliança entre os dois, constroem nas mentalidades das pessoas algum tipo de necessidade que, aos poucos, parecem se transformar em demandas inatas às pessoas de espaços específicos. Geralmente nesse processo há certa homogeneização do pensar de uma grande área geográfica, e as pessoas desse meio passam a acreditar que necessitam, todas, de forma natural, de algo – na verdade construído. Para satisfazer essa necessidade criada a partir do meio externo, a cooperação passa a ser um dos meios, novamente com o coletivo proporcionando o que o individual não consegue alcançar. A ação para a organização cooperativa ocorre, normalmente, a partir daí. Exemplo tácito foi a mudança da matriz produtiva da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, da suinocultura para o trigo e a soja, nas décadas de 50 a 70²⁴ do século 20, o que veio por interesses externos ao grupo social local.

As necessidades da categoria da reprodução social, como expressam os próprios termos, estão alicerçadas nos costumes que sedimentam e garantem a continuidade de determinados grupos; podem, assim, serem cerimônias religiosas, festas típicas, vestimentas características e também uniformização de determinada matriz produtiva, assim como estímulos do mercado, entre outros, todos vistos como necessidades por esses

²⁴ Maiores detalhes dessa mudança de matriz produtiva podem ser encontrados no capítulo 2 desta dissertação.

grupos. Sendo os costumes flexíveis (HOBSBAWN, 1997, p. 10), permitem sua re-elaboração e são re-elaborados constantemente. Permitem também a influência de interesses externos nas tradicionais práticas de determinados grupos. Assim, é possível, a partir do elemento forasteiro, por exemplo, criar condições favoráveis a mudanças na matriz produtiva, o que, por sua vez, gera novas necessidades de reprodução social, tais como novos modelos de cooperativas.

Uma questão que se coloca perante o exposto, é de como é possível constituir nas pessoas algum tipo de necessidade. A resposta passa pela educação. Tanto em meios formais quanto em não-formais e informais. O poder dos meios de comunicação social é largamente utilizado para tal. O rádio e a televisão, com sua força formativa, pelas mensagens que passam por meio dos signos que utilizam, trazem carga para a constituição mental aos seus expectadores. Também as estruturas do Estado, a Igreja e tantos outros, contribuem, muitas vezes, imersos na matriz produtiva, sem ter a clareza do que realmente estão transmitindo. As interações sociais são assim, decisivas. Ainda, emerge nova indagação: como e com quais atores esse processo efetivamente acontece em Três de Maio? Para responder, busco, nos capítulos subseqüentes, o diálogo com a realidade social e com os atores dessa comunidade.

2. O COOPERATIVISMO E AS SUAS COOPERATIVAS: uma história global vivenciada em âmbito local

O caminho percorrido, até aqui, pela escrita, buscou, inicialmente, situar o leitor em relação à vertente teórica a que se busca aproximar a realidade empírica de determinado caso. Para tanto, a busca da clareza em torno da conceituação sobre a cooperação e o cooperativismo foi a base inicial. A matriz histórico-cultural de formação do sujeito e a busca da construção desse no contexto da cultura se sucederam. Nessa perspectiva, a cultura vem apontada como análise básica para a produção de sujeitos. O entendimento da educação e suas respectivas modalidades que aproximam o contexto empírico do estudo à formação das mentes cooperativas, também é elucidado. Na primeira parte evidencio, ainda, a teorização da categoria da necessidade como base para o impulso do fenômeno da cooperação.

Apresentar uma matriz teórica no primeiro capítulo só foi possível depois de ter alçado os primeiros contatos com o contexto empírico, esses ainda como militante inserido e fruto desse contexto, o que foi o primeiro passo da presente pesquisa. Em seguida, como segundo passo, a partir de querer entender o contexto empírico, foram levantadas as

hipóteses. O passo seguinte foi buscar aporte teórico para dialogar com as hipóteses e também com o contexto, este apresentado no primeiro capítulo. E, nesse momento, o importante a fazer é mostrar o contexto empírico, já com o detalhamento do olhar por meio de uma teoria, mas ainda não a sua análise, o que caberá em momentos posteriores.

Para entender um estudo de caso, em que, por intermédio, sobretudo de cooperativas, se manifesta a cooperação, fazendo parte da “construção de pessoas”, é de extrema importância ter presente que uma comunidade com traços fortes em relação às cooperativas, não é algo despreendido de uma conjuntura mais ampla. Assim, para ajudar, parte-se de alguns questionamentos básicos: Em que contexto se deu o surgimento de cooperativas? A realidade local se liga à história mais ampla do cooperativismo? A propósito, como se deu a história do cooperativismo, tanto no mundo, no Brasil, bem como no nosso Estado? Qual é mesmo o espaço geográfico e histórico em que se desenvolve a pesquisa? Que conjuntura tanto regional quanto local proporciona o desenvolvimento do fenômeno do cooperativismo? E as cooperativas locais?

Assim, a primeira parte desse capítulo busca elucidar a base da história de surgimento do cooperativismo pelas suas cooperativas, bem como o contexto em que esse se torna realidade.

Em seguida, a caracterização da comunidade que está sendo estudada é mister; aí também há uma conjuntura a ser compreendida, na qual se apresentam as cooperativas que, ou habitaram ou habitam esse espaço.

Escrever sobre um contexto é possível, primeiramente, por se estar inserido no mesmo. Buscar uma conjuntura e uma história para além desse contexto, ainda é um trabalho orientado pela bibliografia já consagrada, mas para ir ao espaço do estudo de caso é necessário se valer de outros “instrumentos”. A convivência, o conhecimento do ambiente de pesquisa, é um desses instrumentos, mas isso não basta. Dessa forma, para mostrar a história local, foi valiosa a contribuição de seus protagonistas que, em sua maioria, são pessoas já de certa idade, e com eles a busca de informações foi intensa, sobretudo com o instrumento da entrevista. Cabe destacar que sem a contribuição desses valiosos colaboradores, nada do que aqui está exposto seria possível. Quanto às cooperativas mais recentes e que continuam a trabalhar pelos seus associados, a busca por informações foi mais fácil, pois, pelas tecnologias atuais, há bastante material escrito e impresso, o que é expresso em fôlderes, pequenos jornais informativos, entre outros.

2.1 O COOPERATIVISMO PELA HISTÓRIA

Entender a constituição das pessoas no processo do movimento cooperativo e do próprio movimento cooperativo pelas pessoas na cultura, além de constituinte e constituidor da cultura de um povo, implica conhecer a história cooperativa na sua evolução cultural cumulativa. Por isso, evidencia-se a necessidade e automaticamente o interesse e a efetiva pesquisa daqueles ligados ao tema no seu desenvolvimento histórico.

Lançar o olhar na busca das origens históricas do cooperativismo é um tanto ousado, sobretudo quando há de se fazer a sistematização da busca em poucas linhas. Ao

buscar as origens do cooperativismo surgiram muitas dúvidas, desencontros, discordâncias entre os autores, desníveis entre os períodos históricos, entre outros problemas; contudo é possível a tentativa da busca de algum tipo de consenso, ou uma linha geral. A bibliografia é bastante extensa; praticamente todos os pesquisadores que tem o cooperativismo como seu tema de pesquisa, lançam parte do seu olhar no campo da história. Isso se faz necessário para entender as experiências locais. É como Paulo Freire (1979, p. 33) se expressou: *“Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos”*.

As primeiras experiências de construção da cooperação entendendo estarem situadas em tempos longínquos, remotos. Praticamente todas as civilizações tiveram as suas, portanto não se pode fazer uma linha de tempo, classificando-as. A questão central parece ser que o cooperativismo tem seu nascimento como reação aos problemas sociais e econômicos de sua época (FRANTZ, 2006, p. 29), e isso remete à totalidade das civilizações.

A centelha da cooperação, mesmo que ainda não nos moldes atuais, pode ser observada nas sociedades irrigacionistas primitivas da Mesopotâmia e do Rio Nilo²⁵. Sempre que pessoas se reúnem, para algum fim, há algum tipo de cooperação. As civilizações da Mesopotâmia e do Nilo foram, efetivamente, as primeiras civilizações sedentárias organizadas, pelo domínio da irrigação, de que se têm notícias, e, para tal, houve, também, cooperação. Caso tenha-se presente, contudo, que basta pessoas reunirem-

²⁵ Há autores que entendem que nessas civilizações, assim como nas civilizações primitivas das Américas, nos quilombos e inclusive na Colônia Tereza Cristina, houve apenas colaboração, caracterizada pela participação em um projeto previamente definido. Contudo, mesmo que se admita esse conceito de colaboração, essas experiências na prática da colaboração podem ser embriões de práticas cooperativas, pois a colaboração é uma maneira de cooperar.

se para haver cooperação, não pode-se descartá-la entre os grupos de pastores nômades. Aliás, as famílias são embriões de cooperação primeira.

As formas de organização primitivas autóctones, sobretudo das Américas, pode-se denominar de organizações com foco na cooperação. Os aldeamentos²⁶ nada mais são do que grupos organizados cooperativamente, caçando e pescando para a alimentação da tribo – observa-se, basicamente, a categoria necessidade biológica –. Classificam-se, aí, inclusive, a organização dos Trinta Povos das Missões, dos quais conhecemos melhor os Sete Povos das Missões do lado brasileiro. Do mesmo modo, a organização cooperativa estava manifesta nos quilombos²⁷ brasileiros, bem como é bastante forte entre os grupos remanescentes de quilombolas. Pode-se apontar, ainda, os movimentos messiânicos²⁸ nesse ideário.

Helmut Faust (1977, p. 18) aponta que na Babilônia foram fundadas cooperativas agrícolas. No prefácio à obra de Holyoake, Renk (2005, p. 5) expõe que:

[...] tivemos iniciativas cooperativas em diversas partes do mundo. A título de ilustração mencionamos os *ayllus* entre os incas pré-colombianos; as reduções jesuíticas entre os índios guaranis do Brasil, Paraguai e Argentina, [...] em meados do século 17; os colégios no início da civilização romana e uma que outra comunidade mesopotâmica do segundo milênio antes de Cristo.

²⁶ Os aldeamentos são a organização em grupos que as tribos indígenas autóctones do Brasil possuem. A aldeia possui, geralmente, uma habitação central, onde vive o chefe da tribo com sua família, com as demais habitações dispostas circularmente a essa. Os aldeamentos são geralmente ligados por laços de consangüinidade.

²⁷ Os quilombos eram organizações sociais, geralmente em locais ermos, protagonizados por escravos fugidos na época em que era vigente o regime da escravidão no Brasil. Seus integrantes eram chamados de quilombolas.

²⁸ Os movimentos messiânicos valem-se em reunir as pessoas ao redor do ideário religioso mesclado com misticidade. Pode-se citar, como exemplos: Canudos, Mucker e Contestado.

Foi na Europa, contudo, aos poucos, pela conjuntura que se apresentava e com a contribuição de alguns pensadores do tema, que o cooperativismo foi se delineando como uma experiência sistemática, nos moldes de como o conhecemos hoje. Torna-se importante destacar a contribuição de alguns pensadores como Robert Owen, William King e George Jacob Holyoake, na Inglaterra; Saint-Simon, Charles Fourier, Philippe Joseph Benjamin Buchez e Louis Blanc, na França; Victor Aimé Huber, Hermann Schulze-Delitzsch, Ferdinand Lassalle e Friedrich Wilhelm Raiffeisen, na Alemanha. Sem estes, referência para o seu tempo, com seu pensamento associativo e envolvidos com a fundação sistemática de cooperativas, o cooperativismo não seria o que se apresenta hoje. Estudá-los é passear pela história do cooperativismo, contudo apenas os cito, pois não cabe aqui um aprofundamento tão eloqüente.

A história registra que já no ano de 1100, colonos que migraram da Holanda para o norte da Alemanha levaram o modelo de organização cooperativa holandês e se organizaram dessa forma na Alemanha (FAUST, 1977, p. 29). O mesmo autor aponta, a partir dessa época, a organização de cooperativas de produção de feno e de moinhos cooperativos e suas experiências, tanto na Alemanha como na Suíça (p. 29). Ele (p. 30) expõe, ainda, que no ano de 1743, na localidade de Lerbach im Oberharz, na Alemanha, foi fundada uma cooperativa. Na Inglaterra, em 1763, trabalhadores das docas estatais de Woolwich e Chatham organizaram-se cooperativamente (SCHNEIDER, 1999, p. 39). Na Escócia há registros de organizações cooperativas em 1769 e 1777. Na França há registros de cooperativas de trabalhadores de 1823 (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 33). Inúmeras iniciativas são possíveis de citação; isso mostra que as experiências foram aperfeiçoando o cooperativismo para, em 1844, também na Inglaterra, ser materializada

para a posteridade a experiência que ficou conhecida como marco do cooperativismo moderno, que sistematizou os valores e princípios do cooperativismo, colocando-os efetivamente em prática, e o que é o mais importante: funcionando e trazendo benefícios aos seus protagonistas.

Cabe o registro da necessidade de um melhor estudo do cooperativismo na conjuntura soviética. Outros destaques que merecem atenção são os *Kibbutzim*, que eram as comunidades cooperativas integrais, protagonizadas a partir de 1910 pelos judeus na Europa Oriental. De igual importância cabe destacar o complexo cooperativo de *Mondragon* (WHYTE; WHYTE, 1988) na Espanha.

O contexto do surgimento do cooperativismo moderno aponta para um conjunto de adversidades e de necessidades humanas. Era uma época difícil, em que a revolução industrial, então em curso, impunha condições desumanas aos trabalhadores, explorando seu trabalho, mas não lhes correspondendo nem com a base para o seu sustento – as necessidades biológicas. A moderna organização cooperativa surgiu para buscar alternativas perante “*efeitos excludentes do capitalismo*” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 32). Essa foi a conjuntura em que as idéias da associação entre iguais, de forma solidária, foram postas em prática no intuito de promover um ganho econômico aos cooperantes. A industrialização provocou a maciça pauperização dos até então camponeses trabalhadores rurais, agora transformados em operários, juntamente com suas crianças. A reação de cunho cooperativista foi influenciada pelo ideário associativista protagonizado pelos pensadores anteriormente citados.

Na França, os operários organizaram uma série de protestos contra as condições de trabalho desumanas nas fábricas em que trabalhavam, decidindo fundar e administrar coletivamente suas próprias fábricas (BIRCHALL, 1997, p. 21). Na Inglaterra, abatidos, também, pelas mesmas condições, ou seja, a miséria, os baixos salários e as condições de trabalho desumanas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 33), os trabalhadores também optaram pela força coletiva para obter melhores condições de vida, no caso da cooperativa de Rochdale, para ter melhores condições de consumo. Essa organização em uma sociedade de consumo significou amenizar os efeitos do capitalismo e da opressão, o que foi uma reação em defesa da economia dos trabalhadores, refletindo em ganhos sociais.

Foi há pouco mais de 160 anos que um grupo de 28 pioneiros, no *Toad Lane* (Beco do Sapo), em Rochdale, bairro da cidade de Manchester, condado de Lancaster, na Inglaterra, inaugurou para a posteridade a moderna cooperativa. Assim escreve um dos conterrâneos da época:

Numa tarde triste de inverno, a mais longa do anno, **21 DE DEZEMBRO DE 1844**, os probos pioneiros inauguraram as suas operações. Os que conhecem a opulência actual e recordam aquelles começos, sorriem, pensando naquella inauguração extraordinária (HOLYOAKE, 2005, p. 27). (Grifo do autor).

Tratava-se de visionários, com o objetivo de fornecer produtos de consumo a preços compatíveis com os rendimentos dos trabalhadores, mas que não imaginavam a importância que teriam para a posteridade; os *Equitable Pionneers of Rochdale*, ou Probos Pioneiros de Rochdale, ou os 28 Tecelões de Rochdale, como ficaram conhecidos.

A inspiração nos moldes dos pioneiros foi e continua sendo a base das cooperativas pelo planeta. A sistematização dos *Probas Pioneiros* cresceu em importância e em número de organizações ao redor do globo em tamanha envergadura, que foi criada, já em 1895, uma organização em nível mundial, para zelar pela identidade cooperativa, ou seja, para uniformizar os valores e princípios. Essa organização tem por base, com pouquíssimas modificações, os estatutos de Rochdale, uniformizando esse legado. Trata-se da Aliança Cooperativa Internacional – ACI –, criada no primeiro Congresso Internacional Cooperativo (SCHNEIDER, 1999, p. 57).

Para a atual configuração do cooperativismo, contribuiu significativamente a criação das chamadas “Caixas Rurais”, nos moldes do cooperativismo de crédito *Raiffeisen*. No século 19, também em conjuntura adversa de profunda necessidade, foi concebido esse sistema cooperativo. Trata-se das cooperativas de poupança e empréstimo. Esse modelo cooperativo foi criado por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, na Alemanha. Friedrich Wilhelm Raiffeisen, quando nomeado prefeito da cidade de Weyerbusch, encontrou 27 pequenas, paupérrimas e miseráveis comunidades rurais, degradadas pelos efeitos negativos da incipiente industrialização (RAMBO, 1988, p. 208).

Ao assumir a prefeitura, Raiffeisen encontrou apenas miséria para administrar. Mesmo perante as adversidades, no entanto, as experiências coordenadas por ele levaram-no a idealizar

[...] um movimento cooperativo, fundado na auto-ajuda, de inspiração cristã de amor ao próximo, com ênfase na formação moral, que adquiriu importância pela implantação de cooperativas

de crédito para atender as necessidades dos agricultores alemães (FRANTZ; HILGERT; CORRÊA, 2006, p. 66).

A efetiva configuração do sistema cooperativo *Raiffeisen* deu-se após vários anos de construção de práticas associativas entre esses paupérrimos colonos alemães (FAUST, 1977). É de autoria de Friedrich Wilhelm Raiffeisen a famosa frase “*um por todos e todos por um*”, que traz consigo o ideário da ajuda-mútua. Em 1887, mantendo fidelidade ao lema do fundador, as Caixas Rurais alemãs congregaram-se na Associação Geral das Cooperativas Alemãs *Raiffeisen* (RAMBO, 1988, p. 208).

Buscar as origens do cooperativismo no Brasil remete às já anteriormente citadas experiências dos Sete Povos e dos quilombos. Cabe citar, também, a experiência protagonizada por imigrantes, em 1847, com a fundação da Colônia Tereza Cristina, no interior do Paraná, pelo médico francês Jean Maurice Faivre (WICKERT, 2003, p. 20).

As primeiras experiências propriamente ditas da vertente cooperativa moderna, no Brasil, entretanto, datam do final do século 19. Como experiência precursora é admitida a Associação Cooperativista dos Empregados da Cia. Telefônica de Limeira, São Paulo, datada de 1891. A partir daí são inúmeras as fundações de cooperativas, dentre as quais a Cooperativa Militar de Consumo da Guanabara, Rio de Janeiro, em 1894, a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, Pernambuco, em 1895 (FIALKOW et al, 2002, p. 28) e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, Campinas, São Paulo, em 1897 (WICKERT, 2003, p. 21).

O Rio Grande do Sul também está representado no berço nacional do cooperativismo, pois foi neste Estado que ocorreu a criação da segunda cooperativa brasileira de que se têm notícias. Trata-se da *Società Cooperativa della Convenzioni Agricoli Industriali*, datada de 1892, cooperativa do ramo agropecuário, fundada por Vicente Monteggia, em Nova Venezia, atual Antônio Prado (FIALKOW et al, 2002, p. 28). O Estado ainda é o berço do cooperativismo de crédito com a Caixa Rural tipo *Raiffeisen*, idealizada no Rio Grande do Sul, sobretudo por Theodor Amstadt.

Dentre as primeiras experiências cooperativas do Brasil, todas inspiradas no ideário europeu de Rochdale, apenas a Caixa Rural sobreviveu até os dias atuais; as demais logo foram extintas pela falta, sobretudo, de uma legislação cooperativista específica.

A primeira lei específica no país instituiu-se depois de alicerçadas as primeiras experiências, com a Lei nº 1.637 de 5 de janeiro de 1907. Posteriormente, em 1932, foi decretada uma nova legislação, sendo adotados os princípios dos pioneiros de Rochdale. Em 1966, por Decreto-Lei, o cooperativismo foi colocado sob tutela do Estado. Esse centralismo estatal em relação ao cooperativismo foi confirmado pela lei 5.764 de 1971, a qual, também, define a cooperativa “*como sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita à falência*” (WICKERT, 2003, p. 26). Esta lei volta a adotar os princípios rochdaleanos, cria estímulos creditícios por meio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC –, além de permitir a participação das cooperativas em sociedades não-cooperativas. Na nova Constituição de 1988, o cooperativismo pela primeira vez conquistou a efetiva liberdade perante o Estado, em conformidade com os seus princípios internacionais. Hoje, tramitam inúmeras emendas

constitucionais no Congresso Nacional, tratando do tema, mas, ainda, a legislação estabelecida em 1971 continua como base legal do movimento cooperativo.

O Rio Grande do Sul, mesmo não tendo o mérito de ter fundada em seu território a primeira cooperativa do país, pode ser considerado o berço nacional do cooperativismo, pois foi nesse Estado que o mesmo, em suas origens no país, efetivamente funcionou. O vertiginoso desenvolvimento cooperativo no Estado deu-se entre os imigrantes teutos num primeiro momento para, posteriormente, se fazer presente entre as etnias italiana e japonesa.

Os imigrantes foram lançados à sombra das florestas e sem o auxílio dos poderes constituídos. Dessa forma puseram em prática uma série de mecanismos e estratégias para sobrevivência tanto física quanto cultural. Assim, organizaram-se em comunidades, desenvolvendo-se com os recursos que estas tinham. Nesse sentido, o caminho encontrado para a sobrevivência foi a auto-ajuda e a entre-ajuda. Criaram escolas rurais comunitárias, edificaram igrejas e sedes comunitárias. Entre os alemães, valia o dito popular “*onde se encontram dois alemães, forma-se uma sociedade*”. Rambo (1988, p. 10), expôs que

[...] surgiu e se desenvolveu entre os imigrantes uma atividade associativa variada, rica e diversificada. O proverbial instinto dos alemães e de seus descendentes de se associarem para as finalidades mais diversas, fez surgir, a partir da década de 1850, centenas de associações, de sociedades, de clubes [...] Neles as pessoas, ou simplesmente se encontravam para cultivar a amizade e a boa conversa, ou para promover os esportes, a arte e a música, ou para dar vida a iniciativas de assistência, de mútuo amparo e de promoção da saúde, ou para, enfim, por em marcha organizações destinadas a desencadear projetos de maior envergadura.

Foi, sem dúvida, um desses projetos de maior envergadura que gestou o movimento cooperativo no Estado. Trata-se da Associação Rio-grandense de Agricultores (*Riograndenser Bauerverein*), criada no ano de 1900, no atual município de Feliz. “*Pretendia-se com ela pôr em andamento um verdadeiro modelo global de desenvolvimento, não só para os colonizadores alemães, mas também para os italianos e os lusos*” (RAMBO, 1988, p. 10). No seio da Associação foram criadas as primeiras cooperativas, tanto de produção quanto de consumo e crédito. Uma das resoluções da sétima assembléia geral da Associação, que aconteceu no município de Estrela, em abril de 1907, assim dizia:

Com a finalidade de promover o espírito de poupança entre os filiados da Associação e com o intuito de facilitar a aquisição de terras, será estimulada a formação de cooperativas e com o objetivo específico de adquirir propriedades rurais (RAMBO, 1988, p. 155).

A Associação Rio-grandense de Agricultores, após doze anos de funcionamento, desmembrou-se em três ramificações: Sociedade União Popular (*Volkverein*) dos colonos de origem teuta e católica; Liga das Uniões Coloniais Rio-grandenses ou, simplesmente Liga União Colonial, dos teutos protestantes; Associação Vitivinícola e as Cooperativas de Valorização do Leite, dos imigrantes italianos (RAMBO, 1988, p. 35).

O legado maior deixado por essa Associação foi a “*popularização do modelo cooperativo como uma alternativa válida*” (RAMBO, 1988, p. 256), sobretudo do cooperativismo de crédito modelo *Raiffeisen*²⁹. Segundo Rambo, o cooperativismo só

²⁹ O modelo *Raiffeisen* é descrito nas páginas 92 e 93.

ostenta a atual pujança pela intervenção e debates das assembléias e da posterior ação da Associação Rio-grandense de Agricultores.

Quem mais se empenhou nos trabalhos da Associação e, especialmente, do cooperativismo, foi sem dúvida o padre suíço Theodor Amstad, o qual foi diretamente responsável pela criação de mais de cinquenta cooperativas, sobretudo de crédito, como aquela que fundou em 1902, na localidade de Palmeiras, interior do município de Nova Petrópolis, sob o modelo *Raiffeisen*. Era a chamada Caixa Rural, que hoje ostenta o nome de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis. Pe. Amstad pregava que o processo de desenvolvimento na vida das colônias deveria seguir as próprias potencialidades existentes no meio colonial, as potencialidades das comunidades, o que remete ao meio histórico-cultural dos envolvidos.

Na zona de colonização italiana, alguns anos depois da iniciativa isolada de Monteggia, em Antônio Prado, chega um funcionário do Ministério do Interior da Itália, que, durante pouco mais de 15 meses, pregou o ideário e ajudou a fundar diversas cooperativas, que em sua maioria tiveram vida curta. Trata-se de Giuseppe di Stefano Paternó, que desembarcou em Porto Alegre em 1911. As cooperativas que protagonizou foram nas áreas vinícola, agrícola, suinocultura e de laticínios. Stefano Paternó atuava em colaboração com as autoridades do Rio Grande do Sul, pois essas viam no cooperativismo uma forma de melhorar a vida e a dinamização da produção e comercialização nas zonas coloniais (MONSERRAT, 1988).

A tática usada por Paternó era de fazer pomposas conferências nas colônias, acompanhado de autoridades, e, posteriormente, retornar à mesma localidade para fundar a cooperativa. A sua tática pode ser observada pela fundação da primeira cooperativa que protagonizou no Estado:

A 13 do mesmo mês [dezembro de 1911], promove uma reunião em Vila Nova, nos arredores da Capital, e, a 15, retorna àquele próspero núcleo e constitui entre os lombardos, vênnetos e tirolezes ali residentes, uma cooperativa agrícola e uma caixa de crédito rural, marcos que assinalam, no tempo, a iniciação do cooperativismo agrário entre nós (MONSERRAT, 1988, p. 86).

Dentre as cooperativas criadas por Paternó, estão a Cooperativa Agrícola de Vila Nova, anteriormente citada; a Cooperativa Agrícola de Caxias; A Cooperativa Agrícola Nova Trento; A Cooperativa Agrícola Nova Vicenza; a Cooperativa Agrícola Nova Milano; a Cooperativa Agrícola Bento Gonçalves; A Cooperativa Agrícola Garibaldi; a Cooperativa Agrícola Alfredo Chaves; a Cooperativa Agrícola Guaporé; a Cooperativa Ítalo-Brasileira; a Cooperativa Carlos Barbosa; e a Cooperativa União Colonial – Santa Clara, a qual é a única remanescente do movimento desencadeado por Paternó, atendendo hoje pelo nome de Cooperativa Santa Clara, e, diga-se de passagem, é uma das maiores cooperativas de laticínios do Brasil.

A aceitação em massa das idéias cooperativistas em toda região das colônias italianas, se deu por convicção para alguns, por necessidade por outros, ou ainda para agradar as autoridades locais (MONSERRAT, 1988, p. 89). Mesmo que a criação de Paternó não tenha durado muito, foi uma semente, sobretudo para a formação, produção e comercialização dos vinhedos dos imigrantes italianos, e é aí que o cooperativismo

realmente produziu um vigoroso sistema de cooperativas polarizadas (RAMBO, 1988, p. 233).

O apoio oficial do governo do Estado, tanto nas cooperativas das zonas de colonização teuta, quanto na italiana, estava baseado na interpretação de que a auto-organização dos agricultores faria com que o Estado dispendesse menos recursos a sua assistência, posto que a própria cooperativa poderia fazê-lo. Essa perspectiva se aplica na organização da produção e do escoamento desta, baseados no crédito gerado pelos próprios agricultores. O estado via, assim, o cooperativismo como fator de desenvolvimento para as colônias, ainda bastante isoladas. Esse apoio do Estado pode ser interpretado já como um interesse externo em relação ao grupo social em que se constituía a cooperativa.

2.2 AS MANIFESTAÇÕES COOPERATIVAS EM TRÊS DE MAIO

No final do século 19 e início do século 20 o inchamento populacional das “Colônias Velhas³⁰” provocou migrações para regiões ainda despovoadas. O foco da nova colonização foi o prolongamento de mata atlântica às margens do rio Uruguai, no Noroeste do Estado, única região que ainda apresentava terras devolutas. Mais ou menos ao centro desta região, um dos focos colonizadores, a partir de 1915, foi a Colônia Buricá, posteriormente denominada Santa Rosa-Buricá e, por fim, Três de Maio. Estavam mais uma vez postas condições precárias para o desenvolvimento da vida humana, condições

³⁰ Pela expressão *Colônias Velhas* entende-se a região geográfica em que se iniciou a colonização de povoamento no Estado do Rio Grande do Sul, compreendida por São Leopoldo e Caxias do Sul, com suas respectivas adjacências.

exprimidas por necessidades, com os colonizadores tendo como instrumento básico de sobrevivência apenas o seu trabalho, desassistidos de qualquer assistência estatal. No contexto regional, Três de Maio está na Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, também conhecida por Região da Grande Santa Rosa. Os colonos, nessa nova colonização, “*provindos, na sua grande maioria, das denominadas ‘Colônias Velhas’, transplantaram costumes e elementos culturais que fundamentaram um modelo econômico similar na nova área colonizada*” (SCHALLENBERGER; HARTMANN, 1981, p. 121).

A conjuntura ambientalmente adversa fez com que, em toda a região, os colonos, ao se embrenharem na mata, rumo ao seu lote, tivessem trabalho árduo. Essa conjuntura é relatada em entrevistas³¹ realizadas no ano de 2004, com alguns dos primeiros colonizadores. Diziam eles: “*Eram lascadas tábuas, colocadas umas contra as outras e esta era a moradia no meio do mato. A construção simples era num lado a cama, no outro o milho e no meio o fogo de chão para preparar os alimentos, com as panelas penduradas sobre o fogo*”. Outro entrevistado relata que “*Os trabalhos diários consistiam em trabalhar com machado, foice e enxada. Primeiro derrubavam o mato para fazer a casa, e depois assim por diante, roçava um pedaço, queimava, limpava e plantava o milho*”. O trabalho era manual e, no máximo, empregavam o auxílio de animais de tração. Era praticada uma agricultura tradicional, em que “*as sementes eram produzidas pelos próprios agricultores ou trocadas com os vizinhos, em sua orientação valia a experiência empírica dos colonos*” (Brum, 1983, p. 111).

³¹ Essas entrevistas foram realizadas para elaboração de monografia de conclusão de curso de Graduação em História por este pesquisador.

As dificuldades e necessidades provocadas por essa conjuntura, fizeram com que as pessoas recorressem ao coletivo do seu grupo para a sobrevivência e para o desenvolvimento da região. Os problemas materiais eram resolvidos pela prática coletiva, pela organização de mutirões de trabalho, em que a participação da comunidade era decisiva e acontecia prontamente, de forma espontânea, sem formalidades, por meio de relações de confiança. Igrejas, clubes, estradas, casas, galpões, escolas, eram frutos da prática do trabalho coletivo, do trabalho resultante da cooperação entre os protagonistas locais. Para tal, além da doação do trabalho, as ferramentas e os materiais de construção necessários para os empreendimentos eram doados pelos membros da comunidade.

A colaboração entre os vizinhos era marcante. Quando um tinha algo, repartia com o outro. Essa colaboração que era uma constante entre os colonizadores locais, configura a tradição cultural do grupo. Nas antigas “Colônias Velhas” já era uma prática. Assim, na nova colonização, além de novamente ter em sua base a necessidade de sobrevivência, a colaboração entre os protagonistas também refletia preservação da carga cultural de seus antepassados. De outra parte, pode-se afirmar, que, mesmo assim, se construiu uma cultura local, mas regida por, e recheada de ações no coletivo. Para Schallenberger e Hartmann (1981, p. 61):

O trabalho coletivo tinha um grande sentido e uma marcante função social. Constituíam-se numa ocasião de encontro social, onde eram colocadas em comum as experiências do dia a dia, lembradas as tradições. Enfim, era uma verdadeira libertação do indivíduo no grupo.

Essa resolução dos problemas sociais em colaboração denotava uma verdadeira festa no convívio grupal. O trabalho de uma colheita, época em que a ação coletiva era bastante manifesta, deixava de ter o sinônimo de trabalho árduo, pois em forma de mutirão, o diálogo corria solto e logo a tarefa estava concluída.

Constituíam ainda importantes práticas coletivas: os auxílios aos novos moradores das localidades, que inicialmente se hospedavam nas casas das famílias já estabelecidas, enquanto suas casas eram construídas; as construções de novas casas; o desmatamento; o beneficiamento da madeira; a abertura de novas roças; o abate de suínos e bovinos, que, aliás, quando um morador abatia um animal, todos os vizinhos eram abastecidos de carne, isso num sistema de trocas informais, em que a palavra garantida pelo “fio do bigode³²” valia mais do que qualquer outra coisa. A vida estava voltada para a comunidade; a ação prática era o campo educativo desta. Para Schallenberger e Hartmann (1981, p. 135-136):

Numa comunidade que se exercita na promoção de relações de colaboração recíproca, a educação alimenta-se do clima geral e reproduz as relações sociais fundamentais. Neste ambiente, por certo, os primeiros e mais fundamentais educadores do homem são aqueles que lhe estão mais próximos, cujas experiências melhor se podem intercambiar, cujas ações podem ser mais solidárias.

As manifestações e práticas comunitárias, associativas, de ajuda entre as pessoas, logo transformaram-se em ações formais de cooperação, ou seja, logo foram criadas as cooperativas formais, as cooperativas propriamente ditas no ideário do cooperativismo moderno. Segundo Schallenberger e Hartmann (1981, p. 123), em 1927 haviam na região

³² A expressão *fio do bigode* é comumente usada entre os colonizadores locais para evidenciar a confiança e a execução dos compromissos assumidos verbalmente, numa alusão a compromissos assumidos por meio de documentos escritos.

onze indústrias ervateiras e sua produção era regulada por uma cooperativa. “*Era a denominada ‘Cooperativa do Matte Missioneiro’*”, filiada ao *Sindicato do Matte Rio-grandense*. Büttgenbender (1995, p. 118), citando um estudo não formalizado, afirma que a região, em determinada época de seus primórdios, ostentava mais de 27 cooperativas mistas. Dentre estas, quiçá, algumas das cooperativas coloniais de Três de Maio. Na mesma época desenvolveram-se as Caixas Rurais de Horizontina, Campina das Missões, Santo Cristo, Crissiumal e São José do Inhacorá.

Os primeiros habitantes do atual espaço geográfico de Três de Maio, foram, sem dúvida, os povos autóctones, os indígenas. Atesta isso um sítio arqueológico na zona rural do município, entre as localidades de Quilômetro 10 e Quilômetro 13. Há registros de caboclos, como posseiros, embrenhados na mata, antes de 1910. Por volta desse ano, começaram a chegar as primeiras famílias de colonizadores italianos, poloneses e alemães. Estes, a partir daí, predominaram. A empreitada colonizadora oficial, entretanto, começou em 1915, com a primeira leva significativa de colonos provinda de Ijuí, para, em seguida, haver a predominância de colonizadores das “Colônias Velhas”. Houve uma rápida ocupação das terras, bem como um acelerado crescimento populacional nos primeiros anos e como em toda a região, a ação coletiva foi contribuindo para vencer as dificuldades. As necessidades foram sendo superadas pelo estabelecimento do movimento cooperativo, o qual, num contexto histórico, foi participando da constituição das mentes das gerações mais novas.

O primeiro documento que atesta a presença dos colonizadores é a Ata de Fundação da Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, que data de 1918. A sede do município

iniciou por volta de 1919, com a construção das primeiras casas. Em 1920, a organização comunitária criou o tradicional Clube Buricá. Em 1922 o meio urbano já contava com iluminação pública.

Terras férteis e produtivas, além do aumento do número de habitantes, provocaram, também, o crescimento de ofícios de todos os tipos. Num documento encontrado numa cápsula, dentro do muro da construção antiga do Clube Buricá, datado de 1931, está escrito assim:

Hoje, por ocasião do lançamento da pedra fundamental do “Clube Buricá”, nossa localidade já é quase uma pequena cidade, bem apresentável, com quase 2000 almas. Há 8 casas comerciais, 4 médicos, 3 farmácias, 2 revendedores de automóveis, 1 ferraria grande, movida a vapor, diversas serrarias grandes, fábrica de licor e caramelos, torrefação de café, 3 hotéis, 1 livraria, 3 sub-agências bancárias, 2 estúdios fotográficos, etc. (DOCUMENTO ..., 1931).

Os colonizadores que se projetaram para o lugar eram, em sua maioria, alemães e italianos. Duas religiões, a católica e a evangélica luterana, exibiram suas forças. Dessa maneira houve certa polarização no local, o que proporcionou grande desenvolvimento. Com isso, a configuração dos núcleos comunitários, bem como as chamadas “linhas”, como eram conhecidas as regiões interioranas, tinham em sua constituição, sempre, uma etnia e sua religião. As comunidades se organizaram, dessa forma, por grupos culturais pré-identificados, o que favoreceu à preservação cultural, facilitando o entendimento para a cooperação e o entendimento comunitário.

A emancipação política veio com a Lei nº 2.526, de 15 de dezembro de 1954, com sua instalação oficial em 28 de fevereiro de 1955 (SAWITSKI et al, 1984, p. 16). Após desmembramentos de outros municípios, as terras atuais de Três de Maio têm seus limites com os municípios de Santa Rosa, Giruá, Independência, Alegria, São José do Inhacorá, Boa Vista do Buricá, Nova Candelária, Horizontina, Tucunduva e Tuparendi.

A cooperação, desde a chegada dos primeiros colonizadores até os dias atuais, sempre foi uma constante. As cooperativas formais não tardaram a ser criadas, num impulso para possibilitar o melhor fluxo da produção. Inúmeras foram as cooperativas criadas em Três de Maio. Estas pode-se classificar em três fases, sobretudo pelas características de sua apresentação. A primeira fase, denomino, de Cooperativas Coloniais; a segunda de Cooperativas Empresariais; e a terceira, de Ressurgimento Cooperativo com a diversificação das modalidades de atuação das cooperativas.

A primeira leva de cooperativas, as Cooperativas Coloniais, foram organizadas, em Três de Maio a partir da década de 30³³ do século 20. Pode-se classificá-las dentro do ideário “*da retomada da atividade associativa nos anos vinte*” (RAMBO, 1988, p. 259), estendendo-se por várias décadas. Denotavam uma espécie de prolongamento da organização comunitária. Canalizavam a cooperação das pessoas a uma instituição formal, que visava, basicamente, a organização para o escoamento da produção que vinha

³³ Em Três de Maio a criação das cooperativas coloniais, de acordo com as pesquisas empíricas realizadas pode ser adscrita a categoria das necessidades biológicas. Contudo, pesquisa futura pode procurar tecer a relação do cooperativismo colonial local a forte presença do Estado na organização cooperativa, no período do governo de Getúlio Vargas (sobretudo de 1933 em diante). Vargas, com a implantação de um modelo de desenvolvimento nacional com um dos focos na inserção da produção agrícola na economia de mercado, instituiu Consórcios Profissionais Cooperativos. Essa ação acabou atrelando as cooperativas ao Estado e aos interesses produtivos do Estado, além de reterritorializar as áreas circunscritas às cooperativas dentro do espaço geográfico dos municípios. Dessa conjuntura emerge um campo profícuo de pesquisa.

crescendo na incipiente colônia. A experiência da cooperação dava os primeiros passos para a viabilização da economia dos cooperantes. Essas cooperativas, em sua maioria, eram uma espécie de comércio amplo. Várias das pessoas entrevistadas, exclamaram: “*a cooperativa era a casa do agricultor*”. Escoavam a produção de milho, soja, fumo e sobretudo os suínos para centros maiores, mas, também, possuíam a sua casa comercial, a qual era uma espécie de bazar bastante variado, o chamado armazém, o qual abastecia as famílias associadas de tudo o que precisavam para viver. Isso já ficou bastante claro nas duas primeiras entrevistas realizadas: “*Compravam tudo ali, [...] era desde sal, açúcar, arroz, tudo que precisavam em casa: roupa, calçado, tudo se abasteciam na cooperativa*” (ENTREVISTADO 1, 2006). “*[...] lá dentro daquele bolicho tinha de tudo, mulher podia ir lá, como se diz, ir desvestida e sair vestida, tinha de tudo, calçado, roupa, roupa feita*” (ENTREVISTADO 2, 2006).

Nas Cooperativas Coloniais, as relações de confiança eram a base da organização. Os associados, a qualquer momento, iam buscar os víveres de que necessitavam, para pagar, ou na safra agrícola, com a entrega de produtos, ou quando da venda de suínos, por exemplo. Esse controle era feito em uma simples caderneta, a qual não necessitava nem mesmo a assinatura dos compradores.

A maioria das comunidades do município possuía a sua Cooperativa Colonial. Eram cooperativas pequenas, com, no máximo, pouco mais de 100 associados. Eram, assim, cooperativas em que o “olho do associado” podia acompanhar todas as operações. Dessa maneira, os associados tinham a possibilidade de manter o controle do que acontecia. Os laços comunitários de proximidade é que as regravam.

Parte do trabalho empírico da presente pesquisa foi destinado à construção de dados referentes a essas cooperativas em Três de Maio. Sobre a grande maioria foi possível localizar dados, contudo, no caso de algumas delas, os protagonistas já faleceram, e a memória da comunidade não preservou a história. A metodologia consistiu na realização de entrevistas com alguns dos remanescentes dessas cooperativas, e inclusive, em alguns casos, foi possível localizar documentos escritos das mesmas. Continuam, entretanto, algumas dúvidas sobre o nome correto de algumas dessas cooperativas. É mister, também, que a presente pesquisa não pretende esgotar o assunto, sobretudo do ponto de vista da história do cooperativismo local, uma vez, inclusive, que podem ter havido outras Cooperativas Coloniais, as quais não foi possível localizar nesta pesquisa³⁴.

Cooperativa de Produtos Suínos de Buricá; assim foi denominada a primeira cooperativa sobre a qual foi possível localizar dados. Ao que tudo indica é a mais antiga de Três de Maio. Sua Ata de Fundação diz o seguinte:

Aos vinte (20) do mês de Novembro do anno de mil novecentos e trinta e oito, nesta localidade de Três de Maio, segundo (2º) distrito do município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, pelas quatorze horas, no salão do Sr. Luiz Hering, reuniram-se em assembléia geral, com o fim de constituírem uma cooperativa de produção industrial, [...] os seguintes senhores [...] (LIVRO DE ATAS, 1938).

Ainda, no primeiro estatuto, incluído na Ata de Fundação dessa cooperativa pioneira, cabe destacar os objetivos da mesma:

³⁴ Um relato breve das Cooperativas Coloniais Mistas encontra-se no *ANEXO IV* desta dissertação.

a- a defesa da produção suína dos socios associados, sua melhoria e desenvolvimento; b- a industrialização racional dos produtos suínos; c- a instalação de uma refinaria de banha, matadouro modelo, frigorífico e os demais aparelhamentos necessários ao racional aproveitamento da produção suína dos seus negócios; d- encaminhar, direta ou, indiretamente a venda dos produtos ou subprodutos da indústria suína aos mercados consumidores, promovendo a centralização dos negócios e as standardização dos tipos; e- fornecer aos consumidores produtos selecionados a um preço justo; f- desenvolver o mercado de banha, procedendo e beneficiamente e a industrialização de todos os produtos suínos, seus sub-produtos e das indústrias conexas (LIVRO DE ATAS, 1938).

Observa-se que as instituições formais cooperativas no espaço delimitado para o estudo de caso, iniciaram com uma cooperativa industrial. O desenvolvimento do cooperativismo em nosso Estado, ainda na atualidade, tem no setor industrial uma atuação bastante reduzida. Para a época, produzir banha refinada, que era seu principal produto, e derivados de carne suína, como salames e carnes defumadas, quase que no início da colonização local, mostra a ousadia desse povoado; empreendimento esse que logisticamente mostrava-se problemático, posto que seus produtos eram vendidos apenas em parte menor no mercado local, sendo a maioria da produção enviada para os centros consumidores maiores do país, no caso Rio de Janeiro e São Paulo, numa época em que as estradas não eram muito mais que picadas³⁵ e a produção dessa cooperativa era composta por alimentos perecíveis.

Em seu auge chegou a possuir em torno de 600 (seiscentos) associados, principalmente da atual área geográfica do município de Três de Maio, mas também

³⁵ As *picadas* eram as primeiras trilhas abertas, no meio da floresta densa, pelos colonizadores. Essas *picadas*, depois de alargadas, originaram as estradas.

possuía sócios de outros municípios; aliás, na época de sua existência, toda a sua região de abrangência pertencia ao município de Santa Rosa. Além de frigorífico possuía caminhões para transporte de suínos e derivados e armazéns de venda de sua produção nos municípios de Três de Maio e Horizontina. Observa-se que, já na primeira cooperativa local, houve grande número de pessoas que aderiram ao sistema cooperativo, sendo essa apenas a primeira experiência local.

A manutenção e funcionamento dessa cooperativa só foi possível por ela ser associada à União Sul Brasileira de Cooperativas, a qual possuía sede em Porto Alegre, sendo uma central de cooperativas que praticava a cooperação intercooperativa, ou seja, entre cooperativas, possuindo cooperativas singulares filiadas de todos os ramos do cooperativismo. Essa central adiantava recursos financeiros as suas cooperativas filiadas, recursos que captava nos órgãos oficiais, para essas darem fluxo a sua produção. A União Sul Brasileira de Cooperativas possuía um armazém em Porto Alegre e pontos de distribuição no Rio de Janeiro e em São Paulo. Era, assim, o órgão responsável pela colocação no mercado consumidor dos produtos de suas cooperativas singulares. A Cooperativa de Suínos de Buricá enviava, então, sua produção, para a qual, aliás, já havia recebido adiantamento financeiro, para ser comercializada. Transparece, claramente, já na primeira experiência cooperativa na área de estudo, o princípio cooperativo da cooperação entre cooperativas.

Afora a experiência cooperativa industrial inicial, o período das cooperativas coloniais foi marcado pelas cooperativas agrícolas mistas³⁶. Todas elas possuíam o armazém de abastecimento dos agricultores. Quanto aos produtos destes que essas compravam e conduziam aos centros de consumo, uma trabalhava apenas com fumo. As demais tinham na compra e transporte de suínos, sobretudo para o eixo Rio-São Paulo, a sua principal função. Compravam, entretanto, em sua maioria todos os produtos que os agricultores produziam, entre os quais feijão, arroz, milho e trigo; esses dois últimos eram transformados em farinha nos próprios moinhos que as cooperativas possuíam, e a farinha era novamente repassada como gênero alimentício aos produtores dos cereais. Também compravam a crescente produção de soja.

As cooperativas coloniais, em análise, estiveram presentes como instituições concretas desde 1938 até a década de 70. Representaram, para os seus protagonistas, uma possibilidade concreta de viabilização de suas economias familiares na comunidade, juntamente com os seus coetâneos. Tiveram duração média entre 15 e 20 anos. Todas atingiram o auge na sua função. Foram suplantadas, em sua maioria, pelo premir da troca da matriz produtiva, entretanto algumas não resistiram à maneira da condução administrativa a que foram expostas. Deixaram, no entanto, sem dúvida, a sua marca no contexto histórico da cultura local.

³⁶ As Cooperativas Coloniais identificadas foram: Cooperativa de Produtos Suínos de Buricá; Sociedade Cooperativa Três de Maio; Cooperativa de Fumo de Barrinha/Flor de Maio; Cooperativa dos Agricultores do Km 13; Cooperativa Mista Monsenhor Testani; Cooperativa Agrícola Mista São Caetano Ltda; Cooperativa Mista de Esquina Consolata; Cooperativa Agrícola Mista Caneleira. Ainda nesse período pode-se inserir a Associação Rural, a qual foi transformada, na segunda fase das cooperativas locais, na maior das cooperativas do município.

Uma das cooperativas coloniais, a Cooperativa Agrícola Mista São Caetano Ltda., teve uma das mais longas e significativas trajetórias entre elas. Está ainda bastante viva na memória dos seus protagonistas, pois, a partir de 1957, ano em que iniciou suas atividades, teve vertiginoso crescimento. Essa não foi extinta, mas incorporada a uma das cooperativas empresariais da fase seguinte, quando gozava de excelente situação financeira, tendo sido repassada grande quantidade em dinheiro à cooperativa que a incorporou. A presença física no mesmo local de sua época colonial, na atualidade, mesmo que sob o controle e nome de outra cooperativa, mantêm-na como ícone representativo do sucesso que as mesmas produziram, tanto sob o ponto de vista econômico, quanto e, sobretudo, na prática cooperativa atual na localidade em que está situada.

Ainda no período áureo das cooperativas coloniais, foi criada uma associação, denominada Associação Rural. Essa teve um papel central na transição das cooperativas coloniais para o período de domínio das cooperativas empresariais. Surgiu na década de 60 do século 20, por meio da cooperação de alguns poucos agricultores de diversas localidades do município. Tinha sua sede na cidade de Três de Maio. Surgiu como uma loja de venda de agrotóxicos e medicamentos veterinários. Na segunda metade da década de 60 estava em curso a mudança da matriz produtiva regional, saindo da produção suína para o binômio trigo/soja³⁷. A paisagem agrícola estava sendo transformada em massa; os pequenos roçados de milho e as florestas nativas, num esforço vertiginoso, eram substituídos pela monocultura extensiva do trigo e da soja. Vieram junto as pragas, e a solução do momento

³⁷ O *binômio trigo/soja* significa o plantio sucessivo das culturas do trigo e da soja em uma mesma área. As condições vegetativas dessas plantas e as condições climáticas da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, permitem que em um mesmo ano as duas culturas possam ser plantadas na mesma área. O trigo tem seu ciclo nos meses mais frios e a soja nos meses mais quentes.

era a aplicação de venenos para o seu controle. Como não havia quem os comercializasse, os agricultores criaram a Associação Rural para fazê-lo. Os associados possuíam cotas na mesma, como se fosse uma cooperativa. A Associação Rural, em fins da década de 60, veio a ser o berço da Cooperativa Agro-Pecuária Alto Uruguai Ltda – Cotrimaio.

O fervilhar da conjuntura na década de 60 produziu um conjunto de mudanças no meio social e natural de Três de Maio. Fatores como o rápido aumento populacional na agora já consolidada colônia e, em conseqüência, a necessidade de aumento da produção, a especialização agrícola com a inserção do agricultor familiar no setor agro-exportador capitalista³⁸, bem como, e intensamente a instituição da denominada “Revolução Verde³⁹”, foram impulsionadores da integração da região ao ideário e à prática em direção aos rumos da nova matriz produtiva emergente no país.

A outrora pujante atividade suinícola, que era a principal detentora do protagonismo da organização material das cooperativas coloniais, estava sendo sepultada, aos poucos, sobretudo na segunda metade da década de 60. A essas cooperativas restavam poucas opções, pois a sua reduzida área de atuação, além do pequeno número de sócios e, conseqüentemente, pequena capitalização, não permitia a elas investirem na infra-estrutura necessária para fazer frente às necessidades de armazenagem geradas pela conversão da

³⁸ A inserção das propriedades agrícolas familiares na perspectiva capitalista fomentou as relações de competição entre os agricultores, afetando a representação simbólica dos sujeitos sociais locais, provocando o início do processo de produção dos chamados “sobrantes do campo”, iniciando êxodos (rural, social e migratório).

³⁹ A denominada *Revolução Verde* ocorreu no período em que se deu a mudança da matriz produtiva da suinicultura para o binômio trigo/soja. Tinha essa denominação pois fazia verdejar os campos uniformemente no desenvolvimento da sucessão de culturas, o que era uma de suas características. Também era caracterizada pela primazia da química com seus venenos e adubos (denominados insumos externos à propriedade agrícola), pelas sementes fiscalizadas, pelo melhoramento genético, e pela mecanização dos campos.

matriz produtiva local, ou seja, seu deslocamento do eixo da suinocultura para a monocultura do binômio trigo/soja.

O processo de incentivo e a própria evolução da triticultura já estavam em curso desde a década de 50 do século 20. O ordenamento da política agrícola nacional, aos poucos, aumentava o estímulo à produção cerealista, sobretudo em relação ao trigo. “Assim, no ano de 1957, foi criada a Comissão de Organização da Triticultura Nacional (COTRIN) que tinha como um de seus objetivos centrais o fomento à organização cooperativa” (BENNETTI, 1982, p. 41). Segundo observação da mesma autora, a história do cooperativismo empresarial não seria a mesma sem os incentivos governamentais (p. 165). Em 1959 a Cotrin foi transformada na Cotrinag – Comissão de Organização da Triticultura Nacional e Armazenamento Geral. Esta, posteriormente, foi transformada na Superintendência de Armazéns e Silos – SAS (BENNETTI, 1982, p. 113). As mudanças nas nomenclaturas, no entanto, não mudaram os objetivos de incentivo à triticultura e ao cooperativismo como seu instrumento.

A cultura do trigo permitia na área em que era plantada nos meses mais frios, o plantio da soja nas estações quentes. O plantio da soja era efetivado pelo mesmo processo e com os mesmos insumos (adubos e máquinas) que o trigo. Essa oleaginosa começava a ganhar importância em âmbito mundial, justamente substituindo, com seu óleo, a banha, ou seja, a principal razão da produção suína. Estava se constituindo o binômio que ainda é a principal paisagem física dos dias atuais em Três de Maio.

O problema colocado aos agricultores estava centrado na falta de um adequado sistema de armazenamento e comercialização, bem como a conseqüente necessidade de energia para viabilizar a otimização do funcionamento do novo sistema. A solução encontrada outra vez passou pela via da cooperativa. Schallenberger e Hartmann (1981, p. 126) argumentam que a *“evolução da triticultura, a partir do final da década de cinquenta, fez surgir um novo sistema de armazenamento e comercialização, responsável pelo enraizamento definitivo do cooperativismo na região”*. A política nacional do trigo era, portanto, ao mesmo tempo, um entrave para as pequenas cooperativas então existentes, mas também a alavanca para a consolidação do sistema cooperativo, aproveitando a prática da cooperação a que os seus protagonistas estavam acostumados, para a instituição de um novo modelo de cooperativas.

As novas necessidades dos habitantes locais e o incentivo governamental, inauguravam a segunda fase das cooperativas em Três de Maio, ou seja, a fase denominada de Cooperativas Empresariais.

Um marco para o cooperativismo empresarial, sem dúvida, foi o congresso protagonizado pelos triticultores nacionais, na vizinha cidade de Santo Ângelo, em 1957, os quais, procurando saídas para suas demandas, observaram que uma grande possibilidade estava na estruturação de cooperativas tritícolas. A partir daí as fundações de cooperativas nesse ramo intensificaram-se. Isso foi possível com o apoio das agências financiadoras governamentais, sanando a crescente demanda por armazenagem.

No mesmo ano, a então criada Cotrin, passou a construir armazéns, os quais foram financiados às cooperativas com juros abaixo da inflação. Também, as cooperativas, construíram armazéns com dinheiro fornecido pelas agências financiadoras, com juros abaixo da inflação. Por outro lado, as cooperativas receberam a concessão do monopólio da comercialização do trigo. Tudo isso possibilitou o crescimento das cooperativas tritícolas para estruturas empresariais (BENNETTI, 1982).

A partir daí as cooperativas tornaram-se sinônimos de grandes estruturas físicas, geralmente as mais imponentes nos locais de atuação. Uma cooperativa passou a ter suas filiais em um grande número de comunidades e municípios. Os associados deixaram de ser apenas aqueles da comunidade local onde a cooperativa possuía a sua sede, e foram congregados aos milhares em uma mesma cooperativa, tornando-se complexa a estrutura funcional e, sobretudo, a participação dos associados singulares, tendo essas dificuldades em “lançar seu olhar” sobre o controle de suas criações. Segundo Andrioli (2001, p. 95):

Os agricultores aceitavam rapidamente o novo modelo e, animados com o discurso da “agricultura moderna”, passaram a se associar às grandes cooperativas, que eram vistas como instrumentos de apoio à melhoria da vida na área rural, junto com os sindicatos, e abandonaram as pequenas cooperativas coloniais.

Esse período é mais conhecido como fase do cooperativismo tritícola. Concordo, somente, quando a referência é exclusiva às cooperativas de produção agrícola, mas o novo modelo cooperativo foi além do setor de produção agrícola. Dessa maneira a nomenclatura mais correta, para este pesquisador, é cooperativismo empresarial, pois as grandes estruturas foram organizadas para a atuação empresarial em favor de seus associados, numa

forma de ganho em escala, em diversos ramos do cooperativismo, inclusive, segundo Bennetti (1982), com tentativas de projetos de agroindustrialização, no caso pela Cotrijuí e pela Fecotrigo⁴⁰. Para além do setor agrícola o modelo foi instituído, na mesma época, ao setor elétrico, sobretudo no que tange à eletrificação rural. No espaço em análise não foi diferente.

Em Três de Maio surgiram duas cooperativas empresariais. Uma no ramo da produção agrícola e outra no setor de eletrificação. Pode até parecer estranho que num espaço geográfico em que antes o número de cooperativas era elevado, somente duas surgiram na nova fase. Isso se deu justamente pelas características anteriormente apontadas desse tipo de cooperativas, ou seja, tendo ao centro a agregação de escala. Em resumo, são grandes estruturas de muitos associados.

A Cooperativa Agro-Pecuária Alto Uruguai Ltda – Cotrimaio –, é o que se pode chamar de mais característica instituição surgida nessa fase. Uma série de fatores conjunturais impulsionou a criação dessa, que é uma das mais pujantes cooperativas da atualidade no país. Sem dúvida, a necessidade de um canal ágil e efetivo de armazenagem e comercialização da crescente produção agrícola foi a questão central. Também a crescente demanda por insumos, entre outros fatores, teve papel importantíssimo. Foi exatamente no espaço que os agricultores tinham criado anteriormente para obterem coletivamente um desses insumos – a venda de agrotóxicos da Associação Rural – que a Cotrimaio foi

⁴⁰ A Fecotrigo foi inicialmente constituída como federação das cooperativas tritícolas do Rio Grande do Sul para atuar como representante dos interesses das mesmas, mas posteriormente empreendeu atuação também como cooperativa singular.

gestada. Foi uma espécie de transformação de uma pequena organização em um ambicioso projeto coletivo pelos seus protagonistas.

Ao que tudo indica, a criação da Cotrimaio não foi uma unanimidade pacífica, a começar pela negatividade de ter sido alicerçada materialmente no comércio de agrotóxicos. Paira também a dúvida sobre a real consciência e participação daqueles agricultores que estiveram presentes nos primeiros momentos. Pelas entrevistas realizadas, pôde-se constatar que o núcleo humano central, que foi o responsável pelos encaminhamentos da fundação da cooperativa, tinha mais vínculos com o meio urbano do que com o meio rural. Por outro lado, alguns dos entrevistados afirmam que o poder público local não influenciou na empreitada; entretanto, boa parte do ideário coletivo diz que o protagonismo central foi do mandatário do poder público local, o qual, teria dado os passos decisivos para a criação da cooperativa. Era a época do surgimento de várias grandes cooperativas e de disputas de áreas geográficas por essas e, a partir da constatação de que uma dessas cooperativas, de outro município, possuía interesse em se instalar em Três de Maio, um dos entrevistados (ENTREVISTADO 9, 2007) explica que as autoridades municipais apressaram-se em transformar a Associação Rural em cooperativa. Essa última hipótese, do interesse de outra cooperativa em se instalar nesse espaço geográfico, parece ser a mais plausível, pois, de acordo com Bennetti (1982, p. 57), a área geográfica do município de Três de Maio, já em 1959, estava sob a jurisdição de atuação da Cooperativa Tritícola Regional Santo Ângelo Ltda. – Cotrisa⁴¹.

⁴¹ Levando-se em consideração que a indicação de Bennetti (1982), em relação à área de atuação da Cotrisa em Três de Maio, analisa 1959, que a Cotrimaio foi criada somente em 1968 e, que aquele decênio foi de criação de várias cooperativas tritícolas na região, então sob jurisdição da Cotrisa e Cotrijuí, pode-se levantar

A história oficial conta que a Cotrimaio “*nasceu de um sonho de 25 agricultores naquele já distante dia 2 de fevereiro de 1968*” (COOPERJORNAL, 2007, p. 2). Depois da fundação, durante um ano, foi buscado o apoio tanto da comunidade local como de suas instituições, além da busca de recursos e da ampliação do número de associados e, em primeiro de fevereiro de 1969, iniciou suas atividades efetivas. Seu foco, desde então, está voltado basicamente ao do homem do campo, contudo sua prática proporciona benefícios também aos cidadãos de sua área de abrangência.

Aqueles 25 pioneiros rapidamente multiplicaram-se. No início, alguns líderes de comunidades locais de agricultores foram até convidados, mas a maioria dos agricultores procurou a Cotrimaio para se associar por iniciativa própria. Hoje, em toda a sua área de atuação, possui mais de 13.500 associados, dos quais a quase totalidade é de agricultores familiares. Isto significa 13.500 famílias e seu meio social diretamente envolvidas com a prática da cooperação.

No município de Três de Maio, a Cotrimaio é a maior instituição existente no campo da *estrutura*⁴². Fisicamente possui a maior imponência observada no município, ou seja, as maiores instalações, e a maior parte dos produtos agrícolas passam por seus armazéns. É, também, o maior arrecadador de impostos, sendo, portanto, quem mais contribui para com o poder público municipal, o que, teoricamente, vem em benefício de toda a população. Seus números econômicos impressionam; seu faturamento bruto em 2006

a hipótese, também, de que outra dessas novas cooperativas criadas tenha tido interesse em se instalar em Três de Maio. Esclarecer essa questão merece pesquisa específica.

⁴² Sobre o conceito de *estrutura* vide página 30.

foi superior a R\$ 410.000.000,00 (COTRIMAIO, 2007, p. 4) e em 2007 cresceu para a cifra de R\$ 623.000.000,00 (COOPERJORNAL, 2008, p. 7). Assim, uma pequena iniciativa de 25 agricultores, há pouco mais de 40 anos, foi muito para além de Três de Maio, atuando hoje em três regiões distintas do Estado do Rio Grande do Sul: Três de Maio, Cruz Alta e Palmeira das Missões⁴³. Está em um movimento de expansão de suas atividades, tanto de maneira horizontal, estendendo sua área de atuação, como vertical, abarcando novos produtos e voltando ao mercado da agroindustrialização.

A atuação dessa cooperativa e, conseqüentemente, a presença do cooperativismo, vai desde a tradicional ação cunhada pelas cooperativas coloniais, ou seja, compra os produtos dos seus associados, mas com a vantagem de possuir uma grande estrutura de armazenagem e vende aos associados e à população em geral todos os víveres que precisam. O antigo armazém das cooperativas coloniais foi ampliado e desmembrado em grandes supermercados e lojas de produtos agropecuários. Também possui uma rede de distribuição e de postos de combustíveis. Observa-se que *“A cooperativa, que antes era de origem local e de caráter comunitário, começou a ser encarada como um grande comércio”* (ANDRIOLI, 2001, p. 99).

Na área urbana do município de Três de Maio, a iluminação, mesmo que ainda precária, já era realidade em 1922. No meio rural, entretanto, a energia elétrica tardou a chegar. Para sanar essa demanda dos homens e mulheres do campo, mais uma vez o

⁴³ Possui um total de 22 filiais: Alegria, Boa Vista do Buricá, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Ingra, Cascata do Buricá, Crissiumal, Cruz Alta, Doutor Maurício Cardoso, Esquina Araújo, Fortaleza dos Valos, Horizontina, Humaitá, Independência, Palmeira das Missões, Pejuçara, Ponte Queimada, São Caetano, São José do Inhacorá, Sede Nova, Tiradentes do Sul, Três Capões e a sede em Três de Maio. Cada filial possui um ou mais postos de recebimento e venda de produtos.

sistema cooperativo foi acionado. Assim, em 1969 foi criada a Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural Entre Rios Ltda – Certhil. Este empreendimento cooperativo, fruto da necessidade produtiva e de consumo inaugurada com a efetivação da sucessão cultural trigo/soja, foi viabilizado pela união entre primeiros mandatários dos municípios regionais⁴⁴, os quais canalizaram esforços no intuito de buscar tanto recursos, quanto congregar os agricultores ao redor dessa cooperativa de eletrificação rural com sede em Três de Maio.

Rapidamente as paisagens rurais foram cortadas pela instalação das redes elétricas, fruto do esforço coletivo. Essas redes passaram a ser sinônimos do instrumental concreto da cooperativa. A eletricidade, por sua vez, também é constituída como fruto da *superestrutura*⁴⁵ da cooperativa, sendo vista como um benefício trazido pela cooperação.

As atividades estruturais da cooperativa, também, rapidamente foram conduzidas a uma estrutura empresarial altamente especializada pela sua necessidade técnica, além de, nesses anos, ter sido posto em prática o projeto de produção de energia própria, com a construção de hidrelétricas, das quais uma já está em funcionamento, sendo a primeira hidrelétrica construída por uma cooperativa no Brasil. Pelo tipo de atividade, praticamente a totalidade das famílias de agricultores é associada a cooperativa, bem como as suas atividades levam energia a alguns estabelecimentos específicos no meio urbano.

⁴⁴ A área de abrangência da Certhil compreende os municípios de Três de Maio, Independência, Horizontina, Tucunduva, Novo Machado, Doutor Maurício Cardoso, São Martinho, São José do Inhacorá, Tuparendi, Porto Mauá e Alegria.

⁴⁵ A *superestrutura* compreende a parte da associação na base da cooperativa, ou seja, as pessoas. Para maiores esclarecimentos vide página 30.

A presença da cooperativa de eletrificação não se dá, contudo, somente entre os agricultores, uma vez que uma grandiosa infra-estrutura física está posta no meio urbano, bem como os seus funcionários estão aí estabelecidos. É interessante destacar que a cooperativa, no seu limiar, soube capitalizar tanto a simpatia das pessoas, como obter fonte de renda alternativa para sua atividade principal. Ocorre que a eletricidade propiciou a introdução dos eletrodomésticos, e estes foram comercializados em loja que a cooperativa instalou.

As duas cooperativas surgidas nesse período são denominadas de empresariais, tanto pelas suas grandiosas *estruturas* e *superestruturas*⁴⁶, quanto pela sua atuação com parâmetros econômicos adaptados ao mercado, continuando, assim, em franco crescimento na atualidade. Mesmo que elas tenham trazido benefícios, só são passíveis de existência por meio de um pesado custo social. Numa análise bastante simplificada podemos admitir que a energia produzida e fornecida, por uma, tem custos aos seus consumidores, e estes, por sua vez, para arcar com esses custos, organizaram-se na produção monocultural, incentivada e viabilizada pela outra cooperativa. Exemplificando as crescentes despesas das famílias locais, podemos dizer que ao comprar um novo eletrodoméstico, aumenta o gasto com energia, o que pode ser arcado aumentando-se a produção daqueles produtos que possuem cadeia produtiva organizada. O aumento da produção de uns exclui os outros, provocando o custo social do êxodo rural⁴⁷. Na observação de um dos entrevistados (ENTREVISTADO 6, 2007), entretanto, a eletrificação rural via cooperativa propiciou que mais agricultores

⁴⁶ Sobre os conceitos de *estrutura* e *superestrutura* vide página 30 desta dissertação.

⁴⁷ O *êxodo rural* é a migração que os agricultores fazem ao deixar as atividades do campo, deslocando-se para as cidades e mudando de atividade produtiva.

continuassem sua vida no campo, deixando de migrar para as cidades, posto que, então, “as luzes da cidade” também chegaram aos campos.

Sem dúvida, pode-se afirmar que as cooperativas empresariais, na área em estudo, encerraram definitivamente o ciclo cooperativo anterior, mas souberam aproveitar o sentimento de cooperação já sedimentado entre a população. A primeira década (1970) dessas cooperativas foi marcada por um período de muitas mudanças e crescimento em todos os setores, o que facilitou sua instalação e consolidação.

A partir da década de 80 do século 20, novas necessidades fomentaram uma nova fase cooperativa, a qual denomino de Ressurgimento Cooperativo com a diversificação nas áreas de atuação. Ressurgimento, pois os protagonistas locais começaram a perceber que o ideário cooperativo que já conheciam e que tão bem estava funcionando com as suas cooperativas empresariais, poderia servir para preencher outras necessidades, as quais aumentavam, pois o crescimento da década anterior já havia atingido o seu auge, e alguns de seus reflexos negativos começavam a ser sentidos, assim como problemas conjunturais impostos pela realidade nacional. As próprias cooperativas empresariais sentiram que, fomentando a criação de novas cooperativas, poderiam obter vantagens no sentido da cooperação entre co-irmãs. A partir daí houve novamente a criação de várias outras cooperativas e, desta vez, com sua área de atuação bastante diversificada, ou seja, em vários ramos, sem, no entanto, interferir negativamente na especificidade de atuação das cooperativas empresariais.

Apenas nessa fase mais recente do cooperativismo em Três de Maio é que se insere o cooperativismo de crédito. Geralmente nas “Novas Colônias⁴⁸” o cooperativismo de crédito era o primeiro a se manifestar, agregando os colonos ao redor de sua casa de crédito. Exemplos são passíveis de análise em Panambi (FRANTZ; HILGERT; CORRÊA, 2006) ou em São José do Inhacorá, município que foi emancipado da área geográfica de Três de Maio no início da década de 90 do século 20, onde se efetivou uma cooperativa de crédito concomitante às cooperativas coloniais três-maienses.

Mesmo que o território geográfico do município de São José do Inhacorá tenha sido recentemente emancipado de Três de Maio, não se pode afirmar que a cooperativa de crédito lá surgida na época das cooperativas coloniais era amplamente conhecida, pois as cooperativas coloniais eram, em sua maioria, restritas as suas comunidades, neste caso ao então distrito de São José do Inhacorá. Assim, o ponto de partida é admitir o cooperativismo de crédito somente nessa última fase na área delimitada para o estudo.

Na atual área geográfica de Três de Maio, entretanto, o cooperativismo de crédito foi estabelecido tardiamente. Somente em agosto de 1981 foi criada a Cooperativa de Crédito Rural de Três de Maio Ltda. – Credimaio. A iniciativa partiu da cooperativa empresarial agrícola que havia no município, e os dirigentes da Cotrimaio eram também os dirigentes dessa nova cooperativa, e aquela era mantida em seu início pela movimentação financeira efetivada por esta.

⁴⁸ Entende-se por *Novas Colônias* a última região do Estado do Rio Grande do Sul colonizada, ou seja, a região de prolongamento de mata atlântica, que se estende desde Erechim até São Luiz Gonzaga, do lado brasileiro do rio Uruguai, e com cerca de 100 quilômetros de largura.

Na fundação da Credimaio, o sistema adotado foi o *Raiffeisen*⁴⁹, iniciando-se com uma caixa rural, a qual admitia somente associados que pudessem comprovar renda agrícola. Poucos anos após a sua criação, passou a integrar o Sistema de Crédito Cooperativo – Sicredi –, sendo hoje sede do Sicredi Noroeste, atuando como banco, o que é um indicativo de que as suas características já transformaram essa iniciativa numa cooperativa empresarial, não possuindo mais características do sistema *Raiffeisen*. O salto definitivo veio ao ampliar a sua atuação também para o meio urbano. Dessa maneira, na atualidade é a cooperativa que mais cresce em número de associados, ou seja, as pessoas, teoricamente na base da cooperação, estão ampliando a sustentabilidade dessa cooperativa. Possui mais de 8.000⁵⁰ sócios, somente na área geográfica que compreende a delimitação em estudo, entrando, com seu ideário e símbolos cooperativos, em um sempre crescente número de lares. Possui congregada, dessa maneira, a maior *superestrutura*⁵¹ em Três de Maio.

Em meados da década de 90 a área da comunicação social também edificou cooperativa numa clara alusão a uma maior democratização desse setor. Um grupo de lideranças e entidades, dentre as quais sindicatos e cooperativas, descontentes com a maneira pela qual era conduzida, sobretudo a imprensa escrita da região (ENTREVISTADO 7, 2007; ENTREVISTADO 13, 2007), criaram a Cooperativa Mista de Consumo e Produção Cultural Ltda. – Coopercultura –, a qual tem como seu produto principal um jornal, denominado de Cooperjornal, conhecido simplesmente como *Cooper*,

⁴⁹ O modelo *Raiffeisen* é conceituado a partir da página 92.

⁵⁰ Segundo informação obtida com a gerência de uma das agências do Sicredi de Três de Maio, neste município esta cooperativa possui 42% da população economicamente ativa como associada.

⁵¹ Vide o conceito de *superestrutura* na página 30.

com circulação semanal e tiragem superior a 4.000 exemplares (ENTREVISTADO 13, 2007).

O cooperativismo passa assim a ter um instrumento semanal de divulgação, o que o próprio nome atribuído a esse instrumento já mostra. Há um espaço escrito semanal, no qual as entidades colaboradoras locais podem expressar seu ideário. Essas entidades participantes têm sua origem também no coletivo, sejam escola comunitária, cooperativas e sindicatos de diversos ramos. Assim, cresce a importância em significado desse instrumento no educar para a cooperação, seja pela constante presença do ideário cooperativo propriamente dito, ou pela divulgação das práticas cooperativas dessas entidades e da própria cooperativa mantenedora do jornal, bem como pela sua significativa presença.

O ramo do cooperativismo do trabalho também encontrou terreno fértil na atual fase cooperativa. Tanto serviços altamente especializados, quanto os trabalhadores considerados excluídos, organizaram-se pela via cooperativa para sanar algumas necessidades postas a sua sobrevivência.

Mais uma vez cabe destacar que a cooperativa agrícola empresarial teve suma importância no incentivo à organização de duas das cooperativas do ramo de trabalho/serviços. Uma destas cooperativas foi criada no auge da derrocada provocada pelo implante da política neoliberal⁵² da década de 90. A partir dessa avalanche neoliberal o

⁵² O *neoliberalismo* consiste na política de instituição do Estado mínimo, repassando para a iniciativa privada todas as atividades do Estado.

debate na Cotrimaio, na época também exprimida pela crise, concentrou-se na terceirização de seu corpo técnico. Esse grupo de trabalhadores, em sua maioria da área agrônômica, e responsável pela realização do intercâmbio do ideário cooperativo com o produtor, estavam, assim, conscientes do que significa uma cooperativa. Dessa forma, quando se impôs a terceirização desses serviços pela cooperativa-mãe, optaram por criar a sua própria organização, inicialmente prestando serviços à cooperativa a que estavam ligados como funcionários anteriormente.

Na atualidade essa cooperativa, denominada Unitec⁵³, expandiu suas atividades, incluindo profissionais da Química, da Biologia, da Informática, da Contabilidade, da Eletrônica, da Administração, da Psicologia e do Artesanato, prestando serviços para outras entidades para além das cooperativas, como bancos, instituições de ensino e produtores individuais, prefeituras, Senar, Sebrae, Sescop, entre outras (REVISTA DO COOPERATIVISMO, 2007, p. 08), atuando não somente na área de abrangência original, mas também nos três Estados do Sul do país.

O debate dos profissionais da Medicina, instigados pela vontade da Cotrimaio de fornecer um plano de saúde cooperativo aos seus funcionários, levou também estes a criarem a sua cooperativa, hoje ligada ao sistema cooperativo Unimed⁵⁴, sendo Três de Maio a sede regional dessa organização⁵⁵. Sua atuação está basicamente centrada na administração de planos de saúde, mas também crescentemente atuando na saúde do trabalhador. Observa-se que, mesmo nas áreas mais elitizadas da sociedade, o ideário e a

⁵³ *Unitec* significa Cooperativa de Técnicos do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

⁵⁴ *Unimed* significa Sociedade Cooperativa de Serviço Médico Ltda.

⁵⁵ No caso Unimed Alto Uruguai.

prática cooperativa também são um instrumento para garantir renda a trabalhadores altamente especializados.

Por outro lado, cooperativas foram organizadas entre aqueles trabalhadores marginalizados, ou seja, aqueles que, eventualmente, obtinham apenas algum serviço de diarista para a manutenção de suas famílias. Esse grupo protagonizou a criação de duas cooperativas, e, ao que tudo indica, a segunda sucedeu a primeira, posto que esta não funciona mais. Para esse grupo, a cooperativa representou várias melhorias para além do debate criado pela sua *superestrutura*⁵⁶, o qual denota aprendizado coletivo. Dentre as vantagens, pode-se destacar o aumento do trabalho para esse grupo, o que, de uma forma tácita, demonstra certo ceticismo dos contratadores de mão-de-obra em relação a esses trabalhadores, uma vez que, com eles organizados na cooperativa, a legislação trabalhista eximia os contratantes de responsabilidades nessa área. Por outro lado, os cooperativados, na sua organização, criaram laços concretos perante as instituições oficiais de previdência, o que lhes trouxe também vantagens.

A experiência organizativa desses trabalhadores braçais, em forma de cooperativa, sem dúvida, os recolocou na estrutura de relações sociais (FRANTZ; SCHÖNARDIE, 2006b). Essas relações sociais, entendidas tanto no espaço coletivo de debate criado, quanto perante a ação de seu trabalho em relação aos seus empregadores e à sociedade em geral, bem como a renda obtida com esse trabalho, possibilitou a sua melhor inserção no sistema econômico vigente.

⁵⁶ O debate na associação das pessoas.

O sistema cooperativo local foi o grande responsável pelo incentivo ao desenvolvimento da bacia leiteira no espaço em estudo. Neste sentido, a cooperativa agrícola empresarial local realizava o trabalho de assistência técnica, compra do leite dos produtores e venda de insumos a estes. Nesta negociação, a cooperativa fornecia um cartão de crédito aos produtores para poderem comprar em seus mercados e lojas, o que criou um vínculo mais próximo dos produtores associados à cooperativa.

A bacia leiteira, aos poucos, foi ganhando importância, o que produziu uma alternativa à monocultura da soja que já estava efetivada. Desta forma, as cooperativas tiveram de encontrar uma maneira segura de escoar essa produção aos centros consumidores, uma vez que era produzido mais do que se podia consumir localmente. Tinha-se que levar em consideração que o leite é um produto perecível e torna-se impróprio ao consumo poucas horas após ordenhado se não receber processamento adequado.

A solução encontrada foi o investimento na agroindustrialização. Para viabilizar esse empreendimento foi criada uma grande central de cooperativas, congregando organizações afins em todo Estado do Rio Grande do Sul. Nessa central, a Cotrimaio era uma das maiores acionistas. Trata-se da Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda. – CCGL –, criada em 1981. Como resultado desse empreendimento, em Três de Maio foi construída uma indústria de queijo. Andrioli (2001, p. 102) acrescenta que *“Um dos maiores projetos, sem dúvida, de agroindustrialização concretizado foi a criação da CCGL”*.

Mesmo com os resultados positivos obtidos pelo projeto agroindustrial, tanto para as cooperativas quanto para os agricultores, entretanto, esse complexo agregador de valor ao produto primário foi vendido para empresas privadas. Um dos entrevistados, um profissional da área técnica com ligação estreita a esse projeto, questionado sobre o porquê da tomada dessa decisão, assim respondeu:

[...] creio que foi porque naquele momento, eu digo que teve um momento no Brasil em que só era bom se fosse multinacional ou fosse empresa privada, é tanto que antes de vender a CCGL ela foi transformada em uma, foi desmembrada, existia uma cooperativa que criou uma S.A., que administrava o leite, então porque o moderno, então o correto, eu digo que era época das privatizações, época de, acho até ali as próprias cooperativas não eram muito olhadas assim como algo importante [...] (ENTREVISTADO 12, 2007).

A prática de agroindustrialização pela via cooperativa foi, dessa maneira, no auge do neoliberalismo, momentaneamente deixada de lado. Somente anos mais tarde pôde-se sentir o que essa ação, que pode ser nomeada de regresso, causou para os produtores envolvidos, tanto é que um grupo de cooperativas re-fundou a central de cooperativas leiteiras visando à agroindustrialização, tentando retomar o mercado perdido, bem como trazendo expectativa de melhorias aos produtores rurais, os quais, mais uma vez, estão depositando nas cooperativas a esperança da retomada de lucros maiores nesse setor.

A agroindustrialização, contudo, continuou acontecendo, com a cooperativa empresarial local criando marcas próprias, sobretudo com os produtos produzidos a partir de seu moinho. Em 2001 foi encabeçada a criação de uma pequena central de cooperativas,

com duplo objetivo agroindustrial⁵⁷. Numa ponta criando um segmento de cereais, o que resultou na instalação de um moderno moinho para otimizar a produção de farinhas a partir dos cereais já produzidos e comercializados pela estrutura cooperativa vigente. Na outra ponta dessa nova central agroindustrial ainda está em fase de instituição o segmento de óleos e vegetais, o qual já opera uma indústria de produção de óleo de soja e está em fase de desenvolvimento uma planta de produção de biodiesel. Observa-se que o sistema cooperativo, que está alicerçado na agricultura familiar, a qual é sustentada pela produção de alimentos, está lançando sua ação para a produção de combustível visando a “alimentar máquinas”.

Nos anos que já se passaram da primeira década desse milênio, entretanto, a criação de cooperativas não é o foco principal no espaço estudado; mas sobretudo no meio rural têm sido criadas uma série de associações, as quais são sustentadas, em sua base, pelo mesmo ideário da cooperação que mantêm as cooperativas. Essas associações, segundo um dos entrevistados (ENTREVISTADO 6, 2007), estão voltadas, principalmente, à organização do setor leiteiro, o que pode ser resultado de certo descaso com o produtor dessa cadeia produtiva, após a saída das cooperativas desse setor. Os agricultores organizam-se por proximidade, tanto para viabilizar as exigências impostas⁵⁸ à produção de leite, quanto para acessar as tecnologias demasiadamente caras para os pequenos produtores arcarem individualmente.

⁵⁷ Refiro-me à Cooperativa Central Agroindustrial Noroeste Ltda. – Coceagro –, também com sede em Três de Maio. São integrantes dessa central a Cooperativa Agro-Pecuária Alto Uruguai Ltda. – Cotrimaio –; Cooperativa Mista São Luiz Ltda. – Coopermil –; e a Cooperativa Mista Tucunduva Ltda. – Comtul.

⁵⁸ Normativas recentes têm aumentado as exigências sanitárias da produção do leite, dentre as quais a armazenagem em resfriadores à granel, os quais possuem custos elevados, tornando-se viáveis para os pequenos produtores apenas com a sua associação e aquisição conjunta.

No meio rural, também em forma de associação, estão sendo criadas pequenas agroindústrias para industrialização de leite, mandioca e cana-de-açúcar. Estas têm se mostrado viáveis no sistema associativo. Essas associações retomam um pouco a configuração organizativa das antigas cooperativas coloniais, pois estão espalhadas por toda a zona rural, em cada comunidade.

No meio urbano, um grupo de catadores de papel organizou-se na forma jurídica de associação⁵⁹, contudo seu funcionamento é pautado pelo regramento cooperativo. As práticas dessa organização, em que alguns de seus associados são provindos do êxodo rural – e no meio rural a cooperação cooperativa tem raízes longínquas –, outros de cooperativas de trabalho locais, mostram que a presença do ideário da cooperação, mesmo seus protagonistas não estando organizados numa cooperativa formal, está bastante enraizada no contexto histórico e cultural em que essas pessoas vivem.

Este capítulo, responde, assim, as indagações com que foi proposto, mostrando que o movimento cooperativo em Três de Maio foi construído pelo premir de necessidades, configurando-se em três fases: cooperativismo colonial, cooperativismo empresarial e ressurgimento cooperativo, em que signos foram construídos, os quais, também ajudaram na difusão e reconstrução da cooperação e sua instituição concreta. Identificar os signos, que difundem e constroem o ideário cooperativo, no espaço de estudo, torna-se tarefa. Essa história, vivida na cultura local, insere-se na identidade do movimento cooperativo regional, estadual, nacional e internacional.

⁵⁹ Trata-se da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis – Asmar.

3. OS SIGNOS COOPERATIVOS MANIFESTOS NA E PELA CULTURA LOCAL

Os capítulos desenvolvidos até aqui trazem duas dimensões temáticas para se entender a hipótese proposta. Escrever o entendimento de uma teoria no primeiro capítulo, como já expresso anteriormente, é resultado do pesquisador estar impregnado no contexto da cultura cooperativa, que foi explicitado no segundo capítulo deste texto.

O capítulo anterior inicia situando algumas das manifestações cooperativas desde o seu surgimento, para, em seguida, inserir a região estudada e, mais especificamente, o município delimitado para o estudo. Essa seqüência é em decorrência do espaço do estudo de caso ter sido integrado ao sistema social em que brotou o cooperativismo na sua forma moderna, tardiamente, ou seja, há menos de um século. Constata-se que o contexto histórico, nessa curta trajetória, possui rica e diversa ação dos humanos envolvidos na *práxis* do objeto central, focado na busca em seu entendimento.

As dimensões da escrita até aqui apresentadas, ainda, parecem distantes umas das outras. Da maneira como foram ordenadas, contudo, integram um sumário pré-estabelecido, que se completa, retomando essas partes no capítulo que aqui é introduzido. Ou seja, elas

estão inseridas dentro de um caminho e, caminhos, por vezes, são tortuosos, mas percorridos para se chegar a algum lugar, e esse lugar pode ser visualizado na parte final dessa estrada. Nesse caso, a chegada representa a compreensão das hipóteses levantadas.

Submeto, agora, a história do cooperativismo local às categorias teóricas delimitadas. Este capítulo nada mais é do que o entrecruzar dos dois primeiros. Nesse exprimir é que será possível perceber os elementos significativos presentes nos cotidianos das trajetórias de vidas das pessoas envolvidas na prática cooperativa; e como essa se faz presente em forma de *efeito catraca*⁶⁰ no contexto cultural local.

Perceber os elementos com significado cooperativo subjacente a um contexto histórico, demanda buscas no campo empírico. Se o objetivo é entender como esses elementos estão postos na formação dos sujeitos, ninguém melhor do que os protagonistas locais, ou seja, os sujeitos locais, para apontarem o que lhes é significativo de cooperação e dessa prática em forma de cooperativa. Dessa maneira, o presente capítulo, para perceber esses elementos, é fruto de intensa pesquisa de campo e traz a forma como a cooperação se faz presente no meio cultural local. As palavras escritas que seguem, portanto, trazem continuamente o que essas pessoas expressam.

A análise, que é objetivo deste capítulo, é fruto da problematização das intenções do pesquisador. Essa problematização é expressa por alguns questionamentos: Há um acúmulo histórico nas manifestações cooperativas? O que leva as pessoas a cooperarem? Há pessoas ou instituições que ajudam a instigar esse movimento? Quais são, afinal, os signos

⁶⁰ A conceituação da expressão *efeito catraca* está nas páginas 57 e 58 o que é complementado pela nota 16.

representativos de cooperação que se manifestam na área delimitada? Como se fazem presentes esses elementos significativos para a constituição das mentes locais? Como esses signos são apreendidos no processo de formação do pensamento? Como esses signos interferem na educação dos sujeitos envolvidos? Penetram assim na cultura?

3.1 COOPERATIVAS: UM MOVIMENTO EM ESPIRAL⁶¹

A história nunca se apresenta como um fenômeno linear, nem mesmo cíclico. Ela pode se apresentar como um movimento em espiral⁶². Isso significa que há uma evolução ou um movimento de acúmulo no decorrer dos tempos. Esse acúmulo, porém, não é em forma contínua, sem percalços, como uma forma linear. Por outro lado, nada do que

⁶¹ Anunciar aproximação ao conceito de *espiral* pode parecer contraditório para a reflexão que vem sendo pautada pela perspectiva marxista (mesmo sem fazer referência direta a Marx). O próprio efeito cultural cumulativo e a analogia ao *efeito catraca* começam a criar a contradição. O empírico local, contudo, permite a inflexão pela *espiral*, conceito que, entendo permitir a dialética nas suas distensões e percalços. Está lançada, entretanto, a questão ao debate.

⁶² O conceito de *história em espiral* é inaugurado por Giambattista Vico com a obra *A Ciência Nova*. Nesta obra, “publicada pela primeira vez em 1725, totalmente reelaborada em 1739 e relançada em 1744 com poucas modificações [...], Vico mostra que o homem faz e sofre a história, e que para conhecer essa história é preciso conhecer o homem dentro de seu mundo cultural, sua linguagem e seus mitos. A Antiguidade greco-romana fornece o exemplo de uma história ideal da humanidade, que sempre se repete, começando sempre de novo: a filosofia da história de Vico é cíclica. Na história de Vico se repetem três fases: a história dos deuses, em que os homens foram pouco mais que animais; a história dos heróis, em que os homens eram bárbaros (mas poetas) governados pelos aristocratas; a história humana, que começa com lutas internas contra os governantes, espécie de lutas de classes, e com a conquista de um direito seguro e escrito, superior ao direito natural. E daí novamente à idade dos deuses, num processo que não é uma repetição, um círculo, mas uma recorrência, uma espiral” (VICO, 1999). Nesse sentido, a mais conhecida das afirmações viquianas é: “A história das nações segue o curso que, da idade dos deuses, passa pela idade dos heróis e chega à idade dos homens. Mas não se trata da circularidade da história, como em Políbio, Maquiavel ou Guicciardini. Primeiro porque para os primeiros a história se resume à dimensão dos indivíduos e da política. Para Vico, as conseqüências de ordem gnosiológicas tornam mais profunda a sua noção de história, ligada ao pensamento (forma mentis), ao mundo da política, da economia e das artes. Como lembra Collingwood (*A idéia de história*), o processo, em Vico, não é o de um círculo, mas o de uma espiral. A história não se repete” (VICO, 1999, p. 32). Faço aproximação a Vico pelo seu pioneirismo e pela possibilidade de diálogo de sua teoria com o contexto empírico do estudo. Mas, entretanto, admito que numa análise mais acurada, a crítica de Vico feita à filosofia com o ser humano como ele “deve ser”, pode ser superada, recorrendo a pensadores contemporâneos que consideram o ser humano como ele “é” e tentam aproveitá-lo como ele “pode ser” dentro dos limites da condição humana e da história.

começa em um lugar acaba nesse mesmo lugar, ou seja, não há um ciclo fechado. De outra parte, é um equívoco maior afirmar que a história é marcada por fatos isolados. Há sim alguns momentos históricos marcantes, mas esses nunca isolados de seu contexto e, assim, têm significado no espaço social em que ocorrem, o que pode ser exemplificado pela criação de uma nova cooperativa.

Nessa perspectiva se insere o movimento cooperativo em Três de Maio. Esse movimento cooperativo é percebido em forma de espiral na história. Significa a possibilidade de entendê-lo como um acumular de experiências cooperativas, as quais se influenciam mutuamente, uma podendo ser desencadeada pela outra, bem como podendo influir para que a experiência seguinte avance em alguns campos em relação à anterior. Admitido esse processo em forma de espiral, significa admitir percalços. Esses percalços podem, inclusive, apresentar-se em forma de regressos, pois estão atrelados a um contexto. No caso das cooperativas, podem ser interpretados nas sucessões de fases da cooperação, bem como a interrupção e encerramento das atividades de algumas cooperativas e o surgimento de outras nesse espaço.

Interpretar o movimento da história em forma de espiral significa, assim, tomar clara e lúcida posição de que a história, e nesse caso a história do cooperativismo na região em estudo, recebe, a cada momento, as influências das experiências acumuladas. Essas experiências vão perpassando as gerações por meio de seus elementos significativos. Esse ideário é, assim, constantemente retomado, mas ressignificado na sua ação, de acordo com o contexto a que está submetido.

Por outro lado, torna-se necessário ter presente que o ideário cooperativo já está inserido na cultura local. Essa afirmativa, para ser feita, aponta para a necessidade de uma minuciosa análise histórica, com olhar direcionado para essa manifestação no espaço geográfico de estudo.

Inicialmente, cabe lembrar que as pessoas que colonizaram o espaço do estudo, em sua maioria, migraram de uma região que foi o berço de práticas de cooperação concretas no Brasil. A cultura das *Colônias Velhas* de onde eram provindas as pessoas que se instalaram na nova colônia, já era permeada pela prática da cooperação, seja na informalidade dos laços comunitários, seja pelas experiências iniciadas pelo *Riograndenser Bauerverein* (RAMBO, 1988), ou por Paternó (MONSERRAT, 1988).

Essa prática cooperativa, integrante da cultura de origem dos colonizadores locais, agregou alguns elementos como a organização espacial a que as etnias foram dispostas e as dificuldades geográficas em relação às distâncias, além do tipo de flora encontrada na área.

Observa-se que alguns elementos foram se acumulando na construção do ideário de solidariedade e de cooperação entre essas pessoas. Esse acumular pode ser denominado de *efeito catraca*⁶³. A prática diária, aos poucos, permitiu a reflexão, transformando-se em *práxis*. A ação de cooperação foi, assim, institucionalizada inicialmente nas cooperativas coloniais. Por mais que no dia-a-dia as relações sociais fossem permeadas por ações de cooperação, ainda não era dominado o significado de uma cooperativa formal. Um dos envolvidos nesse processo assim se expressa: “[...] *o cara não tinha nem idéia, não tinha*

⁶³ A conceituação da expressão *efeito catraca* está nas páginas 57 e 58, o que é complementado pela nota 16.

nem noção de cooperativa. E daí foi, foi e foi, o pessoal foi entendendo, achando que ia dar certo e começaram lá, acho com trinta e poucos associados [...]” (ENTREVISTADO 2, 2006). Isso mostra que o conceito de cooperação foi se construindo no cotidiano.

O contexto, ainda de certo isolamento geográfico das comunidades, ajudou a forjar a criação das cooperativas coloniais. As condições materiais eram precárias nessa criação inicial e essas cooperativas foram formadas a partir do esforço dos envolvidos, iniciando com infra-estruturas modestas. *“A fundação da cooperativa foi com duas prateleiras, meia dúzia de caixas de fósforos, foi iniciado tudo; a balança; aí começou”* (ENTREVISTADO 1, 2006).

Outro dos entrevistados ao ser questionado sobre o fato do contexto de ajuda-mútua e entreajuda estabelecido na colonização e durante os primeiros anos desta, ter ajudado na adesão maciça posterior às cooperativas, foi enfático em afirmar: *“Isso não tem dúvida, isso não tem dúvida, isso tudo ajudou, porque pra ficar forte tem que ter cooperação”* (ENTREVISTADO 5, 2007). Essa cooperação a que o entrevistado se refere foi o elemento construído anteriormente, que na formalização das cooperativas foi somado na adesão à instituição concreta.

O ideário da cooperação ramificou as suas raízes de tal forma entre os habitantes locais que, já na primeira cooperativa institucionalizada, houve adesão de número superior a 600 sócios (ENTREVISTADO 9, 2007). Essa experiência, por sua vez, também contribuiu “como uma peça” no acúmulo de seu ideário na cultura. Essa cooperativa, pelas condições conjunturais e materiais em que operava, abatia suínos somente na estação fria

do ano. Nesse período, possuía um armazém em que fazia vendas a varejo para os habitantes do meio urbano local. Um dos entrevistados relatou que “[...] na cidade prestigiavam a cooperativa, tudo mais, mas eles sentiam muito quando havia aquela paralisação, principalmente no verão, era uma tristeza pro pessoal, que se abasteciam bem ali [...]” (ENTREVISTADO 9, 2007). Observa-se que essa primeira experiência tinha seu alcance muito além de seu grande número de associados agricultores, pois o próprio meio urbano, consumidor dos produtos agrícolas de sua indústria, já via na cooperativa um espaço em que podia-se abastecer de produtos de sua necessidade, sentindo falta nas entressafras. Essa reação da população local aponta para a lacuna que essa instituição deve ter deixado quando encerrou suas atividades, o que pode ser um aceno para a instalação das instituições cooperativas que a sucederam.

Há unanimidade entre os entrevistados de idade mais avançada, os quais vivenciaram o período em que se efetivaram as cooperativas coloniais, em afirmar que na época de seu surgimento, várias foram criadas em curto espaço de tempo e que uma buscava informações em relação aos tramites burocráticos com as anteriores. A partir dessa constatação, podemos inferir que a criação dessas cooperativas estava ligada a uma espécie de efeito em cadeia, em que uma contribuiu para a criação da outra, numa clara alusão ao efeito cultural cumulativo, também observado como *efeito catraca*⁶⁴.

A partir do relato de outro dos entrevistados (ENTREVISTADO 3, 2007), pode-se deduzir, também, que as cooperativas coloniais provocavam a criação de co-irmãs. Ele expõe que, antes de criarem a cooperativa em sua localidade, vendiam seus produtos,

⁶⁴ A conceituação da expressão *efeito catraca* está nas páginas 57 e 58, o que é complementado pela nota 16.

basicamente, suínos e abasteciam-se de víveres em cooperativa⁶⁵ localizada na sede urbana local, e acrescenta que a cooperativa que criaram em sua localidade⁶⁶, seguiu os mesmos moldes de funcionamento. O mesmo entrevistado manifestou-se em relação à lacuna que foi deixada por essa cooperativa ao encerramento de suas atividades. *“Depois que ela fechou, a gente achou muita falta, e nós aqui em casa achamos muita falta [...]”* (ENTREVISTADO 3, 2007). Essa falta, certamente, contribuiu para a entrada, dos então associados a ela, nas cooperativas das fases seguintes.

Se nos atermos às datas em que a maioria das cooperativas coloniais encerraram as suas atividades, ou seja, o final da década de 60, esse também é o período de surgimento das cooperativas empresariais. Transparece uma clara sucessão de experiências cooperativas. Os habitantes locais estavam acostumados a pôr em prática ações empregando a cooperação, e quando sucumbiram as cooperativas de sua localidade, logo associaram-se à cooperativa empresarial que estava se formando. Isso explica a resposta de um dos entrevistados, que estava entre os protagonistas da criação desta, ao questionamento que lhe foi feito se houve dificuldade em obter a adesão de associados à nova cooperativa: *“Isso não foi difícil, isso depois correu gente pra entrar”* (ENTREVISTADO 5, 2007).

Constituiu-se nessa fase uma espécie de presença da necessidade das pessoas estarem associadas às cooperativas. Nesse sentido, é representativa a fala de um dos entrevistados em relação a sua atitude quando a cooperativa de sua localidade foi extinta:

⁶⁵ Tratava-se da Sociedade Cooperativa Três de Maio.

⁶⁶ Refere-se à Cooperativa dos Agricultores do Km 13.

Aqui quando terminou a cooperativa aqui, eu me associei em São Caetano, continuei na cooperativa lá. Tive lá sócio em São Caetano até que a Cotrimaio encampou ela, eu era sócio lá e ali, e daí quando a Cotrimaio encampou, aí fiquei sócio, mas eu era sócio nas duas cooperativas, quando tinha essa aqui era só aqui (ENTREVISTADO 4, 2007)⁶⁷.

Uma nova distensão na espiral da história foi sentida na criação das cooperativas da fase do ressurgimento do cooperativismo. O efeito cumulativo anterior, nesse caso representado pelas cooperativas então existentes, ou seja, as empresariais, fez com que estas fossem um dos grupos incentivadores das novas instituições. A distensão se dá, pois há o início de uma “nova caminhada”, moldada e instigada pela prática da cooperação que já vinha acontecendo.

Nessas novas cooperativas, além do suporte técnico que receberam das cooperativas que as haviam antecedido, essa prática da cooperação foi direcionada, sobretudo, para outros setores da sociedade, os quais ainda não possuíam essa forma associativa institucionalizada.

A análise do contexto histórico em estudo mostra que o cooperativismo foi avançando gradativamente e se ramificando em diversos setores da sociedade, não sem distensões, mas sim com percalços, os quais possibilitaram o seu ressurgir em diversos momentos. Mostra-se como uma história cumulativa, como uma história em espiral. Os percalços possibilitaram ressignificações no próprio ideário do cooperativismo, estas, interpostas pelas necessidades.

⁶⁷ O Entrevistado 4 era associado primeiramente da Cooperativa Mista de Esquina Consolata. Quando do encerramento das atividades desta, associou-se na Cooperativa Agrícola Mista São Caetano Ltda., e na Cooperativa Agro-Pecuária Alto Uruguai Ltda. – Cotrimaio. Quando da incorporação da Cooperativa Agrícola Mista São Caetano Ltda., pela Cotrimaio, continuou como associado apenas desta.

3.2 O LIMIAR NA NECESSIDADE

Para o professor Vergílio Frederico Perius, presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – Ocergs –, “*Para cada problema que se imagina, surge uma cooperativa para enfrentá-lo*” (REVISTA DO COOPERATIVISMO, 2007, p. 03). A afirmativa de Perius, apontando o surgimento de cooperativas para enfrentar problemas, ou seja, a organização das pessoas em forma de cooperação, via cooperativa, mostra com clareza que na base para o surgimento dessas há um elemento propulsor. O que Perius denomina problema, sem dúvida, vem em decorrência de uma necessidade. O problema em si pode ser uma necessidade a ser resolvida.

Na história local, a qual mostra a organização de cooperativas em forma de espiral, em suas diversas fases, supõe-se, hipoteticamente, que essas cooperativas sempre surgiram por meio de necessidades, muitas vezes em conjunturas bastante adversas. Assim, objetiva-se entender esse processo de surgimento das cooperativas a partir dessa hipótese, na área em análise. Entende-se, entretanto, que há dois tipos de necessidades: uma seguindo o sentido literal da palavra, projetada na subcategoria das necessidades de reprodução biológica⁶⁸, e outra criada pelo contexto cultural, projetada pela subcategoria das necessidades de reprodução social⁶⁹. Entender a manifestação de uma ou outra, nas diversas fases do cooperativismo em análise, é objetivo desta dissertação neste item. Para que haja

⁶⁸ Vide item 1.4 do primeiro capítulo desta dissertação.

⁶⁹ Idem.

essa compreensão, sobretudo no que tange às influências externas criadoras de necessidades, precisa-se entender como as entidades privadas e o Estado influíram historicamente sobre a comunidade foco. Essa percepção é possível ser feita pela manifestação das pessoas que participaram ou participam do processo histórico cooperativo que passa pelo tempo e marca o espaço.

A necessidade impulsionou os homens e mulheres a se juntarem para, em grupo, de forma solidária e coletiva, superarem a conjuntura adversa que encontraram ao ser efetivada a empreitada colonial na nova colônia. Estava aí um tipo de necessidade ligado à sobrevivência, partindo de dentro do grupo que estava começando a se organizar; uma necessidade relativa a questões básicas para a manutenção da vida com um mínimo de qualidade, apontando para a organização coletiva, fomentando a organização da comunidade pelo coletivo para resolução de seus problemas. Vem ao encontro a esta tese a fala do primeiro dos entrevistados para tentar entender as hipóteses levantadas: “[...] *eles se ajudavam, os colonos*⁷⁰, *tempo de colheita, [...] trilhagem, se ajudavam muito entre eles, os colonos, mas tudo braçal, não tinha maquinário, não tinha nada*” (ENTREVISTADO 1, 2006).

Na pesquisa de campo realizada, houve unanimidade afirmativa à hipótese da necessidade estar na base do surgimento das cooperativas locais. Essa expressão foi possível observar, na maioria das vezes, sem interrogativas diretas relativas a esse tema. Na própria narrativa dos colaboradores da pesquisa, é possível perceber convicção em relação

⁷⁰ Entende-se pela denominação *Colono* os colonizadores locais, os quais inicialmente fixaram-se na agricultura. Posteriormente, em consequência dessa situação, foi incorporado ao termo o sinônimo de agricultor.

a esse apontamento. Afirmativas como: “*Essas cooperativas também, elas nasceram na necessidade [...]*” (ENTREVISTADO 6, 2007), ilustram e atestam a hipótese da necessidade.

A necessidade que estava na base do limiar do surgimento do sentimento de cooperação, denominado “*espírito cooperativista*” por um dos entrevistados (ENTREVISTADO 13, 2007), no período que antecedeu a criação das primeiras cooperativas formalizadas na localidade, também se manifestou como centelha provocadora da formalização das instituições cooperativas. Estas foram criadas para dar fluxo organizacional à atividade econômica do grupo que se associava. Esta também era uma necessidade econômico-organizacional, efetivada na criação das cooperativas coloniais. Estava aí a necessidade da instalação da empresa, ou seja, uma das duas dimensões de uma cooperativa. “[...] *então eu junto com meus pares e monto uma empresa pra dar vazão a essa minha atividade, a essa minha necessidade econômica [...]*” (ENTREVISTADO 7, 2007).

Nas cooperativas coloniais, a necessidade organizacional econômica, no caso voltada ao escoamento da produção suína, ainda era uma clara necessidade de sobrevivência das famílias que eram numerosas. Para sua manutenção, precisavam vender os excedentes produzidos pela sua organização em sistema de agricultura familiar⁷¹. Essa

⁷¹ O termo *Agricultura Familiar* é aplicado para caracterizar um sistema específico de organização da agricultura. Nesse sistema agrícola, o agricultor familiar “*é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda [...] e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente da família*” (FAO/Incrá, 1996). A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag (1999), acrescenta limite de quatro módulos fiscais por propriedade familiar, o que representa em torno de oitenta hectares de terra. Nesse sentido torna-se necessário que tanto a gestão quanto a propriedade e o trabalho

organização cooperativa partia de dentro do grupo envolvido, ou seja, partia das dificuldades locais relativas ao escoamento da produção excedente e aquisição de alguns víveres necessários à sobrevivência, não passíveis de serem produzidos na propriedade familiar, como o sal.

Na época da organização das cooperativas coloniais, as localidades interioranas possuíam casas comerciais particulares, as quais eram uma espécie de confluência a que os habitantes locais eram obrigados a recorrer para sanar as suas demandas. Como a infraestrutura das propriedades familiares desses agricultores era precária para se deslocarem a algum comerciante de outra localidade, ficavam atrelados ao comércio do local. Ilustra o poder desses comerciantes o que expressa um dos colaboradores: *“Comerciantes, o comércio era forte no interior. Havia muita população naquela época no interior, comércios grandes. Vendiam de tudo, compravam de tudo”* (ENTREVISTADO 1, 2006). Essa exclusividade monopolista exercida pelos comerciantes nas localidades interioranas suscitava certa opressão sobre as famílias que dependiam deles para escoar sua produção e adquirir o que não podiam produzir no seio familiar. Para Frantz (2002a), *“através do comerciante [...], se concretizavam relações de controle, de influência, de poder, às quais os agricultores reagiam, procurando se opor pela articulação de mecanismos próprios de defesa e ação”*.

Constatada essa opressão por parte dos explorados, manifestava-se a necessidade de criar alternativas para contrapor essa submissão. Um dos caminhos encontrados e viável

aplicado na propriedade sejam provenientes da própria família rural. O município em análise nesta dissertação tem sua base na agricultura familiar.

naquele momento, como mecanismo de defesa, foi a criação de cooperativas, nas quais não havia mais apenas um capitalista como dono, mas o coletivo dos associados, estes, agora, decidindo democraticamente e usufruindo as vantagens de sua organização, também divididas no coletivo. Atestam isso as cooperativas coloniais. “*A necessidade de organização dos produtores rurais frente às dificuldades da época, impostas pela exploração dos comerciantes, principalmente na atividade suinícola, foi a principal motivação*” (REVISTA DO COOPERATIVISMO, 2007, p. 3) da criação de cooperativas. Nesse sentido, os protagonistas assim se expressam: “*Olha, te dizer o sentido mesmo, era o pessoal se organizar, ter acho um comércio deles, não depender sempre do comerciante [...]*” (ENTREVISTADO 2, 2006).

Essa dependência relativa aos comerciantes criou uma das condições com sentido de necessidade organizacional. Esse processo não foi pacífico entre as emergentes cooperativas e os comerciantes já estabelecidos, pois se tratava das primeiras cooperativas formais. Mesmo que o ideário de cooperação já estivesse enraizado, ele poderia ser usado também para prestar solidariedade aos comerciantes, em vez de em favor do armazém instalado pela cooperativa, com o qual esta concorria com os comerciantes. “*[...] aqui depois deu um contrachoque assim, os comerciantes estavam contra e os colonos também, um que outro com os comerciantes, e a cooperativa não cresceu muito*” (ENTREVISTADO 10, 2007). Essa reação dos comerciantes e daqueles que os apoiavam, é perfeitamente compreensível para a época, pois eram as primeiras experiências formais de cooperação, o que foi constituído como uma experiência nova. Com certeza a cautela em relação ao novo acompanhou vários dos conterrâneos daquela época.

A criação das cooperativas, com certa carga de contraponto aos comércios particulares, mesmo que por vezes estes estabeleceram algumas limitações às cooperativas, possibilitou vários ganhos aos cooperativados. Um desses ganhos estava no campo econômico, mais especificamente em relação à cotação de preços. “*A cooperativa normalizou os preços, porque quando era só o comércio, ele explorava mais, era por essa causa que começou a criar as cooperativas [...]*” (ENTREVISTADO 4, 2007). Outro entrevistado relata que no programa de rádio da primeira cooperativa surgida em Três de Maio, divulgavam: “*[...] o preço dos suínos [...], que os outros ficavam em silêncio, eles só davam o preço quando o sujeito vinha procurar, não publicamente como a cooperativa fazia [...]*” (ENTREVISTADO 9, 2007).

Nessa disputa entre colonos e comerciantes, a necessidade que originou as cooperativas ainda provinha da perspectiva de sobrevivência biológica, girando em torno de excedentes de produção e demanda por utensílios básicos de sobrevivência.

Um novo tipo ou categoria de necessidade começa a ser observado pelo que expressa outro dos entrevistados, referindo-se à organização de uma das cooperativas empresariais subsequente às coloniais:

As cooperativas são sempre criadas por uma necessidade, eu entendo isso, que na época que foi criada a Cotrimaio, pela história, eu lembro que foi criado por uma necessidade, porque se começou a plantar na época do plantio de soja que se iniciou, não tinha, não tinha lugar pra se armazenar o produto que os agricultores tavam colhendo, o que tinha, comércio que tinha na época era pequeno, não tinha, não tinha armazém, e a necessidade de se formar uma cooperativa pra se construir armazéns pra armazenar e dar encaminhamento a esse produto pra fora, eu lembro que no início,

pela história que contam e pela história que, da cooperativa, é que foi feito, foi criada a cooperativa, porque nos primeiros anos enquanto não se, não se construiu os armazéns, se faziam montes de sacos de soja cobertos com lona, então essa, eu acredito que a maior necessidade que se leva a criar uma cooperativa é um problema que tem que ser resolvido, e pela cooperativa é mais fácil de resolver (ENTREVISTADO 8, 2007).

A criação das cooperativas empresariais também se deu com base na necessidade, seja do escoamento da produção no caso agrícola, ou da demanda de energia por parcela significativa da população local. Torna-se necessário, entretanto, entender como surgiu a necessidade dessa fase do cooperativismo em Três de Maio.

Havia toda uma conjuntura nacional, impulsionada internacionalmente, influenciando sobre a região onde se insere esse município. Essa conjuntura externa, ascendendo sobre o processo de formação mental dos indivíduos locais envolvidos, foi a principal responsável para despertar a necessidade que levou os protagonistas locais a criar as cooperativas empresariais. Estes podem ser chamados de protagonistas, pois essas cooperativas também foram criadas a partir do local, porém, a partir de mentes constituídas pela nova conjuntura. Foi uma necessidade criada no contexto social, a partir da nova matriz produtiva⁷² que se constituía uma necessidade da subcategoria da reprodução social⁷³.

A região vivia a transição do sistema produtivo para a produção extensiva e monocultural de produtos agrícolas, no caso o binômio trigo/soja. Esse tipo de produção demandava grandes estruturas de armazenagem, as quais foram viabilizadas pela

⁷² Essa nova matriz produtiva estava baseada na monocultura do binômio trigo/soja, que suplantou a centralidade da suinocultura.

⁷³ Vide item 1.4 do primeiro capítulo.

cooperativa. Ocorre que a instituição de pacote tecnológico pela revolução verde⁷⁴ veio por interesses externos, provindos ou de empresas ou dessas aliadas ao Estado⁷⁵. Esse pacote fomentou as plantações extensivas de trigo e soja. Ou seja, foram criadas uma série de condições para que os agricultores locais partissem para a nova matriz produtiva. Foi consolidada uma necessidade, a qual não mais tinha relação exclusiva à sobrevivência. Um dos resultados nefastos desse pacote, inclusive, foi o êxodo rural⁷⁶.

A experiência cooperativa já dominada por esses agricultores, foi fomentada, até mesmo, com subsídios estatais⁷⁷ para servirem de suporte à nova situação produtiva, contraditoriamente denominada de modernização da agricultura. Para Andrioli (2001, p. 210), “[...] foi através das cooperativas que se operou o processo de modernização da agricultura, impondo tecnologias e idéias não produzidas pelo povo da região”. Para o mesmo autor, essas estruturas cooperativas “não foram resultantes das necessidades dos agricultores, mas impulsionadas por interesses externos, numa aliança do Estado com grandes grupos econômicos multinacionais” (p. 210).

Os insumos necessários à produção do trigo e da soja, eram produzidos, em sua maioria, por grandes empresas transnacionais. Para que os agricultores tivessem acesso a estes, bem como pudessem erigir os grandes armazéns do novo modelo de cooperativas, contavam com financiamentos, muitas vezes, subsidiados, provindos do Estado. Esses recursos estatais provinham, em sua maioria, de empréstimos deste, perante os mesmos

⁷⁴ A conceituação de *Revolução Verde* está na nota 39.

⁷⁵ Sobre as políticas estatais veja página 113.

⁷⁶ Referência sobre o *êxodo rural* pode ser encontrada na nota 47.

⁷⁷ Idem nota 75.

grupos transnacionais que controlavam as empresas produtoras que tinham interesse em ampliar a sua área de consumo de insumos. Pode-se levantar a hipótese de que uma fatia da dívida externa brasileira vem desse círculo vicioso, criado com a denominada modernização da agricultura, da qual as cooperativas empresariais fizeram parte.

A atuação do segmento cooperativo na distribuição de energia elétrica também veio em decorrência desse processo, contando com os mesmos incentivos. As cooperativas de energia faziam parte do pacote tecnológico de modernização da área rural. Embora tenham trazido mais qualidade de vida àqueles que usufruem de seus benefícios, também surgiram a partir da influência de ideário externo. A demanda por energia elétrica também era uma necessidade social daqueles que ainda não a possuíam em suas casas, bem como para movimentar as máquinas e equipamentos surgidos a partir dessa época, seja para efetivação do novo tipo de agricultura ou na linha de eletrodomésticos.

Na fase mais atual do cooperativismo, entendida como Ressurgimento do Cooperativismo, também a criação das cooperativas foi impulsionada por algum tipo de necessidade. Isso é manifesto ou na necessidade de uma imprensa democrática, na demanda por crédito, na necessidade de organização dos trabalhadores, ou, ainda, na organização do setor agroindustrial pela necessidade de agregar valor aos produtos primários produzidos localmente.

Nesse período, se observa uma certa retomada da categoria necessidade em seu sentido literal, ou seja, uma necessidade mais próxima à sobrevivência daqueles que organizaram essas cooperativas mais recentes. Essas cooperativas emergiram novamente a

partir, basicamente, daquilo que alguns grupos locais necessitavam, por vezes, inclusive, emergindo sob alguns dos resquícios negativos produzidos pela fase cooperativa anterior. Mais uma vez, o ideário da cooperação surge para resolver problemáticas vigentes em âmbito local.

Situação semelhante vem ocorrendo no crescente número de associações surgidas a partir, sobretudo, da produção leiteira. Novas associações são efetivadas para lutar por melhores condições de sobrevivência dos envolvidos, e não para a instalação de grandes estruturas com base no ideário da pura reprodução social.

O limiar do surgimento de cooperativas contou ainda com a influência de outras instituições presentes no meio social das pessoas envolvidas, entre elas a presença da Igreja⁷⁸. Nesse caso, entretanto, os entrevistados manifestaram-se muitas vezes inseguros. Foi possível, contudo, construir dados que mostram essa influência.

Depois, depois, depois da cooperativa formada aí a Igreja ajudou, a Igreja incentivou também as cooperativas, mas não antes de surgir as cooperativas, [...], pode até ser que a Igreja tivesse participado [...], mas depois quando que começou a surgir as cooperativas, aí a Igreja [...] apoiou, deu força, [...]é que, o cara também era piá, não lembro, mas depois a Igreja incentivou, a Igreja participou, a Igreja estimulava participar de cooperativas (ENTREVISTADO 2, 2006).

Os colaboradores apontam que a Igreja ajudou a fomentar o ideário da cooperação, o que pode ter promovido a criação de cooperativas ao surgirem necessidades. “*Os pastores, os padres falavam pela cooperativa. [...] Quando começou de iniciar, até falaram*

⁷⁸ A Igreja, no espaço de estudo, é entendida pela ação de duas religiões: a Evangélica Luterana e a Católica. Assim, todas as referências feitas a esse termo levam em consideração esse sentido. Ambas as religiões fazem parte da cultura local, tendo sido trazidas pelos imigrantes.

que uma cooperativa é uma união de pessoas, tem que unir para ter depois, não ser explorado” (ENTREVISTADO 10, 2007), “[...] porque era uma esperança e que de fato deu certo [...]” (ENTREVISTADO 5, 2007).

A Igreja é apontada como a principal instituição que estimulou a idéia cooperativa (ENTREVISTADO 6, 2007). Uma das cooperativas coloniais, inclusive, atendia pelo nome de “Cooperativa Mista Monsenhor Testani”, em alusão a um dos padres locais de nome Vicente Testani. Outro dos entrevistados aponta que:

[...] a gente lembra que sempre na pregação, no trabalho da Igreja, sempre apoiaram [...] o cooperativismo, o sindicalismo, até porque é uma [...] coisa parecida com aquilo que a Igreja ensina, trabalhar em grupo, em associação em cooperativismo, e aqui em Três de Maio foi forte o trabalho da Igreja [...] (ENTREVISTADO 8, 2007).

Os entrevistados apontam, isoladamente, alguns outros elementos que teriam influído na criação das cooperativas, entre os quais a isenção do pagamento de impostos, até certo limite de venda por associado da cooperativa (ENTREVISTADO 2, 2006). O mesmo ainda afirma que, ao chegar perto do limite máximo de venda, os sócios associavam os seus filhos, para que a sua produção ficasse livre de impostos, o que, em última instância, aproximava a prole do ideário e da prática cooperativa.

Apontam também que, inclusive políticos, ajudaram na criação das cooperativas (ENTREVISTADO 1, 2006). *“Então muitos iam lá tiravam informações deles, para encaminhar. Santa Rosa também tinha uns aí, porque tinha que tê estatuto, tinha que, aqueles trâmites normais” (ENTREVISTADO 1, 2006).* Essa ajuda, no entanto, estava

mais ligada a trâmites burocráticos e oficiais, pois apontam também que, ao estar constituída a necessidade organizacional, os líderes do movimento eram da própria comunidade, esses indo a “[...] cavalo nas casas do pessoal pra fazer uma, pra fundá essa cooperativa, animar os associados” (ENTREVISTADO 2, 2006).

Todas as experiências cooperativas locais tiveram, portanto, seu início em algum tipo de necessidade. A história cooperativa local teve limiar nas diversas curvas de sua espiral na necessidade, e produziu grande quantidade de signos representativos desse ideário.

3.3 OS SIGNOS REPRESENTATIVOS DE COOPERAÇÃO

A história local, que se confunde com a história da cooperação e do cooperativismo, produziu, no seu decorrer, marcas deste. Essas marcas denomina-se signos⁷⁹. Esses signos são carregados de idéias cooperativas. São, assim, elementos que se apresentam no meio histórico e social nas diversas fases do cooperativismo local, e que fazem lembrar a todo o momento, em todas as idades das pessoas, a presença das instituições cooperativas. Já fazem parte do cotidiano. Estão presentes na formação mental das gerações. São incorporados pelas novas gerações.

Objetiva-se trazer esses signos neste item, mostrando como eles se apresentam ou são apresentados pelas cooperativas bem como pelos cooperados, e difundidos por estes.

⁷⁹ A conceituação dos *signos* é feita no item 1.2.

Esses signos apresentam-se em duas subcategorias: a partir de elementos concretos, estes sinônimos de instrumentos, e pela linguagem. A maioria dos elementos concretos podem ser observados no meio social atual por todos que adentrem o território ou as casas de Três de Maio; a busca deles foi direcionada a períodos históricos anteriores, verificando como elementos significativos estiveram presentes ou se estiveram presentes, além de observar o espaço geográfico atual. O signo linguagem será abordado apenas a partir da difusão do ideário cooperativo mediante os meios de comunicação, pela percepção dos colaboradores. A presença da linguagem entre os habitantes locais será retomada no próximo item.

Os programas de rádio realizados por algumas das cooperativas locais são um dos signos de grande importância. O próprio programa já é um signo por si só e o seu conteúdo, baseado na linguagem como fala, traz aos lares que estão com seus rádios ligados, a discussão do que se passa na cooperativa.

A primeira cooperativa criada na área de estudo já usava o rádio para divulgar o que fazia e assim propagar esse ideário aos habitantes locais. Um dos colaboradores, ligado a essa cooperativa, assim se expressa:

[...] nós até pagava um horário ali, um programa aonde que dava assim; eu coletava de revistas e de jornais coisas de interesse da colônia, isso a gente repassava pra Colonial⁸⁰, e também o preço dos suínos a gente dava, [...] mas dávamos pela Rádio Colonial, era, não me recordo se era uma ou duas vezes por semana, então tinha que ler aquele negócio e também o preço dos porcos, isso nós fazíamos (ENTREVISTADO 9, 2007).

⁸⁰ Termo referente à Rádio Colonial, uma das emissoras de rádio de Três de Maio.

Esse meio comunicativo começou a ser usado gradativamente, na medida em que a própria comunicação foi se desenvolvendo. O que iniciou com pequena intervenção semanal de uma cooperativa, hoje transformou-se em programas diários nos horários em que a maioria das pessoas está com os rádios ligados e os ouvidos atentos.

Os programas de rádio das cooperativas, além de auxiliarem na propagação do ideário e das práticas cooperativas, passaram a ser também fonte de informação técnica para as suas áreas específicas, sendo percebidos como

[...] uma coisa que muito solidificou o cooperativismo, pois os programas de rádio, principalmente pessoal já ficam atento, programas dominicais que tem; que através das imprensas e onde que, além de levar os assuntos cotidianos do dia-a-dia, principalmente a questão técnica também para os agricultores (ENTREVISTADO 6, 2007).

Um dos entrevistados, um agricultor que também exerce função específica no meio urbano e, portanto, circula entre rurais e citadinos, faz uma análise bastante significativa em relação ao número de pessoas que provavelmente escutem os programas das cooperativas:

Acredito que em todas as famílias é escutado esse programa porque tanto aquele programa diário que dá os recados, como também o programa dominical que tem alguma coisa sempre a mais, alguma entrevista, algum, algum assunto específico que é abordado; e eu acredito que todas as famílias ou pelo menos 90% das famílias tão ligadas no programa da cooperativa, tem o programa da Certhil também, sempre [...], de manhã cedo também tem também o programa e que todo mundo, pelo menos lá em casa sempre se escuta (ENTREVISTADO 8, 2007).

As aberturas dos programas de rádio das cooperativas são caracterizadas por músicas específicas, as quais, dessa maneira, tornaram-se sinônimos desses programas e,

conseqüentemente, das cooperativas, e essas já tradicionais melodias pode-se denominar também de signos representativos dessas cooperativas.

Os diversos meios de divulgação das cooperativas são relacionados, por outro dos colaboradores (ENTREVISTADO 7, 2007), a ações estratégicas de marketing⁸¹ desenvolvidas por essas instituições; segundo ele, servem para “vender a imagem da empresa”, o que é feito tornando signos cooperativos extremamente presentes no meio social. Em sua fala, entretanto, transparece um questionamento em relação à consciência das pessoas que estão interagindo com esses signos, quanto ao domínio do que significa a cooperação para quem é associado de cooperativa:

[...] hoje as pessoas se referem ao jornal, por exemplo, da Coopercultura, eles chamam o jornal de *Cooper*, tentando se referir a uma cooperativa, então eles sabem que isso funciona em forma de cooperativa, eles sabem que a Cotrimaio é uma cooperativa, que a Certhil é uma cooperativa; então a propaganda das empresas está muito boa, as pessoas têm essa noção; eu gostaria de acreditar que as pessoas que vêem, que vêem essa propaganda, que elas percebem, que realmente, as pessoas que são sócias dessas empresas tem um retorno [...] (ENTREVISTADO 7, 2007).

Outro signo bastante presente, que na comunidade-foco é muito usado pelas cooperativas, é o calendário. Os calendários possuem geralmente os símbolos do cooperativismo e o nome de suas cooperativas estampados em destaque. Já nas

⁸¹ Grande parte dos signos, que se fazem presentes no meio social, são resultantes de ações propagandísticas, de marketing, mas não representam só a dimensão da empresa cooperativa e, sim, também da associação cooperativa, ou seja, as pessoas na base da cooperação. Para a compreensão do ideário da cooperação, os signos lingüísticos, ou a comunicação verbal entre os próprios habitantes locais, ao momento em que o cooperativismo é assunto, contribui para construção do ideário da cooperação. Não há dúvida que as ações das cooperativas, entre elas o marketing, possuem carga ideológica. Essa construção ideológica, no entanto, é elaborada, em sua maioria, pelos próprios associados das cooperativas e suas famílias que, ao conversarem sobre a ação de sua cooperativa, atribuem significados aos signos presentes no meio social, inclusive ressignificando-os. Esses protagonistas podem ser denominados de intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1982), pois constroem a sua própria ideologia.

cooperativas coloniais a prática da distribuição de calendários estava enraizada. Os entrevistados, perguntados sobre a existência dessa prática, foram enfáticos em afirmar que já era fato: “*É viajantes chegavam lá, eles encomendavam. Brindes distribuíaam fim de ano, calendário*” (ENTREVISTADO 1, 2006). “*Tinha, no tempo de São Caetano já fazia, me lembro isso [...], nós mandava fazer os calendários*” (ENTREVISTADO 2, 2006). “*Tinham, sim, davam o calendário*” (ENTREVISTADO 3, 2007).

Na atualidade, quase todas as casas, sobretudo na zona rural, possuem calendários indicativos de cooperativas pendurados à parede. Esses, como indicam as datas, ficam presentes durante todos os dias do ano, e a sua substituição já é esperada por novo exemplar de sua cooperativa, como se aquele espaço da casa já estivesse cativo a esse signo. Essa presença, sobretudo no meio rural, é afirmada ainda por outro dos colaboradores, atestando também a presença das cooperativas e afirmando que é difícil chegar a algum local que não possua a presença de signos cooperativos:

[...] ainda mais que tem a Certhil, a Sicredi e a Cotrimaio, são três cooperativas que lidam diretamente com os agricultores, então tu vai em qualquer propriedade tu vê um chapéu, um boné, uma camiseta, um calendário pendurado que representa uma das cooperativas [...] (ENTREVISTADO 8, 2007).

Outro signo dos mais tradicionais é o boné produzido pelas suas cooperativas, muitas vezes apenas com o emblema das mesmas, este que também é um signo. Geralmente, nos eventos realizados por essas cooperativas, os bonés são distribuídos aos participantes, sendo comum encontrar as pessoas, sobretudo nos dias mais quentes, usando-os. No caso de alguns agricultores, o boné, ou o chapéu, também distribuído pelas

cooperativas e emblemado com as suas insígnias, já faz parte de suas vestimentas, estando inserido como elemento cultural.

Prática bastante comum é o fabrico de camisas e camisetas, as quais as cooperativas distribuem para os associados. Essas são cuidadosamente fabricadas em materiais de alta qualidade, bem como com estampas representativas, o que faz com que os associados às vistam, sobretudo, nos momentos em que interagem com a cooperativa. Esse signo os associados exibem com entusiasmo⁸², pois mostra a sua posição perante a cooperativa, é a sua identificação como cooperativado, como sócio da cooperativa.

As canetas emblemadas pelos símbolos das cooperativas são outro dos signos mais difundidos. É difícil algum evento, seja realizado pelas cooperativas, como dias de campo, seja por meio de patrocínios a eventos de outras instituições, inclusive escolares, como seminários, conferências, palestras, etc., em que esses signos não são distribuídos. Por vezes, essas canetas vêm acompanhadas por pastas, blocos de rascunho e marca-páginas.

É comum a distribuição de informativos impressos, acompanhados de foldêres, bem como a produção de agendas, assim como alguns patrocínios a livros, estes geralmente com informativos técnicos. Também as reportagens e propagandas pagas nos periódicos locais inserem-se como signos cotidianamente presentes. O próprio jornal de uma dessas cooperativas é um desses signos, pois em todas as páginas, de uma ou de outra forma, traz referência a sua mantenedora.

⁸² Essas camisas são usadas em finais de semana (dias em que a visitação ainda   característica no meio rural), em ocasiões festivas, e até em ocasiões mais formais.

Outros signos são ainda percebidos em automóveis emblemados ou em placas de propaganda fixadas em pontos estratégicos nas laterais de estradas, ruas e rodovias. Também há alguns *outdoors* espalhados pela cidade; um deles, em forma de relógio, representativo de uma dessas cooperativas, ocupando parte do espaço público da praça central da cidade⁸³.

Em signos representativos de cooperação, igualmente são transformados alguns pequenos objetos, tais como chaveiros e pluviômetros, assim como são emblemados outros utensílios domésticos e ferramentas de trabalho. Tradicional, aliás, é o patrocínio de cuias e porta-cuias, também com emblemas de cooperativas. Esses signos têm presença marcante no meio social derivado ao costume cultural de tomar chimarrão.

Uma característica das festas e bailes locais tem sido a presença dos signos do cooperativismo nestes. É difícil acontecer um evento destes em que não se encontre essa presença. Por meio de patrocínios ou apoios, as cooperativas se fazem presentes, por intermédio de alguns objetos. Quando ocorrem festas com almoços, geralmente as mesas são revestidas com papel toalha, o qual, além de ser doado pelas cooperativas, vem com os seus emblemas e símbolos impressos. Nestas festas, também os guardanapos costumam ser obtidos da mesma forma. Os copos plásticos são outro signo que está notadamente presente nos eventos festivos.

⁸³ É comum não só em Três de Maio mas em quase todos os municípios da região, *outdoor* da cooperativa Sicredi na praça mais importante do município. Na opinião deste pesquisador, as praças não devem trazer anúncios propagandísticos, pois são espaços públicos, ou seja, representam toda a população. Nem mesmo num município como Três de Maio, em que há mais que 1/3 da população associada a essa cooperativa, esses associados não representam toda a população para fazer uso permanente de um espaço da praça que é de todos.

Tem crescido também o investimento em patrocínios a times de futebol, tanto com publicidade nos fardamentos, como direcionamento de grande quantidade de recursos para um time em nível profissional, atuando em competições oficiais, o qual, por certo período, carregou o nome de uma das cooperativas.

Os signos cooperativos igualmente estão numerosamente presentes nos produtos oriundos do setor agroindustrial ou embalados pelas cooperativas. Tradicionais marcas⁸⁴ estão relacionadas às instituições que as construíram, ou seja, às cooperativas. Esses produtos, além de por si só terem representatividade pela sua origem, estampam também, em suas embalagens, esses significados, destacando-se gêneros alimentícios humanos ou animais, ou ainda sementes e adubos para os empreendimentos rurais.

É possível citar diversos outros signos representativos do cooperativismo no meio em análise, os quais fazem com que as cooperativas estejam em presença constante nesse espaço. Aqueles que mais chamam atenção, entretanto, são, sem dúvida, as imponentes infra-estruturas físicas. Os maiores armazéns, sinônimos dos maiores prédios locais, os grandes mercados, os diversos postos de combustíveis pertencentes a uma dessas cooperativas, as frotas de veículos de transporte, sobretudo das safras colhidas localmente, são todos signos extremamente significativos. Ainda, a maioria das redes elétricas da área estudada pertence à cooperativa local; essa propriedade é consciência dos habitantes locais quando, no seu cotidiano, expressam-se fazendo referência à rede elétrica como da cooperativa.

⁸⁴ *Marca* é aqui entendida como símbolo que representa a instituição ou algum produto.

3.4 A PRESENÇA DOS ELEMENTOS SIGNIFICATIVOS NA FORMAÇÃO MENTAL HUMANA

Com o domínio do processo de como se efetiva a formação social das mentes humanas sob o filtro da matriz histórico-cultural⁸⁵ e pela presença já apurada e demonstrada de alguns dos signos com significados cooperativos presentes nesse meio, entendidos pelos instrumentos de mediação representados por esses signos, num contexto de tempo histórico, resta-nos procurar entender como esses elementos estão presentes no processo de formação do humano.

O processo de formação dos sujeitos inicia logo após o nascimento. Assim, é necessária uma apuração mais aprofundada de como esses elementos estão presentes, inicialmente, na infância dos indivíduos. No período da infância, o tempo maior de convívio da maioria das pessoas está situado no seio familiar.

Com a importância já determinada do signo linguagem como fala⁸⁶, é preciso que se tenha a dimensão da presença deste nesse meio social, pois a linguagem, juntamente com os demais signos, são os instrumentos que, com os conceitos generalizantes atribuídos a eles, podem trazer a carga da cooperação e do cooperativismo. Assim, parte da busca no

⁸⁵ Vide item 1.2 do primeiro capítulo desta dissertação.

⁸⁶ Idem nota 85.

empírico procurou perceber se os protagonistas locais tinham e tem como assunto cotidiano a cooperação e o cooperativismo.

Nesse sentido, um dos temas com que os colaboradores foram abordados estava destinado a detectar se o cooperativismo, ou a sua cooperativa, era e é um assunto do dia-a-dia, ou seja, foram perguntados se conversavam sobre a cooperativa e o cooperativismo na família, em presença dos filhos. As suas respostas são afirmativas, mostrando que esse era e continua sendo um assunto presente nos debates diários. Um dos colaboradores assim se manifestou: *“Eu acredito que sim [...] eu acredito que eles comentavam sobre a cooperativa”* (ENTREVISTADO 1, 2006); outro é mais taxativo ainda, simplesmente afirmando *“Sim”* (ENTREVISTADO 3, 2007), com bastante entonação. Em algumas falas dos entrevistados chegavam a transparecer justificativas para o fato de haverem conversas em família sobre sua cooperativa: *“Conversavam, porque negociava lá”* (ENTREVISTADO 4, 2007).

Um dos colaboradores faz importante análise sobre a participação das crianças nesse processo comunicativo que ocorria e continua ocorrendo nas interações do seio familiar abordando a temática cooperativa: *“Talvez em casa eles [as crianças] ouviam os pais falar sobre isso. [...] Mas eu acho que eles acompanhavam, porque eles viviam em casa com os pais. Ouviam conversas, alguma coisa eles gravavam na época, creio eu”* (ENTREVISTADO 1, 2006). Com certeza, essas crianças, ouvindo as conversas ao seu redor, mesmo não interagindo diretamente nos primeiros anos de vida, gravam na sua memória elementos relativos a essas conversas, no caso sobre o assunto cooperação. Vigotski (2000, p. 130) expressa que reações ao meio social ocorrem já nos primeiros

meses de vida das crianças. Nesse ínterim, essas reações, que nos primeiros meses de vida podem estar relacionadas apenas ao convívio com os adultos que conversam sobre a pauta da cooperação, logo podem inclinar-se, quando essas crianças aprenderem a palavra falada, para a participação no assunto: a cooperação e a cooperativa.

Esse assunto, já no efetivar das primeiras cooperativas, ia além dos filhos menores apenas escutarem as conversas, pois ocorriam diálogos entre pais e filhos sobre o funcionamento das cooperativas, sobre o dia-a-dia dessas: “[...] *mas eu chegava em casa, e os filhos, eles, e a sorte ainda, a gente contava como funciona, como tava as coisas*” (ENTREVISTADO 10, 2007).

Esse diálogo cooperativo não se dava apenas dentro do ambiente familiar, mas entre as famílias das comunidades, entre os associados das cooperativas nos encontros com os vizinhos. Isso, sem dúvida, faz parte da própria construção coletiva de que as cooperativas são resultado, e essa necessidade de debate do tema está presente entre os habitantes locais. Essa idéia é expressa quando um colaborador afirma que:

[...] entre os associados daquela cooperativa se falava bastante, porque uma coisa que eu também aprendi é de que não basta ser associado de uma cooperativa, tem que discutir, tem que ver quais são os pontos positivos, ou quais são as fraquezas que existem dentro do cooperativismo, e é nessas discussões, nessas trocas de informação entre uma família, entre um associado ou outro, que começa a perceber aonde que ela pode avançar (ENTREVISTADO 8, 2007).

Na atualidade, o cooperativismo é assunto extremamente enraizado nas pautas das conversas das pessoas, seja entre os associados, seja entre não associados, aqueles por

sentirem-se donos da cooperativa e estes, muitas vezes, por almejam um dos postos de trabalho oferecido pelas cooperativas. Também influi a forte presença histórica e atual das cooperativas nesse espaço. Perguntado se era um assunto de hoje, a resposta de determinado colaborador foi:

É um assunto, e um assunto forte, é um assunto forte até porque nós aqui de Três de Maio somos, eu não sei se, eu acho que o pólo do cooperativismo aqui da região eu acho que é Três de Maio, pela quantidade de cooperativas que têm, mas é um assunto bem, que tá no dia-a-dia porque, por causa da quantidade de cooperativas e também porque há necessidade de melhorar [...] (ENTREVISTADO 8, 2007).

O debate cooperativo tem, assim, presença marcante quando as pessoas se reúnem para o lazer do final de semana, quando visitam um amigo, um parente, um vizinho. Esse debate é também influenciado pelos demais signos presentes, como calendários e bonés, os quais fazem lembrar e, sobretudo, identificar o assunto àqueles que estão interagindo. As manifestações dos entrevistados transparecem quando um deles afirma que “[...] *muitas vezes conversa sim [...]*” (ENTREVISTADO 6, 2007) quando vai visitar alguém ou recebe visitas. Mas os colaboradores acenam que em tempos passados acreditam que possa ter havido debate maior, posto que a prática social da interação com os amigos e parentes era maior.

A temática nas conversas diárias é apontada como cada vez mais presente por outros dos entrevistados, assim como as organizações cooperativas avançam com a influência dos demais signos mediadores da cooperação, dessa maneira com uma atuação cada vez mais marcante. Para um dos colaboradores, esse debate sempre foi um assunto: “*Sempre, sempre*

foi, sempre, como até hoje é. Veja hoje, a Cotrimaio tomou conta na cidade aqui, com comércio que cresceu muito, e é a tal coisa, sempre está em todo o lado” (ENTREVISTADO 5, 2007).

As primeiras cooperativas estavam mais ligadas ao meio rural, assim como as de maior destaque da atualidade também possuem a sua base social no meio rural. Isso não significa que o assunto não seja pauta no meio urbano, uma vez que a maioria das cooperativas surgidas no último período tem sua base neste meio. O marketing feito, aumentando a presença dos signos cooperativos, é apontado como um dos responsáveis para que esse debate esteja também enraizado no meio citadino (ENTREVISTADO 7, 2006). Essa idéia é corroborada por um dos dirigentes da maior cooperativa de base agrícola, quando aponta que, pelo que representa essa e outras cooperativas para o desenvolvimento do meio urbano, na cidade, as pessoas hoje, estariam mais conscientes da importância que esse sistema organizacional representa (ENTREVISTADO 11, 2007).

A participação de toda a família na interação com a cooperativa é atestada também nos momentos em que ela interage nas instalações físicas da cooperativa, seja em assembléias ou nos momentos de entregas de produtos, compras, etc. Nesse sentido, transparece a participação das mulheres já nas cooperativas coloniais: “[...] *as mulheres também acompanhavam, eram sócias também. Participavam*” (ENTREVISTADO 1, 2006).

Nos momentos de realização de compras nos antigos armazéns das cooperativas, a participação de toda a família com as suas crianças, sem dúvida, marcou as novas gerações:

“[...] meu marido [...], ele ia no moinho, o piazedo iam tudo junto, iam lá tomar uma bebida, comprar umas balas, tudo na cooperativa” (ENTREVISTADO 3, 2007).

Geralmente quando o, iam na cooperativa, era ali no bolicho como se dizia, iam de carroça na época, que era carroça de boi, se tinha três, quatro piá em casa vinham junto, não ficavam em casa, podia ficar em casa o maiorzinho, mas isso tudo participavam. Ou pra vim comprá alguma coisa, não é sempre o pai que ia, às vezes se tinha rapazedo, ia os rapaz, ia a cavalo, qualquer um ia comprar, não é que só o associado, o velho participava, todos participavam (ENTREVISTADO 2, 2006).

Outro colaborador afirma que, quando criança, deslocava-se com os pais para realizar compras ou entregar produtos na cooperativa, assim como hoje o mesmo costume se passa com os seus filhos, além de ter sido provocado ao debate quando criança sobre as vantagens das cooperativas, debate esse que continua a fazer com seus filhos: *“[...] precisava fazer as compras ou as vendas, sempre alguém ia junto, sempre levava um filho junto, e a gente lembra que, eu sou o filho mais novo, mas eu lembro de que em casa se discutia bastante a vantagem que a cooperativa trazia [...]” (ENTREVISTADO 8, 2007).*

Um dos espaços atuais de interação de boa parte das crianças diretamente nas cooperativas são os mercados alimentícios. Continua comum as crianças acompanharem seus pais nas compras. Esses mercados concentram como compradores tanto pessoas do meio rural quanto do meio urbano, o que mostra que indivíduos do conjunto da sociedade local interagem com esses espaços. Conseqüentemente, crianças dos diversos espaços geográficos do município tem esse contato e, dessa maneira, podem entender as cooperativas e os seus signos.

Esse convívio desde crianças na interação com as cooperativas, faz dessas potenciais protagonistas futuros das mesmas. Segundo os colaboradores, boa parte dos municípios locais, ao completar a maioridade, associam-se a alguma cooperativa, o que já é um resultado da presença que essas possuem na comunidade.

Em tempos passados, em que os meios de comunicação e o marketing não eram tão desenvolvidos para difundir signos representativos de cooperação, um momento bastante interessante do contato das crianças com a imagem cooperativa, acontecia quando essas ainda tinham organizado um sistema de recolhimento de produtos nas casas dos associados, ou seja, buscavam os suínos ou os cereais diretamente na propriedade. *“Ahh, aí se ia carregar produto estavam, se tinha 10 [filhos] estavam tudo lá em roda, chegou um caminhão ali, estavam, que tinha ali se juntavam tudo”* (ENTREVISTADO 2, 2006). *“A família toda, sim”* (ENTREVISTADO 3, 2007). Tratava-se de um momento festivo para as famílias quando os caminhões das cooperativas adentravam aos pátios das propriedades; um momento marcante para épocas passadas em que, por exemplo, caminhões eram poucos; um momento ímpar, protagonizado pelas cooperativas, as quais deixavam, assim, a sua marca entre os participantes desse momento quase que ritualístico⁸⁷.

A premissa básica de que os seres humanos se constituem no meio em que vivem pelos elementos presentes neste, passa a valer no espaço de estudo para a cooperação e para o cooperativismo. A presença dos elementos significativos com seus signos como instrumentos mediadores nesse espaço, está carregada pelo ideário cooperativo. Essa

⁸⁷ Com um cerimonial definido.

mediação que se inicia logo após o nascimento está muito clara com a presença desses signos representativos das cooperativas, seja em sua forma lingüística ou instrumental.

O contexto social local é registrado na memória dos envolvidos. O espaço da ontogênese⁸⁸ dos indivíduos locais é construído numa sociogênese⁸⁹, em que a presença dos signos cooperativos está consolidada; logo produzem-se indivíduos com tendências a resolverem seus impasses via cooperativa. A quantidade e diversidade desses signos faz com que os diversos momentos da microgênese⁹⁰ daqueles que convivem no espaço destacado sejam conduzidos pelo cooperativismo, sobretudo nos períodos de formação mental em tenra idade.

A imaturidade do humano na sua nascença permite a influência do meio sobre esse. Esse meio, no caso de Três de Maio, é permeado, historicamente, por cooperativas e, constantemente, pelos signos destas, o que influencia os humanos na sua trajetória de vida, mesmo após os estágios de formação mental. Nesse processo, os adultos, interagindo com as cooperativas, exercem influência decisiva sobre as crianças.

Aos poucos, já no processo de desenvolvimento da linguagem pelas novas gerações, esses elementos vão se manifestando, tanto ouvindo os pais, amigos e familiares falar sobre as cooperativas, quanto pela presença dos elementos concretos presentes nas casas onde as crianças crescem, como os calendários pendurados à parede.

⁸⁸ A conceituação deste termo é evidenciada no item 1.2 do primeiro capítulo, mais precisamente a partir da página 37.

⁸⁹ Idem nota 88.

⁹⁰ Idem nota 88.

Levando-se em consideração que o pensamento é constituído pela palavra⁹¹ e esta em diversos momentos é pronunciada sobre as cooperativas, os indivíduos locais, por essas influências já no constituir de seu pensamento, vão sendo constituídos pelos elementos cooperativos presentes.

No processo de desenvolvimento da linguagem, em seu estágio exterior, as crianças interagem com o meio social cooperativo familiar e, aos poucos, nos estágios da linguagem⁹² egocêntrica e da linguagem interior vão internalizando o meio que as cerca, que é carregado de signos representativos.

A cooperação e o cooperativismo passam a ser uma construção social dos humanos em espaços determinados. No espaço social em análise, existe uma forte presença de elementos com significado cooperativo, os quais estão nos diversos estágios da vida dos sujeitos locais, presentes na formação mental humana desses indivíduos.

3.5 O CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL: ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NA CULTURA

Os seres humanos, a partir de seu nascimento, são educados no contexto social em que vivem. A educação, em última instância, é uma ação que se dá na interação entre os

⁹¹ Vide item 1.2 do primeiro capítulo.

⁹² Os estágios ou etapas da linguagem estão conceituados no item 1.2 do primeiro capítulo.

sujeitos e destes com o meio. Os humanos são educados com os elementos que estão presentes na cultura. A educação é constituída e reelaborada na cultura, tendo, assim, caráter permanente, ou seja, os seres humanos, a partir de seu nascimento, estando sob a influência de um meio cultural, estão sendo educados para serem sujeitos deste meio cultural.

Os indivíduos constituem-se, assim, por meio dos elementos significativos presentes no meio social. Em Três de Maio, como já descrito no decorrer desta dissertação, a presença de elementos representativos de cooperação e cooperativas, faz com que o cotidiano educativo esteja permeado por esses elementos, o que, por sua vez, ocorre cumulativamente nesse espaço cultural, fazendo com que os indivíduos sejam influenciados pela cooperação, constituindo-se para a cooperação.

Constata-se, assim, que o contexto social, carregado por elementos representativos de cooperação e a própria ação para e pelas cooperativas, influencia na formação das pessoas. Evidencia-se isso já nas primeiras cooperativas coloniais, quando um de seus protagonistas afirma que foi aprendendo “*na própria cooperativa; a necessidade obrigava a fazer e aprender [...]*” (ENTREVISTADO 2, 2006). Acrescenta ainda que:

[...] naquele tempo não tinha gente com estudo, queriam dizer que cada família tinha 10, 12 [filhos] em casa e não tinha um pra trabalhar de empregado, eu sei que quando eu fui trabalhar na cooperativa, mas eu era, hoje não tenho medo nem de cara que tem faculdade, todo mundo ensina né, mas eu sofria, não tinha, nem mal escrever [sabia] [...] (ENTREVISTADO 2, 2006).

Essa é a educação do dia-a-dia, ou seja, é uma educação no campo informal⁹³. Nele estão inseridas as interações das pessoas, sócias ou não-sócias com os espaços formais das cooperativas, e também as conversas nas famílias, entre amigos e vizinhos sobre sua cooperativa. Do mesmo modo, as interações com objetos representativos das cooperativas fazem parte desse espaço educativo, no qual as crianças crescem e se inserem, participando nos processos interativos constituídos por essas interações. Essa modalidade de educação é a que mais exerce influência no espaço do estudo.

Por outro lado, quando criadas as instituições cooperativas formais, estas, muitas vezes, agem mediante espaços de educação não-formal⁹⁴. Esses espaços de educação são criados para propagar, sobretudo, o ideário cooperativo.

As assembléias das cooperativas são o primeiro e mais tradicional momento educativo não-formal. O que mais está presente no campo delimitado do estudo é, entretanto, a ação educativa da modalidade não-formal pelos meios de comunicação de massa. Um dos instrumentos dessa ação são os programas de rádio, os quais levando informações, na maioria das vezes técnicas, carregam signos auxiliares do cooperativismo. Estão presentes como uma espécie de educação a distância. Já a primeira cooperativa local possuía seu programa de rádio, usufruindo dessa modalidade para difundir a ação cooperativa e, dessa maneira, estar presente entre as pessoas, conseqüentemente levando elementos que ajudaram na formação das gerações mais novas. Na atualidade, os

⁹³ Sobre a modalidade de educação informal vide o item 1.3.1 do primeiro capítulo.

⁹⁴ Sobre a modalidade de educação não-formal vide o item 1.3.1 do primeiro capítulo.

programas diários das cooperativas, em todas as emissoras de rádio local, mostram a importância desse meio educativo.

As cooperativas realizam o assim chamado treinamento para novos associados, o qual é composto basicamente por apresentar o que é o cooperativismo a eles. Do mesmo modo, realizam os programas de capacitação de lideranças, hoje mais voltados para a formação de lideranças jovens. Um dos entrevistados cita, inclusive, os torneios esportivos de associados como espaço educativo (ENTREVISTADO 11, 2007). O mesmo entrevistado destaca que determinada cooperativa local tem

[...] um programa interno de capacitação de pessoas, [...] tem muita gente que sai treinada daqui que vai embora depois, treinada buscar uma outra coisa, muita gente, [...], nós temos também além do treinamento urbano, capacitação da mulher na propriedade, no cooperativismo; são programas sociais, são programas que nós desenvolvemos exatamente pra poder inserir melhor as pessoas no contexto que nós vivemos do cooperativismo (ENTREVISTADO 11, 2007).

Ao longo da história local essas ações educativas não-formais foram se sucedendo, contribuindo para que o ideário cooperativo esteja arraigado com firmeza na atualidade. No momento atual vivenciam-se duas experiências inéditas educativas de formação: uma para a mulher agricultora e outra de inclusão digital, ambas trabalhadas em propriedades de agricultura familiar. Essas experiências são exemplos do constante reavivar do ideário cooperativo local. Um dos agricultores locais, assim se expressa:

Três de Maio, aquilo que mais tá [em] evidência hoje no meio rural entre os associados é a capacitação que foi feita com as mulheres, esse curso que foi feito de capacitação da agricultora, e também esse projeto agora da inclusão digital, que estão fazendo

treinamento agora, pra uma pessoa da família, e fazendo aulas de cooperativismo, de contabilidade e também, também de inclusão digital, conseguir com que o agricultor tenha em casa acesso à Internet gratuita através da cooperativa e que tenha um mínimo de conhecimento pra poder usar essa ferramenta pra benefício da propriedade (ENTREVISTADO 8, 2007).

Na modalidade educativa formal⁹⁵, entretanto, mesmo com toda a presença da cooperação e do cooperativismo no espaço local, ele não integra a grade curricular, sendo inclusive irrisórias as ações de cooperação na escola. Um dos entrevistados, professor com larga experiência, já tendo ocupado a coordenação da Secretaria Municipal de Educação local, é taxativo em afirmar que “[...] nas escolas aqui da nossa cidade não tem isso [a cooperação e o cooperativismo]” (ENTREVISTADO 7, 2007). Para ele, ainda, apenas nas turmas das séries iniciais há uma organização em forma de cooperação, com o partilhar de materiais e trabalhos conjuntos dos alunos, mas que, aos poucos, na medida em que os alunos vão avançando, os professores direcionam as ações para o campo do individual, para a individualidade (ENTREVISTADO 7, 2007). Esse direcionamento dado pelos professores aos seus alunos, segundo o entrevistado (ENTREVISTADO 7, 2007), faz com que quando, em turmas de final de Ensino Fundamental e Ensino Médio, ao encaminharem-se atividades grupais, os elementos apenas dividem tarefas e não as realizam coletivamente.

Evidencia-se, assim, que os espaços educativos da e para a cooperação estão mais presentes na formação dos conceitos⁹⁶ espontâneos do processo de formação mental dos sujeitos, enquanto que no espaço por excelência do aprendizado dos conceitos científicos, a cooperação não faz parte do aprendizado. Isso mostra a importância que possuem as

⁹⁵ A modalidade educativa formal está descrita no item 1.3.1 do primeiro capítulo.

⁹⁶ Sobre a formação de conceitos vide o item 1.2 do primeiro capítulo, mais precisamente a partir da página 49.

modalidades educativas informal e não-formal, bem como a necessidade de se direcionar o repensar dos espaços educativos formais, ou seja, da escola, para que esta realmente represente o meio social local, onde o cooperativismo é uma realidade tanto de desenvolvimento humano quanto de desenvolvimento social⁹⁷.

A evidência maior das modalidades educativas informal e não-formal mostra, que essas são espaços educativos constantes do cotidiano; é um dos elementos que evidencia a presença de nosso objeto central na cultura. Isso pode ser observado na confiança que os habitantes locais têm em suas cooperativas, o que gera laços de fidelidade, mesmo que, por vezes, representem prejuízo econômico, ou seja, nos momentos em que algum produto tem maior valor de venda na loja da cooperativa do que no concorrente: “[...] mesmo assim têm pessoas, têm associados que sempre compram na cooperativa, mesmo sabendo que o preço lá na concorrência é um pouco menor” (ENTREVISTADO 8, 2007).

Há confiança mútua entre os associados e a cooperativa (ENTREVISTADO 2, 2006). A confiança do associado em sua organização concreta já era muito presente na primeira cooperativa local, pois este entregava seus suínos à mesma, à prazo, sabendo que esta estava descapitalizada (ENTREVISTADO 9, 2007).

A presença da cooperação nas mentes dos associados faz com que grande parte deles seja fiel à cooperativa. Isso transparece já nas cooperativas coloniais: “*Eles produziam, vendiam para a cooperativa, era religiosamente. Difícilmente um vendia fora*

⁹⁷ O desenvolvimento humano é entendido como o processo de constituição do humano, conceituado no item 1.2 e explorado empiricamente neste capítulo. O desenvolvimento social é evidenciado pela trajetória da sociedade em análise.

da cooperativa. Tudo que produziam entregavam para a cooperativa” (ENTREVISTADO 1, 2006). Essa mentalidade foi sendo construída, pois os seus protagonistas, no debate,

[...] discutiam, mas e a cooperativa, a cooperativa é uma coisa que vai ser nossa, é nossa, não é de um dono e daí o pessoal foi saindo e botou aquela mentalidade de cooperativa e eu até hoje nunca mais vendi em comércio, nunca depois que fundou a Sicredi também 1981, 2, 3, já até sou associado número 3 da Sicredi, também fundador, nunca mais tenho conta em outro banco, só na Sicredi, [...] o cara criou aquela mentalidade e é cooperativa (ENTREVISTADO 2, 2006).

A forte presença das cooperativas é constatada quando um dos entrevistados afirma que a primeira ação ao iniciar seu trabalho de agricultor foi se associar à cooperativa (ENTREVISTADO 8, 2007). Indagado sobre o porquê dessa ação, respondeu:

Porque já vinha do meu pai, porque o meu pai foi associado da Cooperativa de São Caetano, nessa época das cooperativas coloniais e a gente vem desde lá com essa mentalidade, com essa formação de trabalhar em associação, e isso que ele passou pra nós, nós somos em três filhos homens, três irmãos, e os três a partir de que quando casa e vai trabalhar por conta, formam uma família já logo a primeira coisa se, que se fez, foi se associar; uma coisa por ter essa formação que é passada pela família pra nós, de trabalhar em associação, em cooperativismo [...] (ENTREVISTADO 8, 2007).

Essa passagem da prática de se associar e trabalhar com a cooperativa, pode-se nomear como tradição⁹⁸. Essa também é uma construção, relativamente recente, feita no

⁹⁸ Hobsbawn (1997, p. 9), entende que todas as tradições são inventadas. O cooperativismo, da maneira que se apresenta, de pais para filhos, mesmo que baseado em necessidades, pode ser classificado nessa perspectiva. “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”.

convívio com o ideário e a prática cooperativa, tanto no ambiente familiar quanto na sociedade como um todo.

As manifestações dos colaboradores dessa pesquisa evidenciam o que escreveu Andrioli:

Para entender a história desta região, é necessário conhecer a história do trabalho coletivo das pessoas que, nos mais significativos momentos de seu passado, apostaram na organização cooperativa para resolver seus problemas. Considerando as mais diferentes formas de organização criadas na região, desde os indígenas até hoje, podemos afirmar que o fenômeno cooperativo está na raiz cultural deste povo (2001, p. 210).

A raiz cultural local é uma produção coletiva, na qual o ser humano, instigado por necessidades, cria e recria a cultura, nesse caso, com a cooperação como instrumento. O fenômeno cooperativo, assim, depois de instigado por uma necessidade, passa, cumulativamente, a fazer parte da cultura e esta, por sua vez, com a presença dos signos da cooperação, significados na cultura, vai constituindo os humanos envolvidos nesse espaço.

O sujeito ontogenético, constituído no *habitus*⁹⁹ sofre a influência deste sobre a formação do seu cognitivo pessoal. A cultura, proveniente da construção histórica, nada mais é do que o meio social que age sobre e é modificado pelos humanos. O resultado desse processo, no espaço em debate, faz com que “*Três de Maio é um berço da cooperativa [...]*” (ENTREVISTADO 6, 2007). Faz com que “[...] *em Três de Maio [...] e na região nossa aqui, a questão, ta muito presente o espírito cooperativo. Esse grupo, nessa*

⁹⁹ O *habitus* é conceituado no item 1.2.1 do primeiro capítulo.

caminhada, logo buscou e aprofundou uma discussão por que não uma cooperativa” (ENTREVISTADO 13, 2007). O mesmo continua afirmando que várias pessoas demonstram interesse em se associar às cooperativas quando entendem o que significa o cooperativismo. Esse significado pode ser entendido na análise da história local, pois já é elemento integrante da cultura.

Essa presença cooperativa é constatada por um dos colaboradores, quando esse pergunta: *“Como seria a região se não tivesse cooperativas, é algo que impensável; o que elas movimentam, o que elas transformam, o que elas fazem?”* (ENTREVISTADO 12, 2007).

Há, entretanto, um certo ceticismo em relação à presença da solidariedade no período atual. Vários dos entrevistados afirmam que, mesmo crescendo as estruturas cooperativas, na atualidade, com o individualismo, premido na sociedade pela conjuntura, está em decréscimo a ação solidária, que é uma das bases da cooperação. Aqui pode estar sendo evidenciada a crescente predominância da empresa cooperativa sobre a associação cooperativa, em que o crescimento empresarial da cooperativa pode distanciar os associados do núcleo das decisões da mesma. A constituição humana local traz, contudo, constantemente, manifestações que levam à ação ressignificando e reconstituindo a cooperação e suas cooperativas. Expressa um dos colaboradores (ENTREVISTADO 7, 2007): *“Eu acredito no cooperativismo, eu acho assim que a grande saída pras pessoas hoje no mundo individualista que existe é a cooperação, a gente tem que se juntar a outras pessoas como a gente, dentro das áreas que a gente atua e desenvolver alternativas”*.

Finalizando destaque que, após a análise das manifestações empíricas, submetidas à teoria, evidenciadas pela problematização a que as intenções do pesquisador foram submetidas, pode-se afirmar que se observou que em forma de espiral há um acúmulo histórico de experiências concretas de cooperativas, em que as pessoas são levadas a cooperar, inicialmente, por necessidades de reprodução biológica, as quais são posteriormente ampliadas para necessidades de reprodução social. Nesse movimento, instigado pela conjuntura social, são construídos e identificados signos representativos do movimento cooperativo, na e pela cultura. Esse se torna o espaço educativo das gerações mais novas, sobretudo no campo da educação informal e não-formal, fazendo o movimento cooperativo parte dos processos de constituição dos humanos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho dissertativo foi elucidada, a partir de um estudo de caso, determinado pelo espaço geográfico do município de Três de Maio/RS, a presença histórica e cultural de signos do movimento cooperativo na constituição do humano. A partir do estudo realizado, ou seja, da busca de um referencial teórico, que foi posto ao diálogo com um contexto empírico, é o momento de tecer algumas considerações.

O estudo iniciou com a inquietação provocada pela significativa presença da cooperação e das cooperativas no espaço de análise. A partir dessa inquietação foram levantadas hipóteses, objetivando entender como esse processo se constituiu. Para compreender a efetivação do movimento cooperativo nesse espaço, o processo foi delineado nos três capítulos do texto, já como resultado das pesquisas e reflexões.

A primeira parte dessa reflexão, sintetizada no primeiro capítulo, elucidou o que se entende pelo movimento cooperativo, refletindo, assim, sobre cooperação e cooperativas, bem como sintetizando o que se entende pelas necessidades humanas e como essas se

constituem nos indivíduos ou a partir de elementos externos a esses. Também um estudo da vertente teórica histórico-cultural do processo de constituição dos sujeitos, seguido de entendimento sobre o que é cultura nessa matriz teórica, é feito. No mesmo capítulo discorre-se, ainda, sobre o que se entende por educação, mostrando quais as modalidades educativas que permeiam o cotidiano histórico-cultural dos indivíduos, deixando claro que a educação acontece em processo permanente na cultura. Toda essa parte é essencialmente teórica, entretanto descrita após um primeiro olhar empírico.

A segunda parte do estudo, composta pelo segundo capítulo, inicia com a busca das origens da história do movimento cooperativo na humanidade, uma história de lacunas e dúvidas, mas que, no seu decorrer, numa de suas distensões, iniciou o cooperativismo moderno. Já na vertente moderna do cooperativismo inserem-se os primórdios desse no Brasil e no Rio Grande do Sul para, em seguida, mostrar a tessitura da história cooperativa do espaço delimitado em sua região, onde foi possível perceber que a história e a história do movimento cooperativo muitas vezes se confundem. No momento de tratar da inserção histórica do movimento cooperativo local, elucida-se as origens da cooperação e as cooperativas localmente criadas em suas diversas fases, sejam elas: as Cooperativas Coloniais; as Cooperativas Empresariais; e o Ressurgimento do Cooperativismo. Essas fases são inseridas na conjuntura que as produziu, bem como mostradas as suas características.

A parte final do estudo dissertativo, composta pelo terceiro capítulo, tem sua base principal em dados produzidos a partir do contexto empírico local e das percepções e sentimentos dos protagonistas locais. Esses dados, construídos à luz da metodologia da

história oral, aplicando-se questionários semi-estruturados às pessoas do espaço de estudo, são confrontados pela teoria buscada para dialogar com o empírico local. Nesse sentido, mostra-se como a história cooperativa desse espaço é constantemente reconstruída, sempre tendo limiar em alguma necessidade, em que, na fase das cooperativas coloniais as necessidades da categoria da reprodução biológica, emergentes dentro do grupo, são determinantes, enquanto que nas cooperativas empresariais as necessidades de seu limiar são criadas a partir de interesses, estando aí a categoria das necessidades de reprodução social e, no atual ressurgimento cooperativo, as necessidades aproximam-se, mais uma vez, de seu sentido de reprodução biológica. Mostra-se, também, quais e como se constroem os signos representativos do movimento cooperativo, além de evidenciar como esses signos se fazem presentes durante a constituição mental e vida das gerações. Esse processo é observado como educativo, sobretudo nas modalidades educativas informais e não-formais na cultura local, esta carregada de signos cooperativos.

Na pesquisa empírica realizada, além de produzir uma quantidade grande de documentos a partir das entrevistas realizadas, foi possível também localizar vários documentos escritos sobre as cooperativas locais, incluindo o original da Ata de Fundação da primeira cooperativa. Desse conjunto de documentos foi analisada apenas uma pequena parte nesta dissertação em virtude da delimitação do objeto de estudo. Nesse sentido, outras análises podem ser feitas a partir do documental dessa pesquisa.

A hipótese central desse estudo dissertativo, de que em Três de Maio as pessoas são constituídas para a cooperação e esta materializada em instituições cooperativas, mediante sua inserção em um meio histórico e cultural em que haja significativa presença de signos

representativos de cooperação, sendo essa uma construção social gestada em espaços educativos informais e não-formais, foi confirmada.

A investigação mostrou quais e como os signos cooperativos são construídos e reconstruídos pelos humanos desse espaço, assim como constituem, pela sua presença, o processo de formação mental desses humanos pela evolução cultural cumulativa, em que o processo prático do movimento cooperativo local faz com que seja construído como elemento integrante e já constituinte da cultura a partir do processo histórico em que se constitui. Todo esse processo é observado como campo de educação constante, presente, sobretudo, nos momentos humanos informais do dia-a-dia, assim como por meio da constituição das instituições cooperativas.

Nesse sentido, atendeu-se aos objetivos centrais propostos ao levantar a problemática: ficou evidente como e por que a cooperação e a sua instituição concreta, a cooperativa, são construídas no contexto histórico e cultural, e como os sujeitos envolvidos nesse meio social são constituídos para a cooperação por intermédio dos signos com que essa se manifesta.

Em nenhum momento, entretanto, esteve em pauta o objetivo do esgotamento do tema. Dessa maneira, o legado maior da pesquisa, sem dúvida, foi o levantamento de novas questões, o que poderá ajudar no preenchimento das lacunas que possam ter ficado, conduzindo a novas expectativas de estudo.

Uma dessas perspectivas, que merece atenção futura, está relacionada a um estudo mais detalhado da história do cooperativismo local, sobretudo na sua fase mais antiga, a das Cooperativas Coloniais, observadas como um dos pilares do desenvolvimento inicial da sociedade local.

Chama atenção também a constatação, mediante contato com os habitantes locais, das afirmativas e preocupações em relação à diminuição da solidariedade. Nesse sentido, um estudo procurando entender o que representa, para o movimento cooperativo, essa redução da solidariedade, faz-se necessário. Aqui transparece o questionamento da ação cada vez mais consolidada da empresa cooperativa. Será que essa ação da empresa cooperativa vem em detrimento da associação cooperativa? Esta questão pode ser relacionada à solidariedade.

O movimento cooperativo local, organizado inicialmente com sua base na agricultura familiar, sempre foi protagonista das novidades e mudanças pelo qual esse meio passou. Na atualidade, mais uma vez, observa-se o seu direcionamento para uma nova conjuntura. Nessa, está se passando da produção de alimentos para a produção de biocombustíveis. Esse processo da inserção local nessa nova matriz produtiva, por meio das cooperativas sustentadas por pequenos agricultores, precisa também ser refletido, no sentido do que esse novo projeto representa para esses e suas cooperativas, a partir da perspectiva da sustentabilidade.

A partir das novas possibilidades que esse estudo dissertativo abre, a trajetória de pesquisa, tanto nesse campo de estudo quanto para esse pesquisador, ainda está em seu

início. A sistematização que aqui se encerra, deixa várias possibilidades de continuidade de pesquisa. Em todas elas, o movimento cooperativo é evidenciado como possibilidade concreta de desenvolvimento social, econômico, ambiental e educacional dos protagonistas humanos.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Trabalho coletivo e educação:** um estudo das práticas cooperativas do PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas – na região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001. (Série Dissertações de Mestrado, 9).

ARAÚJO, Sílvia Maria Pereira de. **Eles:** a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Projeto, 1982.

BENNETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul:** uma análise do desenvolvimento da Cotrijuí, Cotrisa e Fecotrigo – 1957/ 1980. Porto Alegre: FEE, 1982.

BEZERRA, Paulo. Prólogo do tradutor. In: VYGOTSKY, Lev S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BIRCHALL, J. **The International Cooperative Movement**. Manchester: Manchester University Press, 1997.

BOETTCHER, Erik. **Kooperation und Demokratie in der Wirtschaft**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1974.

BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da ação comunicativa: uma leitura de Habermas**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

_____. **Pedagogia latino-americana: Freire e Dussel**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

_____. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização na agricultura no planalto gaúcho**. Ijuí: Fidene, 1983.

BRUNER, Jerome. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. O cooperativismo e o desenvolvimento regional: estudo sobre as contribuições das cooperativas e das associações no desenvolvimento da região da Grande Santa Rosa. In: **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: Unisinos, vol. 29, n. 86, 1995. (Série Cooperativismo, 36).

COLE, Michael; SCRIBNER, Sylvia. Introdução. In: VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CONTAG. **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília, 1999.

COOPERJORNAL. **COTRIMAIO 39 Anos** (Caderno Especial). Três de Maio: COOPERCULTURA, 3/Fev./2007.

_____. **COTRIMAIO 40 Anos** (Caderno Especial). Três de Maio: COOPERCULTURA, 2/Fev./2008.

COTRIMAIO. **Relatório da Administração 2006**. Três de Maio: COTRIMAIO, 2007.

DICIONÁRIO Brasileiro da Língua Portuguesa. Vol. I. São Paulo: Enciclopédia Britânica Publicações, 1987.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Projeto UFT/BRA/036/BRA, 1996.

FAUST, Helmut. **Geschichte der Genossenschaftsbewegung:** Ursprung und Aufbruch der Genossenschaftsbewegung in England, Frankreich und Deutschland sowie ihre weitere Entwicklung im deutschen Sprachraum. 3. ed. Frankfurt am Main: Fritz Knapp Verlag, 1977.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio:** minidicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FIALKOW, Miriam Zeltzer et al. **A união faz a vida:** educação cooperativa: subsídios para professores do Ensino Fundamental. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

FRANTZ, Walter. Afinal, por que existem cooperativas e qual seu significado social? In: MÂNPIO, Antônio João (Org.). **Capacitação para um jeito novo de ser colono.** Frederico Westphalen: URI, 2002a.

_____. Educação e poder na racionalidade da cooperação. In: **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: Unisinos, vol. 38 n. 121, p. 15-40, 2003. (Série Cooperativismo 53).

_____. O cooperativismo e a prática cooperativa. In: **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: Unisinos, n. 51, p. 53-69, 1985. (Série Cooperativismo 16).

_____. Organização cooperativa: campo de educação e espaço de poder. In: **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: Unisinos, vol. 37, n. 119, p. 65-84, 2002b. (Série Cooperativismo, 52).

FRANTZ, Walter. Reflexões sobre cooperativismo. In: FRANTZ, Walter; HILGERT, Vagner; CORRÊA, Ricardo. **A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

FRANTZ, Walter; HILGERT, Vagner; CORRÊA, Ricardo. **A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

FRANTZ, Walter; SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo. A organização cooperativa como caminho de resistência à exclusão social: limites e possibilidades. In: **El Cooperativismo Latinoamericano: “visión integrada de lo económico y lo social”.** IV Encuentro de Investigadores Latinoamericanos en Cooperativismo. Rosario, Argentina, 2006a.

_____. A organização cooperativa como caminho de resistência à exclusão social: limites e possibilidades. In: **ESAC: Economia Solidária e Ação Cooperativa,** São Leopoldo: Unisinos, vol 1, n. 1 (jul/dez), p. 5-12, 2006b.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis.** 4. ed. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 2004.

GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**. New York: Basic Books, 1973.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HOBBSBAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de Rochdale**. 9. ed. Porto Alegre: WS Editor, 2005.

JOHN-STEINER, Vera; SOUBERMAN, Ellen. Posfácio. In: VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARQUES, Mario Osorio. **Conhecimento e modernidade em reconstrução**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1993.

MARQUES, Mario Osorio. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 4. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MOLON, Susana Inês. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. In: **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: Unisinos, vol. 23, n. 61, 1988. (Série Cooperativismo 23).

NCUI. **Report of the Committee on Principles of Co-operation formed by the International Co-operative Alliance**. Delhi: National Co-operative Union of India, 1969.

PEIRCE, Charles Sander. **Collected Papers of Charles Sander Peirce**. Cambridge: Harvard University Press, 1960. Vol. 2.

PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

RAMBO, Arthur Blasio. O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil. In: **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: Unisinos, vol. 23, n. 62-63, 1988. (Série Cooperativismo 24-25).

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

RENCK, Lutero Arno. Prefácio desta edição. In: HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de Rochdale**. 9. ed. Porto Alegre: WS Editor, 2005.

REVISTA DO COOPERATIVISMO. A cooperação que faz crescer. In: **Cooperjornal**. Três de Maio: Coopercultura, 7/Jul./2007.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAWITSKI, Marli Iolanda Dockhorn (Org.). **Três de Maio**: sua história ... sua gente. Três de Maio, 1984.

SCHALLENBERGER, Erneldo; HARTMANN, Hélio Roque. **Nova terra, novos rumos**. Santa Rosa: Barcellos, 1981.

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdrietrich. **Pedagogia dialética:** de Aristóteles a Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

TOMASELLO, Michael. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VICO, Giambattista. **A ciência nova.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

VYGOTSKY, Lev S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Historia del Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores.** Havana: Científico-Técnica, 1987.

WHYTE, W.; WHYTE, K. **Making Mondragon:** the growth and dynamics of the worker cooperative complex. Ithaca: IRL Press, 1988.

WICKERT, Silvino. **Cooperativismo.** Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2003.

OUTRAS FONTES:

DOCUMENTO REFERENTE À ORIGEM DO LUGAR TRÊS DE MAIO: no 7º distrito do município de Santo Ângelo das Missões. Museu Histórico Municipal de Três de Maio, 1931.

ENTREVISTAS com moradores de Três de Maio. Três de Maio, 2004.

ENTREVISTAS realizadas para dissertação. Três de Maio, 2006-2007.

LIVRO DE ATAS. Cooperativa de Produtos Suínos de Buricá. 1938.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Lista de Siglas	195
ANEXO II – Questionário para entrevistas semi-abertas	198
ANEXO III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	200
ANEXO IV – Breve Descrição das Cooperativas Coloniais de Três de Maio	201

LISTA DE SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ASMAR – Associação de Materiais Recicláveis

BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CCGL – Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda.

CERTHIL – Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural Entre Rios Ltda.

Cia. – Companhia

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COCEAGRO – Cooperativa Central Agroindustrial Noroeste Ltda.

COMTUL – Cooperativa Mista Tucunduva Ltda.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPERCULTURA – Cooperativa Mista de Consumo e Produção Cultural Ltda.

COOPERMIL – Cooperativa Mista São Luiz Ltda.

COTRIJUÍ – Cooperativa Agropecuária & Industrial

COTRIMAIO – Cooperativa Agro-Pecuária Alto Uruguai Ltda.

COTRIN – Comissão de Organização da Triticultura Nacional

COTRINAG – Comissão de Organização da Triticultura Nacional e Armazenamento Geral

COTRISA – Cooperativa Triticola Regional Santo Ângelo Ltda.

CREDIMAIO – Cooperativa de Crédito Rural de Três de Maio Ltda.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)

FECOTRIGO – Federação das Cooperativas Triticolas do Rio Grande do Sul

FEE – Fundação de Economia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

NCUI – National Co-operative Union of India

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

p. – Página

PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas

Pe. – Padre

RS – Rio Grande do Sul

S.A. – Sociedade Anônima

SAS – Superintendência de Armazenagem e Silos

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo

UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UNIMED – Sociedade Cooperativa de Serviço Médico Ltda.

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNITEC – Cooperativa de Técnicos do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Questionário para entrevistas semi-abertas

- Nome e um pouco de sua história; profissão; idade; local de moradia;
- É (foi) sócio (a) em alguma cooperativa;
- Nome da cooperativa; / qual a sua relação com cooperativas;
- Data de fundação; extinção;
- Qual sua função na cooperativa;
- Tinha alguém que puxava a frente na cooperativa;
- Ajuda mútua – colheita, trocas de carne, construções, estradas, enfim, primórdios;
- Como era a vida na época; como se organizavam antes da cooperação; tinham outros tipos de sociedades (antes das cooperativas);
- Como vocês participavam na comunidade antes da cooperativa
- De onde veio a idéia da cooperativa – cooperação;
- E no local, o que levou vocês a cooperar;
- Para que servia a cooperativa;
- Para que usa / usava a (s) cooperativa (s);

- A cooperação tem alguma vantagem;
- E a cooperativa tem alguma vantagem;
- Vocês tinham contatos com outras cooperativas;
- Tinha muitos sócios; n°;
- A família toda estava envolvida na cooperativa;
- Vocês conversavam em família sobre as cooperativas;
- Conversavam sobre a cooperativa / cooperação na presença das crianças;
- As crianças e os jovens acompanhavam a cooperativa;
- O que vocês falavam para os seus descendentes sobre a cooperação;
- Quando visitavam alguém ou se reuniam na comunidade a cooperação / cooperativa é assunto;
- Como vocês passavam a idéia da cooperação adiante – educação;
- Vocês têm em casa algum “brinde” de cooperativas; desde quando;
- Por que quebrou / se manteve;
- A criação tinha relação com o poder público;
- Ainda existem documentos/monumentos/construções;
- Qual a relação da idéia cooperativa com os imigrantes;
- Qual a relação da cooperativa com a igreja.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) Senhor (a):

Estamos executando o projeto de pesquisa intitulado **“A Formação Social da Mente Cooperativa: uma análise a partir do estudo de caso de Três de Maio / RS”**, que tem como objetivos:

1. Construir um referencial teórico acerca do tema;
2. Resgatar a história do cooperativismo local;
3. Mostrar como se deu a formação social das mentes cooperativas em Três de Maio;
4. Produzir uma dissertação para obtenção de título de Mestre em Educação nas Ciências.

A equipe de pesquisa é formada pelo pesquisador Paulo Alfredo Schönardie, aluno do Curso de Pós-graduação em Educação nas Ciências – Mestrado, da UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, sob orientação do Professor Dr. Walter Frantz.

Aos que colaboram com a pesquisa, concedendo entrevista semidirigida, pedimos que assinem o termo abaixo para que possamos, com a ética necessária, utilizar as informações e dados fornecidos em nossos relatórios e publicações.

Os resultados da pesquisa, depois de concluídos os trabalhos, ficarão à disposição nas formas impressa e eletrônica. Os entrevistados poderão entrar em contato com o responsável pela pesquisa, através do endereço eletrônico: pschonardie@gmail.com, caso não concordem com os termos do texto.

Desde já, agradecemos pela colaboração.

Eu _____ RG _____, ciente das informações recebidas, concordo em participar da pesquisa **“A Formação Social da Mente Cooperativa: uma análise a partir do estudo de caso de Três de Maio / RS”**, concedendo entrevista ao pesquisador Paulo Alfredo Schönardie, autorizando-o utilizar as informações, sem restrição de prazos ou citações, a partir da presente data.

Nome do entrevistado

Paulo Alfredo Schönardie

Nome do pesquisador

Assinatura do entrevistado

Assinatura do pesquisador

Três de Maio, ____ de _____ de 200__.

BREVE DESCRIÇÃO DAS COOPERATIVAS COLONIAIS DE TRÊS DE MAIO

Cooperativa de Produtos Suínos de Buricá. Assim foi denominada a primeira cooperativa sobre a qual foi possível localizar dados. Ao que tudo indica é a mais antiga de Três de Maio. A ata de fundação da mesma expõe o seguinte:

Aos vinté (20) do mês de Novembro do anno de mil novecentos e trinta e oito, nesta localidade de Três de Maio, segundo (2º) distrito do município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, pelas quatorze horas, no salão do Sr. Luiz Hering, reuniram-se em assembléia geral, com o fim de constituírem uma cooperativa de produção industrial, [...] os seguintes senhores [...] (LIVRO DE ATAS, 1938).

Ainda, no primeiro estatuto, incluído na ata de fundação dessa cooperativa pioneira, cabe destacar os objetivos da mesma:

a- a defesa da produção suína dos socios associados, sua melhoria e desenvolvimento; b- a industrialização racional dos produtos suínos; c- a instalação de uma refinaria de banha, matadouro modelo, frigorífico e os demais aparelhamentos necessários ao racional aproveitamento da produção suína dos seus negocios; d- encaminhar, direta ou, indiretamente a venda dos produtos ou subprodutos da industria suína aos mercados consumidores,

promovendo a centralização dos negócios e as estandardização dos tipos; e- fornecer aos consumidores produtos selecionados a um preço justo; f- desenvolver o mercado de banha, procedendo e beneficiamente e a industrialização de todos os produtos suínos, seus sub-produtos e das industrias conexas (LIVRO DE ATAS, 1938).

A Cooperativa de Produtos Suínos de Buricá estava localizada onde hoje é o centro da cidade de Três de Maio, na Avenida Santa Rosa, no lugar em que se localiza a empresa Klöckner de compra de cereais. Possuía uma grande área de terras, hoje totalmente urbanizada. Durante a sua existência construiu um frigorífico de abate de suínos. Produzia banha refinada, que era seu principal produto, além de derivados de carne suína, como salames e carnes defumadas. Seus produtos eram vendidos em parte menor no mercado local, contudo a maioria da produção era enviada para os centros consumidores maiores do país, no caso Rio de Janeiro e São Paulo.

Em seu auge chegou a possuir em torno de 600 associados, principalmente da atual área geográfica do município de Três de Maio, mas também possuía sócios de outros municípios, aliás, na época de sua existência, toda a sua região de abrangência pertencia ao município de Santa Rosa. Além de frigorífico possuía caminhões para transporte de suínos e derivados e armazéns de venda de sua produção em Três de Maio e em Horizontina.

Pelas condições de organização da produção, ainda de forma precária, seu período de abate mais intenso dava-se nos meses de inverno, quando abatia, em média, 100 suínos diariamente. Para tal empreitada, nesses meses, que eram chamados de safra, possuía mais de 40 empregados.

Sua extinção, em 1957, foi decidida pelos sócios em assembléia geral. Os protagonistas da época relataram que nos 19 anos em que a cooperativa atuou, as dificuldades eram imensas, desde a precariedade de estradas e de caminhões frigoríficos e a impossibilidade de abate durante o ano todo até os altos custos de manutenção dos geradores de energia necessários à operação de sua câmara fria.

A manutenção e funcionamento dessa cooperativa só foi possível por ela ser associada à União Sul Brasileira de Cooperativas, a qual possuía sede em Porto Alegre, sendo uma central de cooperativas que praticava a cooperação intercooperativa, ou seja, entre cooperativas, possuindo cooperativas singulares filiadas de todos os ramos do cooperativismo. Essa central adiantava recursos financeiros as suas cooperativas filiadas, que captava nos órgãos oficiais, para estas darem fluxo a sua produção. A União Sul Brasileira de Cooperativas possuía um armazém em Porto Alegre e pontos de distribuição no Rio de Janeiro e em São Paulo; era o órgão responsável pela colocação no mercado consumidor dos produtos de suas cooperativas singulares. Assim a Cooperativa de Suínos de Buricá enviava sua produção, para a qual, aliás, já havia recebido adiantamento financeiro para ser comercializada.

Sociedade Cooperativa Três de Maio. Poucas informações foram possíveis coletar sobre esta organização cooperativa ou associativa. A dúvida paira inclusive sobre o nome da mesma; os entrevistados acreditam que o seu nome possa ter sido Sociedade Três de Maio. Estava localizada também no ponto mais central de Três de Maio, ao lado da igreja evangélica e em frente à igreja católica. Atuava no ramo de compra de suínos e cereais e venda de víveres diversos para associados e não associados. Diversos entrevistados de

idade mais avançada, tanto do meio rural quanto do meio urbano, contudo, afirmaram tratar-se de uma cooperativa. Nenhum soube precisar o início dessa organização, mas relataram que, aos poucos, foi diminuindo o número de associados, e que, ao final, uns foram comprando as partes dos outros, transformando-se em uma sociedade de poucas pessoas, que, posteriormente, mudou de nome para Tecidos Buricá, a qual funcionou por décadas.

Cooperativa de Fumo de Barrinha/Flor de Maio. Em relação a essa cooperativa, por ser uma das primeiras, também pouco foi possível resgatar, inclusive a dúvida em relação ao seu nome. Era uma cooperativa que comercializava exclusivamente fumo. Acredita-se que a sua sede estava situada na localidade interiorana de Flor de Maio, mas sua área de abrangência era determinada por todo o distrito de Barrinha, do qual Flor de Maio faz parte. Sabe-se que possuía uma sede na qual era processado o fumo colhido pelos agricultores, possuindo prensa e balança. A cooperativa fazia a ligação dos produtores de fumo, que era um produto de grande importância na colônia, até os mercados consumidores. Acredita-se que essa cooperativa também possuía um armazém de venda de produtos diversos oferecidos aos seus associados do meio rural.

Cooperativa dos Agricultores do Km 13. Denominada por alguns de “Cooperativa dos Agricultores de Três de Maio – Km 13”, possuía a sua sede na localidade interiorana do Km 13, porém com uma área de abrangência bastante grande e, por estar perto das divisas dos municípios de Horizontina e Tucunduva, possuía associados desses municípios. Seu início data dos meses finais de 1959, durando pouco mais de 7 anos, e sua extinção em março/abril de 1967. A infra-estrutura física da cooperativa consistia de um armazém

bastante grande, casa comercial, casa de moradia do gerente e um moinho, além de caminhões para transporte de suínos, cereais e víveres diversos; uma infra-estrutura considerável perante a curta duração. A moeda de negociação dos associados era composta por suínos e cereais, já no início do ciclo da soja. Dessa maneira, era função da cooperativa o recebimento da produção dos seus associados e o encaminhamento aos centros consumidores maiores, inclusive aos Estados do Sudeste do Brasil. Em contrapartida, possuía o seu ponto de venda de produtos diversos aos agricultores associados, dentre os quais gêneros alimentícios, ferragens, roupas e calçados. Um dos diferenciais dessa cooperativa estava no moinho instalado durante sua atuação, no qual os agricultores levavam sobretudo milho para ser moído, e saíam com a farinha produzida com o milho de sua propriedade. Em seu auge, a maioria dos agricultores que viviam próximos de sua sede, era associada. Devido a alguns problemas administrativos, porém, aos poucos os associados foram deixando a mesma, sendo liquidada com um total de 19 sócios, os quais retiraram sua cota em produtos e, mesmo assim, ainda houve sobras de patrimônio.

Cooperativa Mista Monsenhor Testani. Esta cooperativa estava localizada no distrito interiorano de Quaraim, contudo poucas foram as informações concretas localizadas, pois não foi mais possível contatar seus protagonistas. Sabe-se que atuou na mesma época das demais cooperativas coloniais e que sua principal atividade era o recolhimento e o transporte de suínos para as regiões consumidoras do centro do país. Possuía, portanto, uma infra-estrutura física e caminhão de transporte. Possuía, também, um armazém para abastecimento dos seus associados com produtos diversos. Quanto ao seu nome, Cooperativa Mista Monsenhor Testani, atesta a influência da igreja na construção do ideário cooperativo da região em destaque, uma vez que traz em seu nome a figura de um

dos primeiros religiosos da igreja católica fixado em Três de Maio, e que foi protagonista de muitas conquistas: Vicente Testani.

Cooperativa Agrícola Mista São Caetano Ltda. Dentre as cooperativas coloniais, essa foi a que teve uma das mais longas e significativas histórias, posto que ainda está bastante viva na memória das pessoas e seus signos materiais ainda estão presentes. Iniciou sua história no ano de 1957, quando alguns associados das localidades de São Caetano, onde ficou sediada, Rocinha, Santo Antônio e adjacências, reunidos em assembléia, fundaram a mesma. Suas atividades começaram em uma pequena casa de madeira cedida por um dos associados. Começou como um pequeno ponto de venda de víveres diversos aos associados, mas com o objetivo maior centralizado ao encaminhamento dos suínos às áreas consumidoras. Surgindo apenas do ideário de seus protagonistas, com a contribuição material desses, teve um vertiginoso crescimento, a ponto de sempre ter elevada quantia de recursos em caixa, provenientes das sobras de seus negócios. Chegou a ter um grande armazém de abastecimento aos associados e dois caminhões para transportar suínos, inicialmente para Santa Rosa e, posteriormente, já na década de 60 do século 20, ao eixo Rio-São Paulo, além de comerciar a crescente produção de soja de seus associados.

Sua história não terminou, apenas teve uma mudança de rumos em 1976, quando, após cerca de dois anos de negociações, foi incorporada à Cooperativa Agro-Pecuária Alto Uruguai Ltda – Cotrimaio –, a qual já é uma das cooperativas que denomino de empresariais. A Cooperativa Agrícola Mista São Caetano, na época de sua incorporação, era uma instituição sólida, e toda a sua infra-estrutura física, composta de construções, caminhões, grande quantidade de mercadorias em estoque e vultuosa soma em dinheiro, foi

repassada à Cotrimaio, com a promessa da construção de uma moderna unidade de recebimento e armazenamento de grãos, o que realmente foi efetivado. Na época haviam 138 associados, os quais tornaram-se, a partir desse momento, associados na cooperativa em que estavam sendo incorporados. Os entrevistados, alguns dos quais protagonistas dessa incorporação, ainda não estão conformados pelo ocorrido, pois sustentam que os recursos em caixa seriam praticamente suficientes para a sua cooperativa pagar à vista a instalação de uma unidade de recebimento e armazenagem de grãos, da qual necessitavam. Relatam que cederam às pressões para serem associados de uma cooperativa maior. Hoje, contudo, o que iniciou em 1957 está vivo tanto na infra-estrutura física na localidade de São Caetano, como na prática cooperativa da comunidade local.

Cooperativa Mista de Esquina Consolata. As pesquisas realizadas, mesmo sendo possível entrevistar um dos ex-presidentes dessa cooperativa, não nos forneceram dados exatos. Os protagonistas não têm certeza quanto ao nome completo da cooperativa, nem seu ano de início e de término com exatidão. Os entrevistados relatam que a Cooperativa Mista de Esquina Consolata teve duração superior a 10 anos, e que antes dela iniciar já existiam cooperativas em São Caetano – Cooperativa Agrícola Mista São Caetano –, datada de 1957 e, no Km 13 – Cooperativa dos Agricultores do Km 13 –, datada de 1959. Pode-se concluir, portanto, que, provavelmente, seu início e auge deram-se no limiar da década de 60. Os entrevistados também relatam que a cooperativa terminou antes da incorporação da de São Caetano à Cotrimaio, e que após a extinção da Cooperativa Mista de Esquina Consolata, boa parte de seus ex-associados associou-se à Cooperativa de São Caetano, devido à proximidade das localidades de São Caetano e de Consolata, onde essa estava localizada. Praticamente a totalidade dos agricultores da localidade era sócia da cooperativa, porém

não foi possível apurar um número exato. Como as demais cooperativas coloniais da época, seu principal ramo estava voltado a dar destino aos suínos criados nas propriedades dos agricultores. Possuía, para tanto, uma frota de caminhões, que levavam esses suínos às regiões consumidoras do Sudeste do Brasil. Também comprava os cereais produzidos pelos seus associados, sobretudo a produção de soja. Possuía um armazém no qual os associados e a comunidade em geral dispunham dos víveres não produzidos nas propriedades agrícolas e necessários para a sobrevivência. O prédio que servia tanto de sede da cooperativa, como de armazém, existe, ainda hoje, na sede do distrito de Consolata. Sua extinção deu-se por problemas financeiros ocasionados pelas trocas de administrações, mas também não se pode descartar a mudança da matriz produtiva que estava em curso, saindo da suinocultura e caminhando para a necessidade de estruturas de armazenagem para o binômio trigo/soja.

Cooperativa Agrícola Mista Caneleira. Essa cooperativa teve a sua primeira sede localizada em Lajeado Caneleira, agregando associados dos distritos de Progresso, Manchinha e Caúna, possuindo vasta área de abrangência, em uma região de relevo bastante íngreme e solo pedregoso, portanto, difícil para o trabalho agrícola. Suas atividades iniciaram entre 1955 e 1956. Na localidade de Lajeado Caneleira, após sua constituição, os associados adquiriram uma casa de comércio de um comerciante que não tinha mais condições de se manter no ramo e, a partir daí, instalaram suas atividades, tanto no ramo comercial de um armazém como, e, sobretudo, no negócio dos suínos. A cooperativa funcionou nessa localidade até mais ou menos 1964, 1965, quando, por conduta imprópria das pessoas que estavam na gerência, amargou uma crise. A solução encontrada pelos associados foi a transferência de sua sede para a localidade de Caúna, onde funcionou por cerca de 4 anos até ser extinta. Os entrevistados relatam que o último

presidente, ao ser eleito, não sabia da difícil situação financeira e da real envergadura das dívidas, tendo que arcar com algumas contas de seu próprio bolso no ato da extinção. Na localidade de Caúna, um associado cedeu uma pequena área de terra, a qual já possuía um poço de água, e aí foi construída a nova sede, localizada a cerca de nove quilômetros da antiga sede. Em Caúna, a atividade suína também foi o carro-chefe, mas era comprado de tudo dos associados: soja, milho, feijão, arroz; somente trigo não era comercializado. O armazém de venda de víveres diversos, também foi estabelecido em Caúna.

Associação Rural. A Associação Rural teve um papel central na transição das cooperativas coloniais para o período de domínio das cooperativas empresariais. Surgiu na década de 60, por meio da cooperação de alguns poucos agricultores de diversas localidades do município. Tinha sua sede na cidade de Três de Maio, localizada onde hoje é a casa comercial Kuka Agrícola, na Avenida Santa Rosa. Surgiu como uma loja de venda de agrotóxicos e medicamentos veterinários. Na segunda metade da década de 60 estava em curso a mudança da matriz produtiva regional, saindo da produção suína para o binômio trigo/soja. A paisagem agrícola estava sendo transformada em massa; os pequenos roçados de milho e as florestas nativas, num esforço vertiginoso, eram substituídos pela monocultura extensiva do trigo e da soja. Vieram junto as pragas, e a solução do momento era a aplicação de venenos para o seu controle. Como não havia quem os comercializasse, os agricultores criaram a Associação Rural para fazê-lo. Os associados possuíam cotas na mesma, como se fosse uma cooperativa. A Associação Rural, em fins da década de 60, era o berço da Cooperativa Agro-Pecuária Alto Uruguai Ltda. – Cotrimaio.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)